

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA –
PPHR/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

DISSERTAÇÃO

Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro
(Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII-XVIII)

ANA PAULA SOUZA RODRIGUES

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

***FAMÍLIAS, CASAS E ENGENHOS: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
NO RIO DE JANEIRO (PIEDADE DO IGUAÇU E JACUTINGA, SÉCULO
XVII-XVIII)***

ANA PAULA SOUZA RODRIGUES

Sob a Orientação do Professor

Roberto Guedes Ferreira

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Curso de Pós-Graduação em
História. Área de Concentração:
Sociedade e Economia.

Nova Iguaçu, RJ

Novembro, 2013

981.53

R696f

Rodrigues, Ana Paula Souza, 1987-

T

Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguazu e Jacutinga, século XVII-XVIII) / Ana Paula Souza Rodrigues. - 2013.

133 f.: il.

Orientador: Roberto Guedes Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2013.

Bibliografia: f. 126-133.

1. Famílias rurais - Rio de Janeiro (Estado) - História - Século XVII - Teses. 2. Famílias rurais - Rio de Janeiro (Estado) - História - Século XVIII - Teses. 3. Engenhos - Rio de Janeiro (Estado) - Conservação - Teses. 4. Senhores de engenho - Rio de Janeiro (Estado) - História - Teses. 5. Posse da terra - Rio de Janeiro (Estado) - História - Teses. I. Ferreira, Roberto Guedes, 1970-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

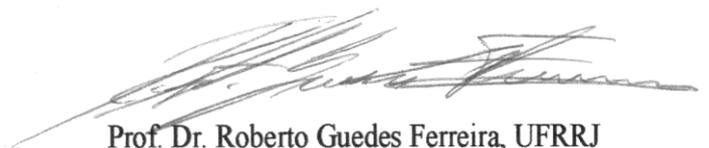
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

ANA PAULA SOUZA RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/11/2013.

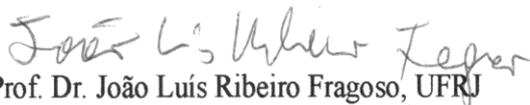
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira, UFRRJ
Orientador e Presidente



Prof.ª Dr.ª Margareth de Almeida Gonçalves, UFRRJ



Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso, UFRJ

A Alexandre, minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

O mestrado é uma etapa árdua do amadurecimento acadêmico, pois ao mesmo tempo em que exige um grande avanço na pesquisa, concede pouco tempo para realizá-la. Deste modo, a ajuda de todos foi fundamental para que conseguisse escrever minha dissertação.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido forças e sabedoria para chegar ao final desta caminhada.

À minha família. Meu esposo que compreendeu minhas ausências, falhas e picos emocionais ao longo da pesquisa. À minha mãe, uma grande incentivadora que nunca deixou que eu pensasse na possibilidade de desistir. A todos os meus familiares que me auxiliaram, pois nesta etapa da minha vida também estava me tornando mãe, por isso também agradeço a meu filho, Alexandre, por ser minha fonte de inspiração.

Aos meus amigos com quem pude compartilhar dúvidas, sugestões, empréstimos de livros, alegrias e angústias. Em especial à Ritinha, companheira de arquivos e bibliotecas, farras e lamentos; amizade que vamos levar para o resto de nossas vidas.

Ao meu orientador, Roberto Guedes. Durante a realização desta pesquisa pude contar com sua valiosa ajuda e amizade. Além das sugestões e críticas apresentadas ao longo desta pesquisa, foi um grande amigo nestes seis anos de orientação acadêmica.

Agradeço também aos professores João Fragoso e Margareth de Almeida Gonçalves por terem aceitado o convite para participar da defesa desta dissertação.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) pelo financiamento à esta pesquisa.

RESUMO

RODRIGUES, Ana Paula Souza. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. 2013. 5 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História/ Instituto Multidisciplinar, Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

O objetivo desta pesquisa é analisar, por meio de um estudo longitudinal, famílias senhoriais que possuíam a base de sua riqueza material e imaterial em Freguesias rurais do Rio de Janeiro, as quais estabeleceram a conquista da terra e ocuparam o ápice da hierarquia social e econômica naquelas localidades. Constatamos que, para isso, valeram-se da posse ou compra de terras, da constituição de redes de parentesco consanguíneas e rituais, da posse de escravos, do estabelecimento de trabalhadores livres em seus sítios e fazendas, dentre outros elementos. Analisamos famílias senhoriais de duas freguesias rurais, as freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu e Santo Antonio de Jacutinga, situadas ao fundo do Recôncavo da Guanabara. O corte temporal adotado é o do tempo das famílias, da sobrevivência geracional da casa que, aqui, contempla fins do século XVII a fins do século XVIII, período de crescimento e maior produção de açúcar e gêneros alimentícios.

Palavras-chave: Famílias senhoriais, engenhos, freguesias rurais.

ABSTRACT

The research's goal is to analyse, by means of a longitudinal study, seigniorial families that belonged their material and immaterial Wealth base in Parishes of Rio de Janeiro, which established the conquer of the land or occupied the apex of the social and economic hierarchy in that places. We verified that they earned by land purchasing, relatives' formation and rituals, slaveholding, free workers establishment in their farms, among other outlines. We are going to analyse seigniorial families of two Parishes, Nossa Senhora da Piedade and Santo Antonio de Jacutinga, situated in Recôncavo da Guanabara. The cutting time adopted is about the families' managerial survival historical in 17th century to 18th century when it was the period that had the biggest growth of the sugar and feed production.

Key-words: Master families, plantations, rural parishes.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Engenhos e famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçu (Século XVII).....	27
Quadro 2 - Número de Caldeiras, bois, escravos, valor total do engenho e nome dos donos de partido nos engenhos de Jacutinga e Iguaçu (Século XVII)	36
Quadro 3 – Distribuição dos batismos de escravos (registros) e de seus senhores por alguns tamanhos de faixas de propriedade de cativos: Jacutinga (1686-1721)	39
Quadro 4 - Produção Anual de Açúcar e Aguardente nos engenhos das Freguesias Rurais. (1778)	63
Quadro 5 – Produção de açúcar, aguardente, e números de escravos e engenhos de Jacutinga e Iguaçu (1779/1797)	65
Quadro 6 – Produção Anual de Alimentos em Freguesias Rurais (em caixas) (1778).....	68
Quadro 7 – Freguesias Rurais e urbanas, número de habitantes (1779 a 1789 e 1795)	73
Quadro 8 - Número de batizados na Freguesia de Iguaçu e Jacutinga, divididos em sexo masculino e feminino (1700-1800)	75
Quadro 9 - Total de óbitos. Freguesia de Piedade do Iguaçu (1724-1798).....	76
Quadro 10 - Número de habitantes livres e escravos em freguesias rurais (1779-1789/ 1821)	78
Quadro 11 - Naturalidade dos noivos livres da Freguesia de Iguaçu (1757-1830).....	79
Quadro 12 - Número de Fogos na região do Iguaçu (1795/1821)	8
Quadro 13 – Procedência das mães dos batizados cativos e forros em Jacutinga (1790-1807)	83
Quadro 14 – Procedência das mães dos batizados cativos e forros em Iguaçu (1796-1813).....	83
Quadro 15 – Procedência da escravaria nos principais engenhos de Jacutinga (1797-1817) ..	84
Quadro 16 – Engenhos e famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçu nos anos de 1730, 1779 e 1795	88
Quadro 17 – População das Freguesias de Jacutinga e Iguaçu (1797)	90
Quadro 18 - Engenhos, ocupação, títulos, capelas e oratórios do grupo senhorial de Jacutinga e Iguaçu (Século XVIII)	119
Gráfico 1 - Hierarquia militar em Jacutinga e Iguaçu (século XVIII).....	121

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – A transmissão do engenho São Miguel na Família Araújo Caldeira, Jacutinga, século XVII	42
Diagrama 2 - Família Gonçalo Correia	47
Diagrama 3 – A transmissão do engenho da Cachoeira e Maxambomba na Família Gonçalo Correia, Jacutinga século XVII.....	50

Diagrama 4 – A transmissão do engenho de N. S. do Rosário e Santo Antônio, na Família Maciel da Costa, Jacutinga, século XVII	53
Diagrama 5 - Família Correia Vasques, terceira geração	99
Diagrama 6 - Família Soares de Bulhões.....	108
Diagrama 7 - Família Pina e Oliveira.....	112
MAPA	
Mapa 1 – Freguesias fluminenses (século XVIII e início do XIX)	61

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I – Estabelecimentos das primeiras famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçu	22
1.1 - Características gerais do grupo senhorial seiscentista em Jacutinga e Iguaçu.....	26
1.2 - Relações sociais nos engenhos das famílias senhoriais do século XVII	35
1.3 - Trajetórias de famílias seiscentistas	41
Capítulo II – Freguesias Rurais do Rio de Janeiro. Iguaçu e Jacutinga, século XVIII ..	55
2.1 - Formações de freguesias rurais no Rio de Janeiro	55
2.2 - A produção açucareira e alimentícia em Jacutinga e Iguaçu, século XVIII	62
2.3 - Estradas, rios, picadas e riachos	69
2.4 - População	72
Capítulo III – As famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçu no século XVIII	86
3.1 - Engenhos e famílias senhoriais no século XVIII	86
3.2 - Trajetórias de famílias setecentistas	93
3.3 - Grupo senhorial setecentista em Jacutinga e Iguaçu	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

Introdução

Um longo caminho...

O sargento mor Martinho Correia Vasques era o senhor dos engenhos Maxambomba e Cachoeira em 1694, na localidade de Jacutinga, capitania do Rio de Janeiro. Seu filho, o doutor Manoel Correia Vasques, administrava estes estabelecimentos em 1730. Seu neto, o padre Jose Vasques de Souza, continuava senhor dos mesmos engenhos, na então já freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, no início do século XIX. Este e outros casos refletem a principal questão a ser abordada, já que a atual pesquisa se insere no estudo longitudinal de famílias senhoriais. Seu objeto é constituído por famílias que possuíam a base de sua riqueza material e imaterial em freguesias rurais do Rio de Janeiro, as quais estabeleceram a conquista da terra ou ocuparam o ápice da hierarquia social e econômica naquelas localidades. Para tanto, valeram-se da posse ou compra de terras, da constituição de redes de parentesco consanguíneas e rituais, da posse de escravos, do estabelecimento de trabalhadores livres em seus sítios e fazendas, dentre outros elementos.

Calcamos-nos na família porque, desde o século XVI, ela é o grande fator colonizador do Brasil, “a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política (...)”¹. Família, bem entendido, no sentido lato, que incluía filhos, agregados, escravos, etc. Igualmente o conceito de casa, que não significava apenas local de residência, coabitação, ou um conjunto de bens materiais, ou até mesmo a forma de ‘governar a casa’. Mas, “engloba o ‘capital simbólico’ que o nome e a história que uma determinada família transportava”.² Casa foi um dos sinônimos de família e os que a compunham não eram só os que a habitavam, como também os que estavam ligados a ela por laços consanguíneos, parentesco espiritual e por afinidade. Criados, ascendentes colaterais, agregados e escravos também pertenciam a esse universo familiar. Quanto maior o número destes, maior era a afirmação de poder e prestígio da família³.

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20ª. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980, p. 18-19.

² RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII. Casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 542; 578.

³ *Ibidem*, p. 542; 578.

Nesta pesquisa, iremos analisar famílias senhoriais de duas freguesias rurais ao longo do século XVIII, período de crescimento e maior produção de açúcar e gêneros alimentícios. Trata-se das freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú e Santo Antonio de Jacutinga, situadas ao fundo do Recôncavo da Guanabara. Deste modo podemos incluir este estudo no que Braudel denominou de *longa duração*, contraposta a história dos acontecimentos, ou episódica. Segundo o autor, o tempo breve não constitui toda a realidade, toda a espessura da história, pois, na longa duração, o pesquisador poderá observar as persistências e sobrevivências que ocorrem na estrutura social, ou seja, as mudanças sociais.⁴ Portanto, esta ferramenta metodológica auxiliará a análise das relações sociais que se reiteram ou desgastam lentamente no tempo. Casa-se bem com a análise geracional das famílias.

Analisaremos as estratégias⁵ utilizadas para a continuidade destas famílias como elite, frente a diversas transformações, ou seja, analisar famílias durante a ação não a partir de conceitos prontos para “encaixar” a sociedade abordada, mas acompanhar suas trajetória e entender o significado de elite, por meio do *processo generativo* (na sua trajetória, no seu percurso⁶). Buscar-se-á contribuir para o estudo de potentados locais em territórios não localizados nos centros dos circuitos políticos e comerciais do Império Português, não obstante a importância cada vez maior que a cidade do Rio de Janeiro ganhava no setecentos. Para analisar tais famílias, alguns conceitos ao longo do estudo aparecerão com certa frequência, que ajudam a compreender o tipo de sociedade que está sendo abordada.

O corte temporal adotado é o do tempo das famílias, da sobrevivência geracional da casa que, aqui contempla fins do século XVII a fins do século XVIII.

A fim de apresentar as primeiras famílias senhoriais estabelecidas em Jacutinga e Iguaçú, no primeiro capítulo recuamos no período aqui delimitado para apresentar o início do estabelecimento dos primeiros engenhos e dos potentados senhoriais em finais do século XVII. No segundo capítulo examinamos o surgimento destas localidades, sua demografia, os meios de exportação das mercadorias produzidas e sua economia, com ênfase na produção de açúcar, aguardente e gêneros alimentícios, além de identificarmos os engenhos existentes no século XVIII.

⁴ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, p. 12-21.

⁵ Para mais detalhes sobre o conceito de estratégia ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 30.

⁶ BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. vol 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 32-47 e BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

No terceiro capítulo abordamos as distintas famílias detentoras de cabedais em tais freguesias e nosso objetivo é o de acompanhar suas trajetórias, perceber quais são os critérios que as faziam pertencentes à elite no início, em meados dos setecentos e, principalmente, no final do século XVIII. Ou seja, como se *comportam* ao longo do tempo, partindo do princípio de que os elementos que a caracterizam não eram os mesmos durante todo o período. No fim deste bloco, analisamos o grupo senhorial de maneira geral, identificando os elementos e símbolos que o caracterizavam.

Sociedades com traços do Antigo Regime

Alguns elementos viabilizam a caracterização de freguesias rurais enquanto sociedades com *traços* de Antigo Regime, concebidas como hierarquizada, pré-capitalista, escravista, imbuídas das noções de equidade e *casa*, fundamentais para sua reiteração ao longo do tempo.

As noções de ordem e de estado também auxiliam a compreensão dessa sociedade desigual. Ordem para pensarmos em manutenção da hierarquia, e estado remete ao lugar que cada grupo social ocupa nessa sociedade, no século XVIII e início do XIX. De acordo com António Manoel Hespanha, a noção de *ordem* é central na imaginação jurídica da época. Uma das bases de tal concepção é a narrativa bíblica da criação do mundo, exemplo maior de ordenação, que serviu para fundamentar as hierarquias sociais, presentes nos textos jurídicos, inclusive nas Ordenações Afonsinas, dando base ao pensamento social medieval e moderno.⁷

Hespanha afirma que a ideia de ordem nesta sociedade tradicional faz do mundo o reino da diversidade (não necessariamente imperfeito), um enorme conjunto de diferenças hierarquizadas entre si. Dispositivos como títulos e tratamentos, trajes estatutários, hierarquias de lugares, procedências, etiquetas cortesãs, etc., são elementos que visam tornar aparente a ordem natural das coisas. Ou seja, a sociedade é composta de partes autônomas e desiguais,

⁷ Assim, os textos jurídicos baseiam-se em concepções cristãs: Deus, ao criar o mundo, ordena todas as coisas, dando nome às espécies, pondo cada coisa em seu lugar e criando vínculos entre elas (a perfeição da criação divina se dá justamente na harmonia da diversidade). Deus teria dado a cada um a sua função (A terra deveria produzir plantas, ervas e árvores que deveriam produzir frutos; os animais das águas, da terra, dos céus; o homem para que reinasse sobre toda essa criação; etc.). A hierarquização da sociedade decorre de uma ordem natural das coisas. HESPANHA, António Manoel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 47-68. Ver também, para o século XIX: MAYER, Arno. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2007.

onde há uma hierarquia entre essas partes (cada um teria uma inserção funcional), sendo a ordem um dos aspectos fundamentais nesse mundo, para a criação de vínculos entre elas. Daí que todo intento de fingimento, falsidade ou bruscas transformações eram condenáveis, pois a ordem deveria ser mantida.⁸

Sociedade de estados é uma característica do Antigo Regime. A diferença entre as pessoas se traduz na noção de *estado* ou *privilégios*. O estado é a permanente maneira de estar, corresponde a um lugar na ordem a uma tarefa ou dever social. Um grupo de pessoas (que compõem determinado estado) com o mesmo estatuto jurídico, privilégios e funções: “A diversidade que estava na natureza da criação, modelava também a natureza de cada criatura”. Destarte, nessa ordem do mundo, cada pessoa teria o seu lugar específico, uma função natural; era digna em função da dignidade que seu ofício naturalmente lhes competia.⁹

Evidentemente, nas áreas de conquistas nada era tão rígido assim, sequer no reino, aliás – haja vista a enorme mobilidade social de diferentes grupos sociais, inclusive escravos alforriados.¹⁰ Porém, a mobilidade social reforçava a ordem e hierarquia social mantendo a desigualdade e a assimetria.¹¹

Confluindo com esta perspectiva, valemo-nos também de outras características de sociedades de Antigo Regime, examinadas por Giovanni Levi. O autor analisa o conceito de reciprocidade dentro de relações jurídicas e econômicas, na área do Mediterrâneo, do século XVI ao XVIII. Três princípios vão guiar a análise: reciprocidade, equidade e analogia; propõe

⁸ HESPANHA. *Imbecillitas: as bem-aventuranças...*, 2010, op. cit., p. 47-52. Segundo Paolo Grossi no direito medieval (considerado pelos indivíduos como algo natural) a ordem natural das coisas deve ser mantida. A mudança não é bem quista. GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. (2ª ed.). Florianópolis: Fundação BOITEUX, 2007, p. 27-34.

⁹ HESPANHA. *Imbecillitas: as bem-aventuranças...*, 2010, op. cit., p. 58.

¹⁰ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo. A dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹ Tais percepções estão interligadas à concepção corporativa da sociedade. Dentro deste paradigma, a sociedade era pensada como um corpo, sendo o rei a cabeça, cuja função era “representar externamente a unidade do corpo e manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um o que lhe é próprio; numa palavra, realizando justiça.” Cada órgão era indispensável, portanto não haveria um poder ‘puro’ e não partilhado; o poder deveria ser repartido, por natureza. Daí que resulta a autonomia político-jurídica dos corpos sociais, harmoniosa com a articulação natural. Cada órgão corporal teria a sua função, de modo que, para realizá-la, a autonomia era um fator fundamental. Cf. Ângela Barreto Xavier e Antônio Manoel Hespanha. *A Representação da Sociedade e do Poder*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. Vol.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa 1993, p. 114-115.

a referência aos mecanismos de solidariedade, justiça distributiva e a rígida hierarquização social, já que se trata de sociedades de Antigo Regime.¹²

Enfatizamos o conceito de *equidade* porque nos dará maior aporte teórico para o entendimento de concepções que norteavam o sistema valorativo dessas sociedades aqui abordadas. Tal conceito implica que todos os sujeitos estão subjugados a um sistema normativo, mas o modo como essa justiça será aplicada dependerá do *status* de cada um ou do lugar social; sendo assim, cada um deve receber o que lhe é devido.¹³ O conceito de equidade teve importância somente onde a igualdade não era reconhecida entre os cidadãos, reforçando a desigualdade de uma sociedade hierárquica e segmentada. Se na sociedade contemporânea o conceito de igualdade, onde todos são iguais perante a lei, é o guia do sistema jurídico, durante o Antigo Regime “a equidade era o protagonista central de seu sonho impossível de construir uma sociedade justa de desiguais.”¹⁴ A equidade, segundo Levi, é a base de um sistema jurídico que visa organizar uma sociedade hierarquizada, onde conviviam muitos sistemas normativos, todos no intuito de conhecer o que é justo para cada um. Nesse universo, as leis estão dadas, são naturais.

Tal como no mediterrâneo e em sociedades européias, encontramos as implicações da noção de equidade nas práticas do direito da América portuguesa colonial. Composto de uma pluralidade de sistemas normativos, Hespanha afirma que em tal direito haveria três ordens jurídicas: o direito comum (temporal), o direito canônico e o direito dos reinos, gerando assim um pluralismo jurídico e incerteza dos direitos: Tal incerteza “não é igualmente boa ou má para todos. Normalmente, serve os mais poderosos, os que têm capacidade de influenciar, de subordinar, de sustentar um litígio durante anos em tribunal ou, pura e simplesmente, de se estribarem no parecer de um letrado por sua conta para desobedecerem ao direito estabelecido”.¹⁵

Assim, quando invocar o direito canônico, temporal ou o dos reinos, partindo do princípio de que nesta sociedade os homens assumiam diversos papéis? Deste modo, a pluralidade jurídica gerava diversas interpretações, o que muitas das vezes favorecia aos interesses dos poderosos locais. É com razão que Levi afirma: requerendo diversas equidades,

¹² LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Monica Ribeiro. (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: UFGV, 2009, p. 51-52.

¹³ Por tanto a justiça é distributiva porque “*aspira a garantir a cada um o que lhe corresponde segundo seu status social*”. Ibidem, p.53.

¹⁴ Ibidem, p. 62.

¹⁵ Hespanha, António Manuel. *Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. Direito comum e direito colonial*. AMHAR, 2005, p. 3.

os indivíduos *jogavam estrategicamente* reivindicando diversos pertencimentos para gozar diversos privilégios.¹⁶ Um bom exemplo é dado por Hespanha sobre um caso português de grande relevância para a América portuguesa:

Se um pai, em testamento, legou uma escrava a um filho e, à data da morte [do] testador, desta tinham nascido cinco filhos, estes fazem parte do legado ou devem ser considerados como incluídos na massa da herança a dividir pelos herdeiros? A resposta a esta questão depende da qualificação doutrinal que fizermos dos objetos ‘escrava’ e ‘filhos de escrava’. Se estes forem tidos como frutos da coisa legada, não entrarão na herança, de acordo com a regra do direito comum de que os frutos seguem o destino da coisa principal. Se forem considerados como objetos independentes da sua mãe, não se consideram legados e entrarão, por isso, na partilha do remanescente na herança.¹⁷

Para estudar o direito na América portuguesa é preciso entender que no Antigo Regime sua autonomia perpassa pela capacidade local de preencher os espaços jurídicos de abertura ou indeterminação existente na estrutura do direito comum. O direito, assim, seria construído pela prática. Nessa prática, um fator fundamental era o modelo de relação entre direito geral e direito privado que dava contornos ao sistema jurídico do Antigo Regime. A preferência era do particular sobre o geral, apoiada no direito romano. A invocação do poder do direito particular era considerado por magistrados como *abusos* para com o direito oficial. A proliferação de práticas locais (atenuadas pela distância para com o reino) formava no fim o próprio direito colonial.¹⁸ No século XIX, até onde se sabe, não obstante transformação na estrutura político-administrativa, não passaram a imperar direitos igualitários.¹⁹

Por isso, utilizamos a noção de Antigo Regime nos Trópicos mesmo no avanço do setecentos. Também porque os resultantes desses conceitos ultrapassam e muito o mero aspecto jurídico. Unem, integram, relacionam-se também no âmbito econômico, social, simbólico. Tal afirmação pode ser aferida ao constataremos os esforços classificatórios realizados pelas pessoas dessas sociedades, o que iremos analisar mais a frente.

Casa e família em sociedades pré-capitalistas

Pensar nessas freguesias rurais como parte de uma sociedade pré-capitalista é fundamental para evitar absurdos, reducionismos e incoerências no estudo sobre famílias pertencentes à elite. Em primeiro lugar, assim como Maria Fernanda Martins, utilizo o termo

¹⁶ LEVI. *Reciprocidade Mediterrânea*, 2009, op. cit., p. 64.

¹⁷ Hespanha. *Porque é que existe e em que é que consiste um direito...*, 2005, op. cit., p. 2-3.

¹⁸ *Ibidem*, p. 4-11.

¹⁹ GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit.; SOARES. *A remissão do cativo. A dádiva da alforria...*, 2009, op. cit.

elite em seu sentido clássico e amplo, “de forma a abarcar aqueles indivíduos que se encontram no topo da hierarquia social”. Ainda para a autora, o uso mais genérico do termo torna-se cabível para estudos de casos, onde os papéis sociais (no período colonial e imperial) não estão definidos e os indivíduos assumem uma pluralidade de atividades e funções.²⁰ Destarte, inicialmente entendo elite local como um conjunto de famílias que ocupam o topo da hierarquia nestas freguesias rurais.

Pertencer à elite local não derivava necessariamente da riqueza material, mas, também, no século XVIII, do poder de mando político e do reconhecimento das qualidades deste grupo social por parte dos grupos subalternos. As práticas parentais entre membros da elite, agregados e escravos significavam manutenção do poder para os homens de *melhor qualidade*; e para grupos subalternos, a sobrevivência física e a mobilidade social.²¹ Pesquisas têm ressaltado que a elite utilizava estratégias, traduzidas em redes sociais, para garantir sua qualidade estamental e a demarcação da diferença de condição frente a outros indivíduos, o que perpassa todo o período.²² O conceito de *casa e família* corroboram para a identificação de tais estratégias.

Um fator principal que devemos levar em conta na análise é que, naqueles contextos, o cálculo econômico e a racionalidade das decisões econômicas desses indivíduos, são diferentes do raciocínio econômico moderno. As sociedades pré-capitalistas não estão assentadas no livre mercado, o pensamento guardava um quê de econômico, mas os fatores extra-econômicos também constavam no jogo. Deste modo, os preços de mercado são inadequados, ou ineficientes, para reconstruir modalidades de cálculo ou avaliar os resultados da atividade produtiva dessas pessoas, bem como os fatores da hierarquia social.²³

Karl Polanyi afirma que nessas sociedades a economia do homem estava submersa em suas relações sociais. Agia-se de forma não só a salvaguardar o interesse na posse de bens materiais, mas também para salvaguardar uma situação social, exigências sociais, o

²⁰ MARTINS. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política...*, 2007, op. cit., p.28.

²¹ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, n.5. jul.-dez. 2002, p. 42-46.

²² GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e Hábitos de Consumo na Sociedade Senhorial da América Portuguesa*. (no prelo); FRAGOSO, João. *Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²³ KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 28-30.

patrimônio social.²⁴ Então, neste caso, o conceito de degradação de bens desempenha uma função importante no “raciocínio econômico”. Ou melhor, que tudo deve ser feito para a não degradação da casa. Logo, cabe analisar o que implica o conceito de *casa* e *família* para o caso da América portuguesa.

Para as elites, João Fragoso afirma que fidalgos e negociantes transpareceram agiam em prol da formação e da manutenção de uma *casa*²⁵, descrita da seguinte maneira por Hespanha:

A ‘casa’ é essa grande unidade cimentada pelo poder doméstico ou econômico, encabeçada pelo pai de família- que, do ponto de vista da república, coincidência com o cidadão-, a qual se prolongava na sua mulher e filhos, na sua parentela (branca ou índia, como acontece nas elites paulistas ou gaúchas do Brasil), na sua criadagem, (...) e, no Brasil, na sua ‘escravaria’.²⁶

Tal casa não é constituída automaticamente pela consanguinidade, pois segundo Fragoso nem todos os integrantes de uma mesma família viviam o sentimento de pertencer a ela “os principais componentes eram unidos por relações de parentesco fictício, passando por forros e clientes e chegavam ao *capo* da família.” A casa é, então, uma vasta rede formada por pessoas de qualidades diferentes, unidas pelo parentesco.²⁷ Parentesco que envolve só o biológico, mas também o social, logo, as configurações no campo do parentesco refletem também escolhas sociais.²⁸

²⁴ POLANY, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, p. 60-61.

²⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750)”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.107-108.

²⁶ HESPANHA, Antonio Manoel. “Prefácio”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.15.

²⁷ FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 109. Mafalda Soares da Cunha, ao analisar a Casa de Bragança entre 1560 e 1640, diferencia *casa* de *linhagem*. Do primeiro afirma que “é um conjunto de coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam.” Já por linhagem se entende “todos os descendentes, mesmo que por diversos ramos, de um mesmo antepassado fundador, a partir do qual se estabelece o apelido e os elementos heráldicos centrais dos brasões e armas”. CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p.408-409.

²⁸ Para o antropólogo Fraçoise Zonabend o parentesco expressa comportamentos e é um código que regula as atitudes a serem tomadas. ZONABEND, Fraçoise. *Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. In: Burguière, André; Klapisch-Zuber, Christiane; Segalen, Martine; Zonabend, Fraçoise (Org.). *História da família. Mundos longínquos (vol I)*. Lisboa: Terramar, 1996, p. 18-19.

Ao estudar a trajetória de Giovan Battista Chiesa, no Piemonte, século XVII, Giovanni Levi recompõe estratégias cotidianas traduzidas em alianças, solidariedades, arrendamentos e outras ações complexas, que não resultavam de simples racionalidades, mas estavam atreladas a valores e instâncias de sociabilidade de Antigo Regime. Quando a análise aborda trajetória individuais, deve, igualmente, abordar a família, a qual não pode ser examinada de forma isolada. O conceito de família, segundo Giovanni Levi, comporta: “de grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional de Antigo Regime”.²⁹ Em suma, trata-se de um conjunto de parentes e aliados.

António Manoel Hespanha, em pesquisa sobre a família portuguesa, afirma que, embora não seja fácil classificá-la, o direito oficial a define como uma comunidade alargada, tanto de pessoas como de bens, subordinadas ao mesmo *paterfamilias*, onde cada membro tem o dever de cooperação para a valorização do patrimônio familiar. Já em sentido lato, a família abarca todas as pessoas ligadas pela geração (*agnados*), pela afinidade (*cognados*), e mais ainda, envolve os criados, escravos, e até os bens, todos incumbidos de direitos e deveres recíprocos. Embasado em Samuel Coceius, Hespanha relata que aos seus membros agnados decorrem os seguintes privilégios:

1º todos os privilégios que aderem à família, também pertencem aos agnados, do mesmo modo que o uso do nome e dos brasões, etc.; 2º as injúrias feitas as famílias podem ser vingadas também por eles, 3º, os membros da família devem defender aqueles que não o podem fazer, pois nisto consiste a tutela legítima.³⁰

Por isso, nesta família de Antigo Regime, a unidade é um “princípio constitucional”, viabilizada não só pela direção única do *pater*, onde todos os membros da família estariam subordinados a este, mas também por modelos que asseguram a unidade da família mesmo após a morte deste, como a primogenitura. Deste modo, o pátrio poder é geracional. Este poder paternal não se extinguiu com a maioridade dos filhos, terminava apenas com a emancipação paterna, o casamento ou a assunção a cargos e dignidades³¹

Relacionadas ao conceito de casa, as famílias das freguesias de Piedade e Jacutinga, pertencentes à elite local, não são formadas simplesmente por laços de consanguinidade, tão

²⁹ LEVI. *A herança imaterial*, 2000, op. cit., p. 98-99.

³⁰ HESPANHA. *Imbecillitas: as bem-aventuranças...*, 2010, op. cit., p.126.

³¹ *Ibidem*, p. 101-138.

pouco visam apenas interesses econômicos. Sua constituição envolve redes, alianças e parentesco, em busca da manutenção do reconhecimento social e da unidade familiar. Daí nossa escolha do estudo longitudinal de trajetórias familiares.

Vistos os conceitos, cabe agora analisarmos as metodologias adotadas no estudo. Recorremos à proposta da *micro-história italiana*, ao conceito de *redes* e à técnica de *cruzamento onomástico*.

Micro-História

A micro-história surge em contraponto a uma História linear, narrativa, totalizante, e em reação a certo tipo da história social. Tem como base a redução da escala de observação e um estudo intensivo do material documental. Seria na escala reduzida que o pesquisador conseguiria enxergar nuances “invisíveis” na macro-estrutura. Para Levi a redução da escala é um procedimento analítico que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado. Na busca de uma análise do comportamento humano, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo.³² Porém, mesmo propondo a uma análise “microscópica”, não há uma hierarquia nos níveis de observação. Revel afirma que não há hiato e nem oposição entre micro-história e história global. Logo, trata-se da importância da contextualização múltipla, da verificação local de hipóteses e de resultados gerais, enfim, do método comparativo. Olhar a realidade sob diversos ângulos enriquece a pesquisa histórica. Para Rosental, é justamente esse jogo entre as escalas de análise (abordagem multiscópica) que diferencia a micro-história de outras abordagens.³³

Ao lermos *O queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg, percebemos que neste tipo de abordagem podemos acompanhar a imprevisibilidade dos atores, observar suas incoerências, examinar o indivíduo na ação. O personagem principal, o moleiro Menochio, é um

³² LEVI, Giovanni. Prefácio. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.p.19-38 e LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-162

³³REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 26-27; ROSENTAL, Paul-André. *Construir o “macro” pelo “micro”*: Fredrik Barth e a “microhistoria”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 151-152. Também sobre a relação micro e macro, Witold Kula afirma que a soma dos fenômenos do micro não é o macro. O pesquisador deve analisar os fenômenos individuais para relacioná-los com o macro. KULA, Witold. *Problemas Y Métodos da la Historia Económica*. Ediciones Península, Barcela. 3ªed., 1977.

excepcional normal, mas que só pôde ser conhecido devido à redução da escala da análise.³⁴ Segundo E. Grendi, “a escolha de escala da microanálise é exatamente em função dos objetos analíticos propostos, isto é, as relações interpessoais: isso vale para os grupos sociais e para as comunidades.”³⁵ O normal e o cotidiano tornam-se os protagonistas dessa história (não que seja a história dos excluídos).

As concepções teórico-metodológicas do antropólogo norueguês Fredrik Barth em muito contribuíram para a análise micro-histórica. A primeira contribuição aqui analisada é sobre o comportamento social. O indivíduo não age mecanicamente de acordo com um sistema normativo. Antes, deve-se levar em conta a posição particular de cada membro da sociedade estudada. Assim, mesmo quando se apreendem aspectos dos sistemas normativos da sociedade de Antigo Regime, há que se considerar o caráter não-automático de seus efeitos. Os comportamentos grupais não são pré-determinados.³⁶

Outra ferramenta analítica utilizada pelo autor para construir seu modelo de análise social (fonte de inspiração para o seu trabalho de campo) é a teoria dos jogos, onde o indivíduo é concebido como um ator nos momentos de decisões e de escolhas. Em suas noções valorativas, que são os parâmetros das regras de estratégias desses agentes, pesam os ganhos e perdas durante o jogo social. Por isso, analisar o indivíduo durante a ação e conhecer os valores que o norteiam contribuem para revelar os *modelos generativos*, onde o que se identifica durante a pesquisa são os processos e não simplesmente a descrição de formas.³⁷

Estudar o comportamento social, por meio da análise microanalítica, não deve excluir o âmbito econômico nem o estudo quantitativo da pesquisa.³⁸ Por isso, é possível aliar a microanálise com a abordagem quantitativa.³⁹ Entendemos que o método estatístico pode ser acompanhado por análises de trajetórias, portanto “métodos” qualitativo e quantitativo complementam-se.

³⁴ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13. Ver também o conceito de Excepcional normal. EDOARDO, Grendi. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

³⁵ EDOARDO, Grendi. Paradoxos da história contemporânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.45.

³⁶ BARTH. *Process and form in social...*, 1981, op. cit., p 15-32.

³⁷ *Ibidem*, p. 15-32.

³⁸ Labrousse afirma que a quantificação é um meio e não um fim em si mesmo, pois, em história social, ao utilizar uma grande quantidade de fontes, pode-se alcançar uma representatividade. LABROUSSE, Ernest. *Fluctuaciones Economicas e História Social*. Madrid: Editorial Tecnos, 1973, p. 91-98. DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, p. 86-88.

³⁹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (org.). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.170-175.

Para Adeline Daumard, a história social e os estudos econômicos devem se amparar mutuamente.⁴⁰ Apesar das lacunas das fontes, dificuldade inerente à pesquisa histórica, e das limitações dos dados globais da economia, o estudo econômico oferece “uma cronologia, o quadro e as tendências de uma evolução, certos elementos da estrutura, já que a origem e a composição das fortunas bem como a distribuição das rendas e dos salários e, em larga escala, a diversidade das profissões se lhes vinculam”.⁴¹ Desse modo, os fatores econômicos (bem entendidos enquanto pré-capitalistas) são importantes para compor o pano de fundo da história social.⁴²

Técnica onomástica e o estudo de redes.

Um dos meios de identificar e seguir as famílias no passado é o *nome*⁴³. Ginzburg afirma que este é um fio condutor e pode se tornar uma bússola preciosa na análise. Por isso, utilizaremos o método da circunscrição de análise e a técnica de cruzamento onomástico da micro-história italiana, importantes para compreendermos as questões propostas. Através deste procedimento é possível identificar os indivíduos, suas escolhas e ações na dimensão micro, que estão intrinsecamente atreladas ao nível macro. Pela técnica onomástica, para evitar os homônimos, faremos o cruzamento de diferentes fontes; logo, informações como ocupação, cônjuge, herdeiros, residência, títulos, dentre outras, são fundamentais para a identificação dos indivíduos.

A metodologia de análise de redes, que surge na Inglaterra e nos Estados Unidos durante a década de 1970, foi utilizada por Mafalda Soares da Cunha. Para a autora a *network analysis* desloca-se do centro da análise de grupo para análises individuais, o que não significa a adoção de um individualismo metodológico. Mas, antes, aceita-se que cada agente pode manipular o conjunto das relações para atingir um fim, ou buscar a melhora da posição que detém no interior do grupo, adotando estratégias que visem o aumento da capacidade e controle dos recursos que lhe estão disponíveis, através da gestão das relações inter-individuais.⁴⁴

A autora afirma que há dois modelos de redes:

⁴⁰ DAUMARD. *Hierarquia e riqueza na...*, 1985, op. cit., p. 86-88.

⁴¹A autora fornece um importante alerta sobre os dados econômicos globais: tem um valor limitado e não permitem por em evidência os traços particulares, mesmo os puramente materiais, dos grupos sociais, pois estes não aparecem nos cálculos gerais. Ibidem, p. 38-46.

⁴²Cf. POLANY. *A Grande transformação: as origens...*, 1980, op. cit.

⁴³GINZBURG. O nome e o como, 1989, op. cit., p.174-175.

⁴⁴CUNHA. *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais...*, 2000, op. cit., p. 396.

*(...) um primeiro que analisa a estrutura das redes com um universo delimitado e totalmente conhecido; e um segundo que centra a análise nos indivíduos a partir de um universo mais amplo, cujas relações se caracterizam pelos atributos daqueles com quem se relacionam e permite contabilizar a probabilidade de alguns se relacionarem com outros tipos de pessoas.*⁴⁵

Neste estudo utilizaremos a técnica onomástica para identificarmos os senhores de engenho da sociedade aqui abordada e suas respectivas famílias, bem como para observarmos as redes sociais por eles constituídas e acionadas.

Feito os devidos esclarecimentos sobre os conceitos e métodos utilizados nesta pesquisa, passemos a análise das famílias estabelecidas nas freguesias.

Capítulo 1 – Estabelecimentos das primeiras famílias senhoriais em Jacutinga e Iguazu

*Pelo que, começando, digo que as riquezas do Brasil consistem em seis cousas, com as quais seus povoadores se fazem ricos, que são estas: a primeira a lavoura do açúcar, a segunda a mercância, a terceira ao pau a que chamam do Brasil, a quarta os algodões e madeiras, a quinta a lavoura de mantimentos, a sexta e última a criação de gados. De tôdas estas cousas o principal nervo e substância da riqueza da terra é a lavoura dos açúcares.*⁴⁶

⁴⁵ Ibidem, p. 397-398.

⁴⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Positivo, 2005, p. 78-79. Disponível em: http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf.

O ponto de partida que desperta maior interesse da Coroa lusa pela sua colônia americana se dá em 1534. Este ano fora marcado por medidas de povoamento e de valorização do território, por meio da concessão de quinze capitanias hereditárias a donatários. Dois acontecimentos atraíram a atenção da Coroa para o Brasil: a ofensiva francesa em certas localidades e o declínio do comércio asiático⁴⁷. A partir de meados do século XVI, Portugal sofreu com invasões nas fronteiras de suas possessões Orientais (tais como Marrocos, Ormuz e Estado da Índia), portanto, sua atenção voltou-se para o comércio no Atlântico. Diante de tal quadro, temos uma crescente atlantização da política ultramarina, onde a presença lusitana intensificar-se-á em Angola e na América portuguesa⁴⁸.

Nas capitanias, no início do XVI, os donatários detinham a posse de 20% das terras, sendo o restante (80%) repassado a terceiros em forma de sesmarias. O objetivo da Coroa portuguesa, ao conceder terras, foi expulsar a presença de estrangeiros e estabelecer a conquista.⁴⁹ Especificamente para o Rio de Janeiro do século XVI e XVII, de acordo com Maria Fernanda Bicalho, tanto a Coroa quanto os colonos tinham ciência de projetos franceses que teriam por objetivo a conquista da cidade. A própria fundação da cidade de São Sebastião fora uma tentativa de estabelecer definitivamente o domínio da conquista portuguesa, ameaçado pelos tamoios e pela presença francesa comandada por Villegagnon.⁵⁰ Para lograr a conquista do Rio de Janeiro, a Coroa fez uso do sistema de mercês para suprir a necessidade de recursos e homens na realização de tal empreitada. Deste modo, “a conquista da Guanabara contou com recursos da própria América portuguesa”.⁵¹

O Recôncavo da Guanabara⁵² começou a ser povoado durante o século XVI por meio da doação de sesmarias, logo após a fundação da cidade de São Sebastião, em 1565, pelo capitão-mor Estácio de Sá. Pesquisas referentes às freguesias pertencentes ao entorno do

⁴⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20.

⁴⁸ FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 34-35.

⁴⁹ Atlas Fundiário do Rio de Janeiro./ S E A F. Rio de Janeiro: 1991. p. 9-13.

⁵⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 29.

⁵¹ FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza...*, 2007, op. cit., p.48-49.

⁵² Em 1793, Monsenhor Pizarro utilizou o termo Recôncavo da Guanabara para denominar toda a região do entorno da Baía da Guanabara, ou seja, tanto os dois lados da Baía, quanto o fundo. Ver ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, (1753-1830). *Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794*. Nilópolis: Shaovan, 2000.

Recôncavo corroboram tal afirmação. Antonio Carlos Jucá, ao pesquisar Magé, criada em 1696, também constata que teve o início de sua ocupação “com a concessão de sesmarias que visavam, aparentemente, impedir a entrada de novos invasores após a expulsão dos franceses e garantir o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.”⁵³ Manoela Pedroza, ao estudar a freguesia de Campo Grande, fundada em 1673, afirma que “o processo de colonização desta paróquia foi oficialmente baseada na concessão de sesmarias, com posterior instalação de engenhos e produção de açúcar para exportação”.⁵⁴

Todavia, atentemos para um fato, tal concessão de terras foi realizada de forma desigual, pois foram feitas principalmente aos que prestaram algum tipo de serviço a El-Rei. Sampaio assinala que “a instituição do sistema de sesmarias constituiu a política do Estado português, o qual beneficiava aqueles que o serviam e os transformavam na elite colonial, já em formação.” Assim, reforçou-se a nascente hierarquia social na colônia.⁵⁵ Portanto, desde o século XVI há registros de indivíduos que obtiveram sesmarias na área do fundo do Recôncavo fluminense, com base no seguinte argumento: o uso de seus próprios bens, parentes e escravos no processo de conquista da terra.

Dentre os diversos exemplos, incluem-se as localidades aqui examinadas. Uma das primeiras doações de terras na área que se tornaria Freguesia de Piedade do Iguaçu e Jacutinga fora concedida a Brás Cubas, em 1568, com 3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos, pelo rio Meriti, passando pela aldeia dos índios Jacutinga.⁵⁶ Como um dos fidalgos que acompanharam Martim Afonso de Souza na empreitada de fundação do povoado de São Vicente, Brás Cubas estabeleceu-se com sua família e agregados na capitania, erigindo o primeiro engenho de açúcar da região (onde hoje fica a Baixada santista). Exerceu o cargo de provedor da fazenda real e de alcaide mor das capitanias de São Vicente e Santo Amaro.⁵⁷ Logo, Brás Cubas e, posteriormente, seus descendentes, abocanharam títulos e

⁵³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo. Sistema Agrário e evolução econômica na produção de alimentos. (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994, p.10-11.

⁵⁴ PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral. Uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. 422 f. Tese (Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 9.

⁵⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 62.

⁵⁶ FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguaçu: comemortiva do primeiro sentenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1933, p.8.

⁵⁷ZUNDT, Carlos. *Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização*. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:bZ0brekwrF0J:scholar.google.com/+br%C3%A1s+cubas+fidalگو+portugues&hl=pt-BR&as_sdt=0, p. 11.

terras na colônia valendo-se da participação e dos gastos efetuados no estabelecimento do domínio português frente a invasores e gentios da terra⁵⁸.

Outras concessões de sesmarias para a região foram feitas: em 1567, a Cristóvão de Barros⁵⁹, perto do Rio Iguaçu; em 1577, a Antonio Vaz; e, já no início do XVII, em 1602, a Manoel Gomes da Costa, Antonio Fernandes, Baltazar de Andrade Araújo, Bartolomeu Duarte Bittencourt e Manoel Ribeiro. No século XVIII foram feitas mais de 60 doações de terras, em forma de sesmarias⁶⁰. Logo, se a concessão de sesmarias conformava a elite, isto foi mais decorrente no século XVIII.

Durante o processo de ocupação e domínio da terra no século XVI, o Rio de Janeiro apenas delineava uma inserção no quadro econômico colonial e do atlântico, por meio da produção de gêneros alimentícios para o abastecimento e da iniciante importação de cativos africanos. Contando com três engenhocas, exportava farinha de mandioca para Angola, Pernambuco e Bahia.⁶¹ Fernandes Brandão, senhor de engenho na Paraíba no início do século XVII, descreveu a capitania do Rio de Janeiro como local de poucos engenhos, mas de importante comércio com as embarcações que advém do Rio da Prata e a exportação de farinha da terra, a qual abunda em toda a capitania.⁶²

Dessa maneira, como ressalta Alencastro, ocorre a passagem de uma economia alimentícia e fundada na mão-de-obra indígena para uma economia fundada nos engenhos de açúcar e no cativo africano.⁶³ O crescimento do setor agro manufatureiro fluminense se deu, sobretudo, no século XVII. No Rio de Janeiro foi observado um aumento na sua produção açucareira e na importação de mão-de-obra cativa africana. Houve um crescimento no número de engenhos; de 14, em 1612, para 130 engenhos em 1680.⁶⁴

Foi durante o Seiscentos que ocorreu a acumulação primitiva da economia de *plantation* no Rio de Janeiro, refletindo na expansão do número de engenhos da capitania.

⁵⁸ MOTA, Maria Sarita. *Estratégias de manutenção do patrimônio na economia colonial: o Rio de Janeiro, séculos XVI-XVIII*. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenano-breza/arquivo/Doc/t1s1-02.pdf>, p. 7-8.

⁵⁹ “Comandante de frota de três naus que metrópole enviara em auxílio a Mem de Sá e foi governador da cidade do Rio de Janeiro” (1572-1574). FORTE, José Mattoso Maia, *Memória da Fundação de Iguaçu...*, 1933, p.9.

⁶⁰ PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila (História Iguaçuana)*. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997, p. 11 - 12.

⁶¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.63.

⁶² BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil...*, 2005, op. cit., p. 46.

⁶³ ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil...*, 2000, op. cit., p. 20.

⁶⁴ FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 65.

Esses primeiros senhores, nobres da terra, dominaram a produção açucareira e foram reconhecidos como integrantes das ‘melhores famílias’ fluminenses. Alguns, recém-chegados à colônia, e outros descendentes dos conquistadores quinhentistas, construíram seus engenhos de açúcar e aguardente pelo seu envolvimento com o comércio (no apresamento de índios, no trato negreiro), com a agricultura (na produção de alimentos e na exportação de açúcar) ou com o exercício de cargos da *res* pública (ocupação de cargos e postos na Câmara Municipal).⁶⁵.

Dentro deste quadro de início de colonização e expansão do setor açucareiro da cidade de São Sebastião e do seu Recôncavo, pretendemos analisar as famílias e engenhos que foram estabelecidos ao longo do século XVII, em terras da Guanabara, especificamente em duas freguesias: Jacutinga e Iguaçú. Ou seja, neste primeiro momento realizaremos uma toponímia dos engenhos em seu aspecto linguístico, histórico e político-cultural, não nos restringindo a simples identificação de nomes⁶⁶. Ao mesmo tempo, o estudo das trajetórias destas famílias torna-se fulcral para entendermos que o reconhecimento senhorial para com outros grupos sociais vai além do simples aspecto econômico, já que fazem parte de uma sociedade com traços de Antigo Regime.⁶⁷ Um engenho era muito mais do que uma unidade produtiva, era também um *locus* de poder social.⁶⁸

Ao analisar estas trajetórias, partindo do princípio que tais famílias pertenciam à elite e empregavam grande parte dos seus cabedais nestas freguesias (leia-se em territórios de conquista), podemos aferir que não tratamos de grupos locais que estão isolados em suas propriedades rurais. Estamos abordando famílias que faziam parte do Império português e sua dinâmica, que possuíam certa autonomia para exercer o domínio nas localidades onde possuíam cabedais e gozavam de reconhecimento social⁶⁹. Afinal, os senhores de engenho da

⁶⁵ FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 37-43.

⁶⁶ SEEMANN, Jöm. *A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará*. Disponível online: http://www.academia.edu/647642/A_TOPONIMIA_COMO_CONSTRUCAO_HISTORICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_municipios_do_estado_do_Ceara.

⁶⁷ Sobre sociedades com traços de Antigo Regime, ver introdução.

⁶⁸ Ter um engenho significa também ter a administração dos bens materiais, dos escravos e agregados, além de possuir poder econômico e social na localidade. Para mais detalhes sobre o significado dos engenhos para a nobreza, ver: FRAGOSO. *Na trama das redes. Política e negócios...*, 2010, op. cit., p. 254-255.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 252-256.

América lusa tinham posse de vastas extensões de terra e o controle de numerosos dependentes, características similares à nobreza europeia.⁷⁰

Dentre estes e outros aspectos aqui analisados, pretendemos responder às seguintes questões: Como estas famílias seiscentistas financiaram seus engenhos e engenhocas nas freguesias do Recôncavo? Eram reinóis ou descendentes das famílias de conquistadores? Moravam em seus estabelecimentos rurais ou na cidade de São Sebastião? Com a introdução do tráfico negreiro qual era o tamanho de suas escravarias e como se dava a relação com os grupos subalternos?

1.1- Características gerais do grupo senhorial seiscentista em Jacutinga e Iguaçú.

Assim passa, porque o açúcar é a principal cousa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico, [...] e as pessoas a quem se dão semelhantes terras, quando elas são capazes para se fabricarem nela engenhos de fazer açúcares, os fabricam, tendo cabedal para o poderem fazer, e quando lhes falta, as vendem a pessoas que os possam fabricar por ser necessário muitas fôrças e cabedal para os haverem de pôr em perfeição.⁷¹

Jacutinga fora elevada à categoria de freguesia em 1686 e Iguaçú em 1710. Todavia, antes mesmo destas datas, os territórios destas posteriores freguesias foram mencionados nas fontes com esta nomenclatura.⁷² Mauricio de Abreu analisou os engenhos fluminenses nos séculos XVI e XVII, baseado em diversas fontes primárias, identificou os seguintes engenhos na localização de Jacutinga e Iguaçú:

Quadro 1- Engenhos e famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçú (Século XVII)

Localização	Engenho	Senhor de Engenho até a década de 1680	Senhor de Engenho Pós 1680
-------------	---------	--	----------------------------

⁷⁰ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 224.

⁷¹ BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil...*, 2005, op. cit., p. 88.

⁷² Nos testamentos, documentos de ofícios de notas e inventários dos seiscentos, os engenhos aqui identificados são registrados com localização em Jacutinga, mesmo antes de ser fundada a freguesia, assim como em documentos produzidos pelos religiosos beneditinos, pois um de seus engenhos é localizado em Iguaçú. Ver: ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, 2 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 145-152 e Nigra, Dom Clemente Maria da Silva. "A antiga fazenda de São Bento em Iguaçú". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº7, Rio de Janeiro, 1943.

Jacutinga	Santo Antônio	Capitão Manoel Homem Albernaz (1641)	-
Jacutinga	Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio	Coronel Manoel Martins Quaresma (1679)	Capitão de Ordenança e Oficial da Câmara Manoel da Guarda Muniz (1685)
Jacutinga	N. S. da Batalha	João Coelho (1652)	-
Jacutinga	São Miguel	Francisco de Araújo Caldeira (1652)	Francisca de Araújo (1694)
Jacutinga	N. S. da Conceição e Santa Cruz	Maria Aguiar, viúva de Alonso de Gaia (1670)	Salvador Fernandes de Aguiar (1692)
Jacutinga	Maxambomba	Capitão e Provedor da Fazenda Real Pedro de Souza Pereira, o moço (S/I)	Sargento Mor Martim Correia Vasques, cunhado de Pedro Pereira (1685)
Iguaçu	Fazenda de São Bento	Religiosos Beneditinos (1613)	Religiosos Beneditinos (1685)

Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 145-152 e ABREU, Maurício de Almeida. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII, p. 2. Sobre a Fazenda de São Bento, fonte: Nigra, Dom Clemente Maria da Silva. "A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº7, Rio de Janeiro, 1943.

O estabelecimento destes engenhos ocorreu em um contexto econômico de queda e posterior elevação do preço do açúcar.⁷³ Até a década de 1630, a produção açucareira beneficiou-se da alta do preço deste produto, a partir deste decênio a conjuntura internacional não favoreceu a produção. De acordo com Maurício de Abreu, foi, sobretudo a partir de 1650, que o preço do açúcar caiu demasiadamente, atrelado a outros acontecimentos políticos e econômicos (tais como a invasão de Pernambuco pelos holandeses, a maior cobrança de tributos para a Colônia, restauração portuguesa de 1640, a tomada de Luanda pelos batavos, em 1641). Este quadro se alterou apenas em 1690, quando da retomada dos preços e da lavoura canavieira⁷⁴.

Recentes pesquisas ponderam sobre o impacto e a duração da conjuntura desfavorável de 1630-1690, sobre a agricultura da América lusa. Abreu destaca o trabalho de Jucá Sampaio, que alega que esta crise teria se restringido à lavoura canavieira e por menos tempo

⁷³ Cf. ABREU. *Geografia histórica do Rio de Janeiro...*, 2010, op. cit., p. 58.

⁷⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII*, 2006, p. 2. Consultado em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mauricio_abreu.pdf. ABREU, Maurício de Almeida, op. cit., 2010, p. 46-48.

que o do comumente afirmado.⁷⁵ Sampaio, ao analisar as escrituras públicas do Rio de Janeiro, afirma que o investimento em bens agrários foi majoritário na sociedade fluminense. Além disto, dentre as propriedade rurais, os engenhos eram o de maior valor. Ainda de acordo com o autor, na sociedade fluminense seiscentista os recursos advindos das atividades mercantis e o acesso privilegiado dos senhores de engenho às instituições de crédito, tal como o Juizado dos Órfãos, amortizaram a queda do preço do açúcar aos seus produtores⁷⁶.

Por meio da análise do primeiro quadro, verificamos estarem corretas as ponderações de Jucá Sampaio sobre a crise açucareira e seu impacto na produção. É justamente durante o período considerado como ‘crise’ que os engenhos estão sendo estabelecidos em parte do recôncavo fluminense. No total foram identificados 7 engenhos, 1 de religiosos e os demais de famílias senhoriais, entre 1641 e 1685. Como afirmamos anteriormente havia 130 engenhos em toda a capitania fluminense no período de 1680. Assim, Jacutinga e Iguaçú representam menos de 10% do total de engenhos na capitania. Certamente, eram freguesias rurais sem grande expressão na produção açucareira.

Para tornar a “história” destas propriedades um pouco mais complexa temos que deixar claro que neste período estamos tratando de uma área de fronteira aberta. Assim, de acordo com Sampaio,

(...) a autêntica despreocupação com a exatidão das medidas e confrontações só é possível, na verdade, numa clara situação de fronteira aberta e com uma relação entre população e área muito baixa. Quando a fronteira se fecha, surge a preocupação com a delimitação exata das propriedades.⁷⁷

Por isso, não temos informações exatas sobre as medidas, tamanho ou os nomes de proprietários vizinhos destas propriedades, somente os nomes dos respectivos engenhos e proprietários em Jacutinga e Iguaçú, o que observamos no Quadro 1. Pelo menos, sabemos, pela Visita Pastoral de 1687, que em Jacutinga havia ocupação, inclusive regular.⁷⁸

Contudo, mais importante que a quantidade de propriedades manufatureiras é identificar as características do que vamos denominar primeiro grupo senhorial, ou famílias

⁷⁵ Ibidem, p. 2-3.

⁷⁶ Ainda para Jucá, *a exportação de açúcar nos conta somente uma parte da história. O sistema agrário do Rio de Janeiro caracterizou-se desde o seu início por uma produção abundante de alimentos*. SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 65-74; FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 31-50.

⁷⁷ SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 109.

⁷⁸ ACMRJ, Série de Visita Pastoral. VP38. Notícias do Bispado do Rio de Janeiro, 1687. Visitador: (não localizado). [sem numeração]

senhoriais seiscentistas em Jacutinga. Devido ao pertencimento do engenho de Iguazu a uma ordem religiosa, ele não fará parte da análise inicial, até porque a primeira família detentora de engenho na localidade iguaçuana foi identificada pela pesquisa no início do século XVIII.⁷⁹

A primeira característica do grupo senhorial seiscentista é o exercício de cargos da república. De acordo com Nuno Gonçalo, desde o século XVII as intervenções da coroa portuguesa e a atuação de seus magistrados eram direcionadas a garantir que os ofícios das vereações (Câmaras) e ordenanças (elemento de militarização geral da sociedade) fossem ocupados pelos “principais” das terras, o que ocorre com frequência, inclusive nos territórios da América portuguesa.⁸⁰ Das 6 famílias senhoriais identificadas em Jacutinga, 3 de alguma maneira assumiram cargos régios a serviço da Coroa Portuguesa. Dentre estes podemos destacar Manoel Homem Albernaz, o Capitão Manoel da Guarda Muniz, Pedro de Souza Pereira e seu cunhado Martim Correia Vasques. A importância dos cargos régios consistia nas honras, mercês, privilégios e *status* gerados no serviço ao rei; por isso podemos aferir que os potentados na colônia não desempenharam somente o poder econômico, mas também o poder social e, sobretudo, o governamental; ou seja, compartilhavam com a Coroa o mando da capitania fluminense⁸¹.

Essa partilha do poder local com a Coroa é própria de uma monarquia pluricontinental⁸², baseada na concepção de uma sociedade corporativa e de pacto político. Nesta monarquia, era garantida a autonomia dos poderes locais, fazendo com que seus mais honrosos vassallos assumissem o mando costumeiro, organizassem instituições e reordenassem a hierarquia social. Desta maneira, diversos estudos têm demonstrado que haveria entre a Coroa e os ocupantes dos cargos honrosos da república pactos políticos que preservavam os interesses e domínio de ambos sobre a colônia⁸³. Devido a estas constatações, não seria errôneo afirmar que no período colonial os vassallos e a Coroa praticavam a economia do dom: dar, receber e retribuir.⁸⁴

⁷⁹ Família Dias de Araújo, analisada posteriormente no tópico sobre a fundação de freguesia de Iguazu.

⁸⁰ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *Os concelhos e as comunidades*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. Vol.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa 1993.p. 273-292.

⁸¹ FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza...*, 2007, op. cit., p.33-120.

⁸² Sobre o conceito de monarquia pluricontinental, ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. *Tempo*, Niterói, v.14, n. 27, 2009, p. 49-63.

⁸³ FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

⁸⁴ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Um claro exemplo disto é o do senhor de engenho de Jacutinga Manoel Homem Albernaz. No dia 14 de Julho de 1653, Fernão Faleiro Homem e seu irmão Manoel Homem Albernaz solicitam a mercê do hábito da Ordem de Cristo ao rei D. João IV. Os principais argumentos utilizados pelos requerentes alcançarem tal privilégio foram o servir mais de trinta anos na capitania do Rio de Janeiro, servir aos rebates e fortificações que se fizeram nela, com seus escravos e fazendas, sustentar soldados artilheiros as suas custas e *assumir cargos honrosos na república*⁸⁵. No final do documento, os impetrantes descrevem os serviços prestados. Manoel Albernaz afirma que:

(...) serviu no ano de 1643 de **capitão do descobrimento de prata da Serra do Sabará**, e da mais que descobrisse em outra qualquer parte, e ir prender pela Cidade do Recôncavo da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e por ser pessoa de valor, e prática no sertão, os negros que nele andavam fugidos pelos roubos, mortes, e incultos, que cometiam no que fez grande serviço a Vossa Majestade, e o mesmo despendeu de sua fazenda, com sua pessoa, e escravos, e outras que o acompanharam, prendendo ambos e matando a um dos capitães, e cabeças, que se lhe pôs em resistência, e enforcando os outros dois. No ano de 1648 foi encarregado pelo governador Salvador Correia de Sá, de **capitão da Vigia dos soldados do presídio do Rio de Janeiro**, para que se não ausentasse, prevenindo para esse efeito os postos, e saídas daquela Cidade. ⁸⁶[grifos meus]

Deste modo, podemos aferir que Manoel Albernaz exerceu ofícios régios e usou seus próprios recursos para garantir a conquista da colônia para a América portuguesa. Não foi à toa que possuiu um dos engenhos de maior valor da localidade (ver Quadro 2, adiante).

O capitão Manoel da Guarda Muniz, comprador do engenho de N. S. do Rosário e Jacutinga de Manoel Quaresma, também exerceu cargos ao serviço do rei de Portugal. Em um universo de 131 indivíduos que participaram da revolta de 1660 (ou revolta da cachaça), no Rio de Janeiro, este capitão fora identificado como um dos 38 que eram senhores de engenho. Abalados por calamidades econômicas, pela elevada carga fiscal e cansados dos desmandos da “dinastia dos Sá” (família que há tempos exercia o governo da capitania), indivíduos da nobreza, lavradores, oficiais mecânicos, mercadores, etc., reuniram-se contra o governo de Salvador Correia de Sá e Benevides⁸⁷.

⁸⁵ AHU- RJ, Caixa 3, doc. 38; Caixa 2, doc. 123.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Sobre a revolta da cachaça no Rio de Janeiro, ver: BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1973; ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil...*, 2000, op. cit., p. 312-323.

Foi após sua participação na revolta da cachaça que passou a ter “cargos honrosos da república”. Ele fora capitão de ordenança e oficial da Câmara Municipal nos anos de 1664, 1673, 1676 e 1687⁸⁸. Os oficiais camarários eram eleitos de três em três anos por um colégio eleitoral formado pelos *homens bons* da localidade; após a escolha destes oficiais a Mesa do Desembargo do Paço ou a principal autoridade da Comarca deveriam confirmar os novos escolhidos para os cargos municipais.⁸⁹

Ao analisar a função da Câmara Municipal compreendemos o porquê da disputa pelo controle dos cargos, pelas diversas famílias pertencentes à nobreza da terra. As incumbências da Câmara eram:

(...) garantir o bem-estar da república, e isso, entre outras coisas significava fiscalizar o abastecimento da cidade: preços e qualidade dos gêneros. Suas atribuições podiam também estender-se ao comércio ultramarino, como o frete e o preço do açúcar, ou seja, ele, na prática, intervinha no chamado pacto colonial.⁹⁰

Além disto, intervinha na justiça ordinária, na saúde pública, dentre outros assuntos do cotidiano.⁹¹ Assim, ter ofício na Câmara, significava ser reconhecido socialmente, implicava também em adentrar no local de poder da república e cuidar do bem comum, podendo interferir no governo econômico da cidade⁹².

Pedro de Souza Pereira, outro senhor de engenho em Jacutinga, exerceu o mando local sendo proprietário do ofício da provedoria da Fazenda Real, de 1644 até 1687. A função do provedor da fazenda era a de “resguardar os interesses da Fazenda Real, e em particular, supervisionar a arrecadação dos dízimos reais”.⁹³ Pedro Pereira foi uma figura importante para o acúmulo de recursos sociais pela família dos “Correia Vasques”, ou “Correia de Sá”, da qual era parente (o que veremos adiante), já que ofício de provedor da Fazenda Real poderia garantir arrematações de impostos⁹⁴.

O quarto exemplo é o do mestre de Campo Martim Correia Vasques, identificado em 1685 como proprietário do engenho de Nossa Senhora do Bonsucesso. Serviu como sargento-mor e depois como mestre de campo de infantaria; era fidalgo da casa de Sua Majestade e

⁸⁸ ABREU. *Geografia histórica do Rio de Janeiro...*, 2010, op. cit., p. 203.

⁸⁹ FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.), *Monarquia pluricontinental e a governança da terra...*, 2012, op. cit., p. 10; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O império luso-brasileiro. 1750-1822*. 3 vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 321-322.

⁹⁰ FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p.51.

⁹¹ FRAGOSO; SAMPAIO(org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra...*, 2012, op. cit., p. 10.

⁹² BICALHO. *A cidade e o império...*, 2003, op. cit., p. 339-363; FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 85- 86.

⁹³ *Ibidem*, p. 52.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 71.

cavaleiro da Ordem d'Aviz. Assumiu o governo interino da capitania do Rio de Janeiro em 1697, por conta da ausência do governador Artur de Sá e Menezes e em 1704, por ausência do governador Álvaro da Silveira de Albuquerque⁹⁵. Morreu em 1710 em combate à invasão francesa e em defesa do território português⁹⁶.

Outra característica destas famílias era o absenteísmo. Os engenhos eram a residência do proprietário ou de um administrador⁹⁷, porém famílias senhoriais não moravam em seus engenhos, mas em suas residências na cidade do Rio de Janeiro. Em nosso estudo, das 6 famílias senhoriais identificadas no Quadro 1, 3 tiveram seus endereços urbanos identificados na Cidade do Rio de Janeiro,⁹⁸ além de seus filhos terem sido batizados em freguesias urbanas como Candelária e Sé⁹⁹. Ou seja, a análise deve levar em conta que famílias administradoras de engenhos no Recôncavo da Guanabara poderiam ter suas residências na cidade. A distância entre a cidade do Rio de Janeiro e Jacutinga era de aproximadamente quatro léguas, gastava-se um dia inteiro nas estradas para realizar esse trajeto.¹⁰⁰

Para respondermos mais uma das perguntas inicialmente formuladas, analisaremos as naturalidades dos proprietários assinalados no quadro 1. Para quatro deles não possuímos informação, três foram batizados na capitania do Rio de Janeiro (Martim Correia, Manoel da Guarda e Manoel Albernaz) e os três restantes (os Araújo Caldeira e Pedro Pereira) possuem naturalidade fora do Brasil¹⁰¹. A naturalidade dos que montaram engenhos em Jacutinga advém tanto da própria América portuguesa, quanto de outras partes do reino; contudo a análise da trajetória destas famílias irá demonstrar que os “recém-chegados” procuraram tecer algum tipo de aliança com famílias já estabelecidas, seja para ampliar seus cabedais ou para acionar redes clientelares quando preciso.

Outro elemento caracterizador desse grupo é a realização de casamentos entre famílias senhoriais. Manoel da Guarda Muniz (capitão de ordenança e oficial da câmara) casa-se com

⁹⁵ ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro. v.4*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 60- 61; 106-107; 221.

⁹⁶ POLLIG, João Vitor. *Apropriação de terras no Caminho Novo*. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 172. ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil...*, 2000, op. cit., p. 365-366.

⁹⁷ RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do livro, 1982, p. 189.

⁹⁸ Martin Correia Vasques – Rua do Açougue Velho, Francisco de Araújo Caldeira – Rua do Padre Pedro Homem (Aleixo Manoel) e Manoel da Guarda Muniz – Rua Jorge de Souza, o velho. ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro...*, 2010, p. 429-437.

⁹⁹ RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

¹⁰⁰ Dados aproximados retirados da viagem de Saint-Hilaire, em 1822. SAINT-HILAIRE, *Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822) (1932)*, p. 29. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>.

¹⁰¹ Ibidem e AHU- RJ, Caixa 3, doc. 38; Caixa 2, doc. 123.

Joana de Andrade por volta de 1649. Ela foi neta de Jordão Homem da Costa, patriarca de uma das famílias que monopolizou os cargos da Câmara do Rio de Janeiro nos seiscentos. De acordo com Fragoso, os Homem da Costa, por meio de práticas sociais embasadas nos privilégios da participação da conquista americana, controlaram o poder local, incluindo os cargos do governo da capitania.¹⁰²

Um segundo casamento que podemos dar de exemplo é o do capitão Pedro de Souza Pereira com Dona Ana Correia, filha do capitão Manuel Correia e irmã do proprietário do engenho Bonsucesso, o mestre de campo Martim Correia Vasques. Esse matrimônio simbolizou a união da família Frazão com a família Gonçalves Correia¹⁰³.

Até aqui constatamos que as famílias senhoriais de Jacutinga montaram suas fortunas por meio de uma *acumulação excludente*: da conquista, do apresamento indígena, dos laços de parentesco, na administração real e na câmara municipal, práticas e instituições peculiares ao Antigo Regime, os quais permitiam a apropriação de recursos governamentais¹⁰⁴.

Para finalizar este tópico, lembramos que no século XVII o contexto em Iguazu era diferenciado do de Jacutinga. Se nessa freguesia encontramos famílias senhoriais estabelecidas, naquela identificamos apenas um engenho pertencente aos religiosos beneditinos.

De acordo com Dom Clemente Nigra, durante o século XVI, o mosteiro de São Bento recebeu doações de diversas braças de sesmarias na região de Iguazu, da Dona Marquesa Ferreira (viúva de Cristóvão Monteiro), pertencente a uma importante família senhorial quinhentista.¹⁰⁵ Na centúria seguinte, o mosteiro compra braças e sortes de terras vizinhas, sendo a única a construir um engenho na região:

¹⁰² FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 59-63.

¹⁰³ RHEINGANTZ. 1 v. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 371-376. Ver diagrama 2.

¹⁰⁴FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 63-66; FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 37-43.

¹⁰⁵ NIGRA. *A antiga fazenda de São Bento...*, 1943, op. cit., p. 257-267.

Assim, se sabe que o abade Frei Ruperto de Jesus, logo após ter conseguido do Capitão-mor Afonso Albuquerque, por sesmaria dada aos 7 de junho de 1611, ‘as voltas, pontas, e sobejos do rio Iguassú, com muitas lenhas para o serviço do engenho, estabeleceu o mesmo, deixando todas as madeiras necessárias prontas para sua fábrica. O abade seguinte, Frei Bernardino de Oliveira (1613-1617), ‘logo pôs em execução a fábrica do engenho do Iguassú; e tanto se empregou no aumento deste patrimônio que nos quatro anos que teve de governo fez três safras com que deixou a casa desempenhada de todos os gastos e empenhos que tinha.¹⁰⁶

As atividades de produção de açúcar no engenho dos beneditinos iniciaram em 1613, e, pelo menos até a década de 1690, os padres administradores deste patrimônio registraram boas safras e o progresso da produção. Contudo, em 1697, na administração do abade Frei João de Santana Monteiro, o engenho foi transferido para a terra de Vargem Pequena, devido a: “inutilidade do engenho do Iguassú; [pelo] pouco rendimento que ele dava pela qualidade do terreno alagadiço; e que não correspondia ao trabalho, e despesa que com ele se fazia”. A partir desta data, a fazenda dos religiosos em Iguacu passou a produzir somente farinha, feijão e a abrigar uma olaria que fornece tijolos, ladrilhos e telhas para as obras da própria fazenda e para o mosteiro beneditino na cidade do Rio de Janeiro.¹⁰⁷

Pelo exposto, ficou demonstrado que o quadro do Recôncavo da Guanabara seiscentista não era o de apenas poucos portugueses ou franceses morando em locais isolados da América portuguesa, alheios à dinâmica econômica e política da monarquia portuguesa. Pelo exame destas duas localidades observamos que no século XVII, famílias senhoriais e ordens religiosas administraram a produção de açúcar e figuraram importante papel no processo na confirmação da conquista territorial e na afirmação da monarquia portuguesa na América, via sistema de mercês.

1.2-Relações sociais nos engenhos das famílias senhoriais do século XVII.

A quinta condição é daqueles que tratam da lavoura, e estes tais se dividem ainda em duas espécies: a uma dos que são mais ricos, têm engenhos com títulos de senhores deles, nome que lhes concede Sua Magestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidas de canas; a outra, cujas forças não abrangem atanto, se ocupam em lavrar mantimentos legumes.¹⁰⁸

Se, como afirmamos, o reconhecimento social destas famílias não dependia apenas de aspectos econômicos, qual era sua relação com outros grupos sociais? Importante também é

¹⁰⁶ Ibidem, p. 267.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 269-169.

¹⁰⁸ BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil...*, 2005, op. cit., p. 25.

responder, qual era dimensão desse grupo subalterno em Jacutinga e Iguaçu nos seiscentos. Para solucionar estas perguntas faremos uso dos registros eclesiásticos, os quais, por meio da escrita dos padres, nos permitem visualizar as relações sociais tecidas por estas famílias (mesmo com o pouco número de registros). Para o período do século XVII, o único registro da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga que se tem notícia é um livro de batismos e casamentos de escravos, datado entre 1686-1721 (data da fundação da freguesia). Iguaçu também possui apenas um livro de registro de batismos de livres, contudo abrange apenas o último ano da centúria (1700), além da compilação de um inventário com o nome e a atividade dos escravos dos beneditinos, no artigo de Dom Clemente Nigra.

As informações demográficas de Iguaçu e Jacutinga, sobre o século XVII, são igualmente escassas ou inexistentes. Em uma visita pastoral datada em 1687, Santo Antonio de Jacutinga é identificada como a décima primeira capela curada do Recôncavo da Guanabara, *na qual reside ao presente por cura o Padre (corroído) de que é padroeiro Diogo Pereira, tem em seu distrito 100 fogos em que há 212 pessoas de comunhão.* [grifos meus]¹⁰⁹ Não há informações para Iguaçu. Afora isso, o quadro 2 serve como um panorama inicial para o estudo dos valores dos engenhos, número de bois, escravos e identificação dos lavradores¹¹⁰.

Quadro 2- Número de Caldeiras, bois, escravos, valor total do engenho e nome dos donos de partido nos engenhos de Jacutinga e Iguaçu (Século XVII)

Nome do engenho	Localidade	Nº de cald.	Nº de bois	Nº de Escr.	Valor Total (Crz\$)	Donos de Partidos de Cana no engenho
Santo Antônio de Jacutinga	Jacutinga	1 ^a	36 ^a	12 ^a	12000 ^a	-
N. S. do Rosário e S. Antônio	Jacutinga	1 ^e	38 ^e		7500 ^e	Antônio Muniz de Menezes ^f e Jose de Souza Barros ^g
N. S. da Batalha	Jacutinga	1 ^b	16 ^b		9000 ^b	

¹⁰⁹ ACMRJ, Série de Visita Pastoral. VP38. Notícias do Bispado do Rio de Janeiro, 1687. Visitador: (não localizado).

¹¹⁰ É importante ressaltarmos que tratamos com informações de períodos diferentes do século XVII, porém, acreditamos que tal fato não inviabiliza a análise.

São Miguel	Jacutinga				12000 ^{b/} j	João Coelho ^b , Gonçalo Ribeiro da Silva ^f , Mateus da Costa ^h e Jose de Souza Barros ^k
N. S. da Conceição e Santa Cruz	Jacutinga		20 ^c		7000 ^c	-
N. S. da Conceição e Santa Cruz	Jacutinga				6452 ^d	-
N. S. da Conceição e Santa Cruz	Jacutinga	1 ⁱ	30 ⁱ		8667 ⁱ	-
Maxambomba	Jacutinga		40 ^f	26 ^f		Antônio da Costa Brito ^e e Dona Ana Tenreira ^g
Fazenda de São Bento	Iguaçu	1 ^f	92 ^f	48 ^f		Jorge Fernandes ^f , Manoel dos Reis ^f e Andre Lopez ^f
Ano em que a informação é coletada: ^a 1641, ^b 1652, ^c 1668, ^d 1670, ^e 1679, ^f 1685, ^g 1687, ^h 1690, ⁱ 1692, ^j 1694, ^k 1697. Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) , 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 145-152. Sobre a fazenda de São Bento: Nigra, Dom Clemente Maria da Silva. "A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , nº7, Rio de Janeiro, 1943.						

A análise do quadro 2 demonstra o uso da força animal nos engenhos de Jacutinga. Até porque os engenhos da América portuguesa, geralmente, possuíam uma moenda de cilindros de força hidráulica ou animal para poder extrair todo o caldo da cana usado no fabrico do açúcar. Pelos valores, vemos a importância do uso dos animais na produção do açúcar, utilizados não só para o funcionamento da moenda, mas também no transporte da cana à casa de engenho¹¹¹.

Os engenhos que utilizavam os animais para movimentar as moendas eram também conhecidos como trapiches. Nestas moendas:

(...) se expreme o bagaço que dali sai debaixo de uns grandes paus, a que chamam gangorras, que fazem apertar com força de bois, onde larga e lança

¹¹¹ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., p. 188.

de si o tal bagaço todo o sumo que a cana tinha, o qual se ajunta em um tanque, e dali o lançam em grandes caldeiras de cobre, onde se limpa, coze e apura à força de fogo, que por debaixo lhe dão em umas fornalhas, sobre que estão assentadas, sendo necessário para este açúcar se limpar e fortificar melhor, lançar-lhe dentro decoada que se faz de cinza. ¹¹²

Dentre os engenhos que tiveram o número de bois identificados, observamos que os beneditinos foram os maiores criadores de gado daquelas localidades, com 92 bois, seguidos pela família Correia Vasques, no Maxambomba, com 40, e o capitão Manoel da Guarda, engenho de N. S. Rosário e Santo Antônio, com 38 bois. ¹¹³ Bois eram importantes, mas muito mais os homens. Ora, o conjunto dos engenhos, de 1641 a 1697, conformava 86 escravos, incluindo os 48 dos beneditinos em 1685. Provavelmente, os escravos não foram contabilizados entre as 212 “pessoas de comunhão” (católicos com mais de 6 anos). Além disso, os engenhos dos quadros 1 e 2, somados, conformavam 6,5% do total de “fogos”. Ou seja, provavelmente uma miríade de famílias girava ao redor dos engenhos, das casas senhoriais. Seriam os que partiam canas e lavravam mantimentos, nas palavras de Brandão. Não nos esqueçamos de que um desses senhores, Manoel de Alva Bernaz, em 1643, foi prender negros fugidos, levando consigo “escravos e outras [pessoas] que o acompanharam”.¹¹⁴ Como o engenho era mais do que uma mera unidade econômica, provavelmente muitos fogos com mais famílias compunham a casa de Manoel de Alva Bernaz.

Quanto aos lavradores que possuíam de partido de cana nos engenhos de Iguaçú e Jacutinga, ao longo dos seiscentos, identificamos 11. Destes, 4 forneciam canas ao engenho dos beneditinos e 3 aos de São Miguel, da família Araújo Caldeira, dois estabelecimentos que mais aglutinaram plantadores. Os lavradores de cana, todo aquele que pratica a agricultura, formaram uma importante parte da economia açucareira no Brasil. De acordo com Stuart Schwartz, os primeiros engenhos do Brasil colonial dependeram do fornecimento da cana

¹¹² BRANDÃO. *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2005, op. cit., p. 89.

¹¹³ De acordo com a descrição do jesuíta holandês Ricardo Fleckno, que esteve no Rio de Janeiro no ano de 1648, os animais: *domésticos, carneiros, porcos, cabras e bois (importados), mas multiplicando-se aqui em grande número, especialmente os últimos, que se criam para o corte e para serviços outros, tais como o de tocar engenhos de açúcar. Os padres da Companhia possuem em propriedade, não muito longe do Rio, mais de vinte mil cabeças num só pasto.* TAUNAY, Afonso de E. *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)*, 1933, p.77. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/visitantes-do-brasil-colonial-seculos-xvi-xviii/pagina/77/texto>

¹¹⁴ AHU-RJ, Caixa 3, doc. 123.

desses lavradores para o fabrico do açúcar.¹¹⁵ Assim, os vínculos entre lavradores e os senhores de engenho era fundamental para o progresso da própria produção de açúcar.¹¹⁶

Além dos lavradores, estes senhores de engenho administravam homens, mulheres e crianças, que viviam sob sua proteção. Estas pessoas eram reconhecidas na comunidade como os seus tutelados, sendo alguns indígenas (da terra) ou remanescentes da escravidão (forros, libertos e pardos). No livro de batismos de Jacutinga (1686-1721), das 667 mães dos batizados, 33 (5%) são mencionadas como “da casa de”, “sujeita de” ou apenas com a preposição “de”.¹¹⁷ Destas, 4 são classificadas como da terra, 2 como forras e outras 2 como libertas; 4 estão relacionadas à família Araújo Caldeira. Quanto à cor, das 33, 17 são pardas e 1 mulata.¹¹⁸ As classificações jurídicas e a qualidade de cor demonstram que “ser sujeita de” ou “de” alguém significa estar sob laços de dependência, de tutela, mas de modo diferente do escravo. Destarte, não só lavradores de cana, mas também agregados fazem parte da *casa* senhorial tornando ainda mais complexa essas relações sociais.

Sobre a mão de obra cativa utilizada nos engenhos destas famílias, neste período seiscentista, poderia ser composta tanto de africanos quanto de indígenas. Estes são nomeados nos registros de batismo, de 1687-1721, como “gentio da terra” ou “da terra” (das 667 mães de batizados, 17 (2,5%) foram classificadas como gentias da terra).¹¹⁹ É indubitável que os indígenas foram a principal força de trabalho utilizada nos engenhos no século XVI e início do XVII,¹²⁰ contudo, concordamos com Maurício de Abreu ao afirmar que no decorrer seiscentos e, sobretudo, no final da centúria, os africanos preponderavam nas senzalas dos engenhos fluminenses, inclusive em Jacutinga.¹²¹ Das 667 mães que levariam seus filhos à pia batismal entre 1687 e 1721, 183 (27,4%) foram classificadas como de origem africanas.¹²² No inventário com o número de escravos dos padres beneditinos não informa a procedência dos cativos, apenas sua função no engenho. Dos 48 escravos, 27 eram mulheres e 21 homens; 47, muito provavelmente, lidavam com o plantio da cana de açúcar ou farinha, por serem

¹¹⁵ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., p. 247.

¹¹⁶ Schwartz afirma que na hierarquia econômico-social os lavradores viriam logo abaixo dos senhores de engenho. *Ibidem*, p. 248-249.

¹¹⁷ Como por exemplo, no batismo de Eugênia: “*Em trinta de setembro de mil seiscentos e noventa e nove batizei e pus os santos óleos a Eugenia filha de Isabel parda de Bartolomeu de Araújo foram padrinhos Martinho da Rocha Oliveira de que fiz este assento em S. Antonio de Jacutinga diante Supra. O Padre Luis de Lemos Pereira.*” [grifos meus]. ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721), p. 26.

¹¹⁸ ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721).

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., p. 40-73; ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil...*, 2000, op. cit., p.117-154; FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 31-50.

¹²¹ ABREU. *Geografia histórica do Rio de Janeiro...*, 2010, op. cit., p. 36-41.

¹²² ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721).

nomeados juntamente com o instrumento (s) que trabalhava, por exemplo, “*Ines enchada e foice*”, “*Mateus machado e foice*” (machado, foice e/ou enchada).¹²³

Mesmo com o pouco número de registros, faremos uso de suas informações para identificar os grandes senhores de cativos neste período.

Quadro 3- Distribuição dos batismos de escravos (registros) e de seus senhores por alguns tamanhos de faixas de propriedade de cativos: Jacutinga (1686-1721)

Ano	1686-1690		1691-1700		1701-1710		1711-1721	
Faixas	Senhores		Senhores		Senhores		Senhores	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1-5	43	93,4	52	92,8	40	83,3	65	89,0
6-10	3	6,6	3	5,4	7	14,6	8	10,1
11-15	-	-	-	-	1	2,1	-	-
16-20	-	-	1	1,8	-	-	-	-
Totais	46	100,0	56	100,0	48	100,0	73	100,0
Nº de registros	83	14,7	154	27,4	146	26,0	179	31,9
Fonte: ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721).								

Os anos de 1686 a 1690 são os que registram menos batismos de escravos. Nesse primeiro período, dentre os 3 maiores proprietários de cativos podemos destacar o capitão Manoel da Guarda Muniz, senhor do engenho de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio. Nos anos finais do século XVII há um pequeno crescimento no número de registros, o maior senhor de escravos é João Veloso de Carvalho, do qual não possuímos informações, totalizando 17 registros; nenhum dos senhores de engenhos aqui identificados aparecem nesse período com mais de 5 cativos. Nos primeiros anos do século XVIII, a fazenda de Marapicu (a qual mais tarde se tornará morgado), então nas mãos do Marques de Fonxes, é mencionada como proprietária em 11 registros; entre os senhores de mais de 5 cativos, identificamos: João Maciel da Costa (genro do capitão Manoel da Guarda), Miguel de Araújo Caldeira

¹²³ NIGRA. *A antiga fazenda de São Bento...*, 1943, op. cit., p. 269-270.

(proprietário do engenho São Miguel) e o mestre de campo Martim Correia Vasques. Para o último período observamos o crescimento do número de batismos de escravos, entre os senhores mencionados mais de 5 vezes, destacamos: João Maciel da Costa, Salvador Correia de Sá, Tomé Correia Vasques e a Fazenda da Cachoeira (da família Correia); ou seja, um predomínio da família Correia na posse de escravos. Evidente que isto se relaciona ao impacto das descobertas minerais em Minas Gerais. Mas, deve-se ressaltar que, muito provavelmente, outros grupos sociais, além dos escravos, também trabalhavam nos engenhos.

Feita a análise do primeiro grupo senhorial seiscentista, no próximo tópico, pela técnica de cruzamento onomástico, avaliaremos trajetórias das seguintes famílias. Analisaremos as seguintes famílias: Araújo Caldeira, Correia Vasques e Maciel da Costa. A trajetória dos Araújo Caldeira demonstra a importância da prole para a perpetuação da *casa*, veremos que a infertilidade foi um obstáculo à continuidade de uma família senhorial em Jacutinga. Já os Correia Vasques são exemplo dos mecanismos utilizados por uma família no ultramar para a manutenção do patrimônio material e imaterial entre a mesma parentela, durante décadas. Os Maciel da Costa expressam as estratégias utilizadas por um reinol para ser reconhecido como *senhor* em terras coloniais.

1.3- Trajetórias de famílias seiscentistas.

➤ Araújo Caldeira – Engenho São Miguel

O engenho São Miguel pertenceu à família Araújo Caldeira pelo menos até 1718. O primeiro proprietário que se tem notícia foi Francisco de Araújo Caldeira, desde 1652.¹²⁴ Nascido na ilha da Madeira, por volta de 1610, casou-se com Francisca de Araújo em 1641, na mesma Ilha. Seu primeiro filho, João de Araújo Caldeira, nasceu no Rio de Janeiro, em 1641.¹²⁵ Portanto, este casal desembarcou em terras fluminenses entre 1640 e 1641. De acordo com Maurício de Abreu, em 1652, Francisco era proprietário de um engenho chamado São Miguel, no lugar denominado Taitimana, Jacutinga. Não há informações sobre títulos ou qualquer atuação de Francisco Caldeira de Araújo na Câmara, porém, no ano de 1678, recebeu sesmaria de sobejos, junto ao seu engenho, além de possuir partido de cana em terras

¹²⁴ Ver quadro e diagrama 1

¹²⁵ RHEINGANTZ, 1 v. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 130.

do engenho de Jerônimo de Azevedo, em Sarapuí.¹²⁶ Tal como afirmamos, a concessão de sesmária não foi igualitária, era para poucos, sobretudo para aqueles que teriam participado da conquista da terra.

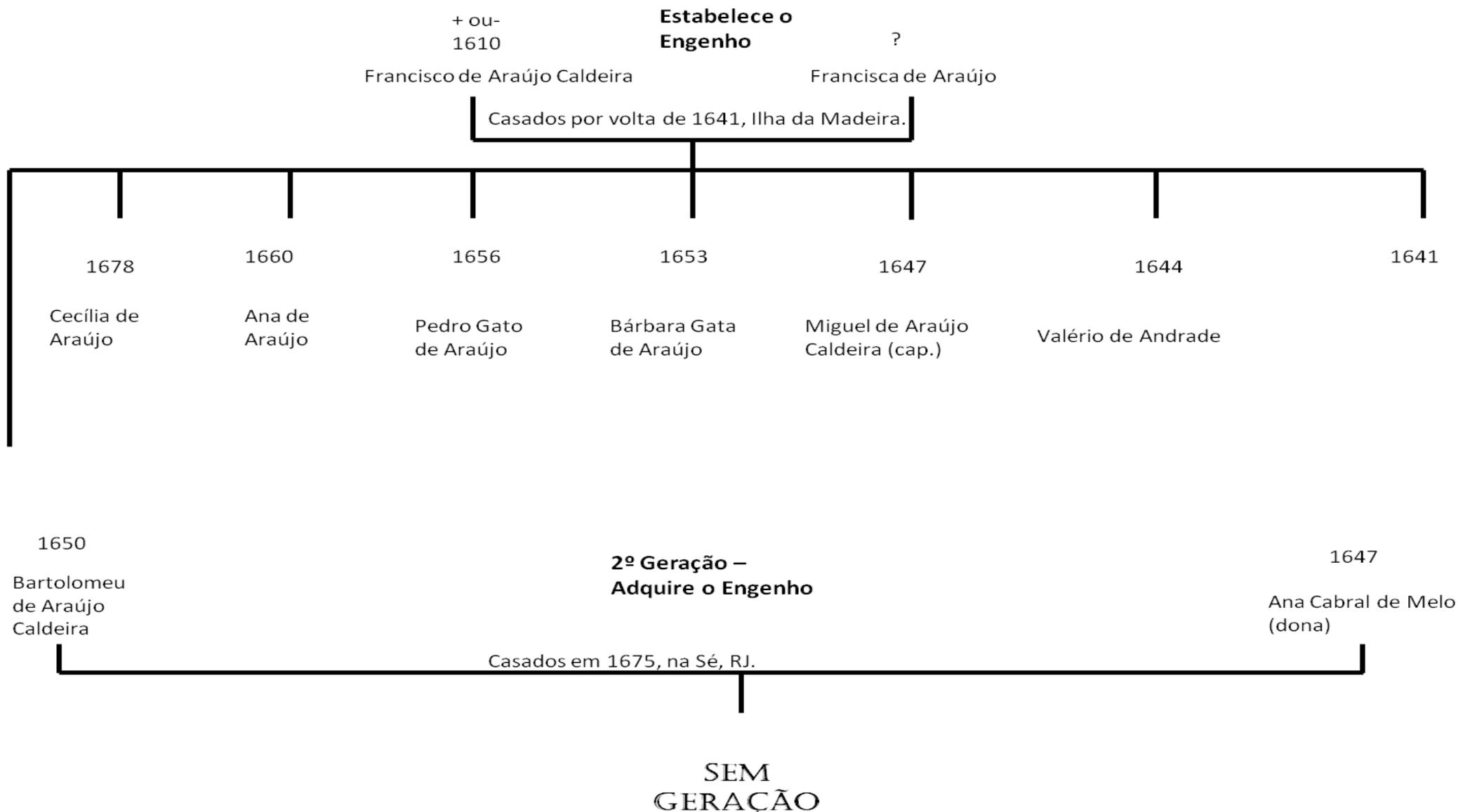
Caldeira faleceu em 18 de maio de 1681 deixando o engenho à sua viúva, Francisca de Araújo, e a seus sete filhos. Em seu testamento não há qualquer menção sobre a origem do financiamento de seu engenho, contudo expressa a importância do açúcar enquanto moeda de troca para o período.¹²⁷ Assim, ordenou que dessem *de esmola pella dita [sua] cova vinte sinco arrobas de assucar branco (...)*. Também afirmou *que devia a Santo Antonio des arroba de açúcar branco pelo valor de hum mulatinho que estando muito mal para morrer lhe prometera; ordenou que se dessem as des arrobas de assucara Santo Antonio*¹²⁸.

¹²⁶ ABREU. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido...*, 2006, op. cit., p. 7.

¹²⁷ Ou seja, determinados artigos, neste caso o açúcar (no século XVII e XVIII) e a mandioca (especificamente no XVIII), eram usados como moeda de troca. Lembrando que em uma sociedade pré-capitalista, a circulação de moedas é bastante reduzida. Em qualquer momento do período colonial, poucos foram os que tiveram acesso à moeda. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Crédito e circulação monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650-1750. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 2003, p. 15.

¹²⁸ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1673-1686). Folha 105v e 106. Disponível em: <https://familysearch.org/search/collection/1719212>

Diagrama 1 – A transmissão do engenho São Miguel na Família Araújo Caldeira, Jacutinga, século XVII



Fonte: RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

Não obstante o engenho, só na próxima geração que a família expressou distinção e poder na sociedade fluminense. Parece ter sido o caso do primogênito de Francisco de Araújo Caldeira, o capitão João de Araújo Caldeira, que, em 1669, possuía, igualmente, um engenho em Jacutinga¹²⁹. A morte de Francisco de Araújo Caldeira não implicou necessariamente na dispersão do patrimônio. A viúva Francisca de Araújo foi reconhecida nos documentos como proprietária ao hipotecar dois partidos de cana, um em 1685, e outro em 1690.¹³⁰ Além disto, entre 1686 a 1690, foi assinalada como senhora de 29 escravos nos registros de batismos e casamentos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga.¹³¹ Até que, em 1694, vendeu metade do engenho a João Gonçalves Viana, havido por folha de partilha, por falecimento de seu dito marido¹³². Assim, a metade do patrimônio familiar teria se dispersado.

Contudo, em 1697, a outra metade do engenho passou a pertencer a Bartolomeu de Araújo Caldeira, um dos filhos do casal. Em seu testamento datado de 1705, afirmou que comprou as legítimas de sua mãe e irmãos, tornando-se proprietário, impedindo a descentralização do patrimônio familiar.¹³³ Seu testamento ainda nos dá pistas sobre o financiamento da montagem de seu engenho. Declarou possuir 13 cativos, sendo 12 mulatos; e também uma companhia para as minas em sociedade com João Gonçalves Viana (provavelmente, o mesmo que compra a metade o engenho da família). Bartolomeu não especifica as atividades desta Companhia, mas no decorrer das declarações torna-se claro o envolvimento com o tráfico de escravos para as Minas. Apesar dos riscos de morte de alguns negros, o comércio parece rentável, já que recebia ouro em troca de cativos. Mesmo participando do comércio de escravos não abandonara a atividade agromanufatureira, o que demonstra a importância e reconhecimento social do “ser senhor de engenho”. Em seu testamento declarou diversas transações envolvendo caixas de açúcar, além de ainda produzir aguardente¹³⁴.

Algumas das últimas vontades de Bartolomeu de Araújo, declaradas em seu testamento, demonstram a relação entre este senhor de engenho e os lavradores estabelecidos em suas terras. Um exemplo são os cinquenta mil réis deixados à filha de Jose Barros, um dos donos de partido no engenho de São Miguel. (ver quadro 2). Assim, nota-se que a relação entre o senhor de engenho e o lavrador de cana não era apenas econômica. O senhor de

¹²⁹ ABREU. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido...*, 2006, op. cit., p. 7.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹³¹ Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721);

¹³² ABREU. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido...*, 2006, op. cit., p. 7.

¹³³ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1701-1710) (Folha sem numeração). Disponível em: <https://familysearch.org/search/collection/1719212>

¹³⁴ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1701-1710) (Folha sem numeração).

engenho ao doar 50 mil réis (quantia nada desprezível) demonstra que a transferência de renda do lavrador de cana para o dono da terra retornava, ao menos parcialmente, ao segundo, muito provavelmente devido a uma relação pautada pelo parentesco. O parentesco dentro da casa senhorial foi mais forte que o valor do mercado de açúcar.¹³⁵

No dia 28 de abril de 1705 Bartolomeu de Araújo “falece da vida presente”, Dona Ana de Cabral foi declarada única herdeira universal, pois o casal não tem filhos, assumindo assim o engenho que era do seu marido. Passados dois anos, em 1707, ela declarou os seguintes bens em seu testamento:

(...) trezentas braças de terras em Jacutinga de Lavouras de mandiocas umas casas [ilegível] em que vive na [ilegível] indo para o campo, livres de foro, e de qualquer pensão. Desesseis escravos de serviço, fora a suas crias, dúzia e mea de colheres de prata a mea em uso e seis garfos, húa dúzia de tamboretas cobertos com suas capas, hum bofete de Jacarandá coberto com sua capa de couro, hum catre com po cortinado de serafino [ilegível] húa colela do mesmo¹³⁶.

Sobre o engenho, Dona Ana de Cabral afirmou que vendeu a seu cunhado, o capitão Miguel de Araújo, por dois mil cruzados. Além disto, ela ainda possuía 20 tarefas de cana à corte, moídas, no dito engenho, e ordenou que fossem vendidas para a sua alma, ou seja, para o pagamento da realização de missas e capelas. Bartolomeu e sua mulher Dona Ana Cabral de Melo não tiveram filhos. Observamos que a falta de descendentes muito deve ter contribuído para a venda do engenho. Estudos demonstram que casar e ter descendência foram mecanismos fundamentais para a continuidade da *casa* e da transmissão do patrimônio familiar.¹³⁷ Porém, o capitão Miguel de Araújo era cunhado de Dona Ana Cabral, irmão de seu falecido marido. Assim, o engenho continuou na casa.

O capitão Miguel de Araújo, que inclusive fora testamentário de seu irmão Bartolomeu, foi identificado como senhor de escravos 11 vezes entre 1691 e 1711. É provável que a partir da década de 1710 o engenho não fosse tão rentável quanto era antes, pois em 1718, ele:

(...) e sua mulher Brízida da Guarda vendem terras e um engenho velho e desfabricado ao Alcaide-mor Tomé Correia Vasques, informando que se localizavam em Taitimana, comprado em praça pública por execução que fes

¹³⁵ Cf. POLANY. *A Grande transformação: as origens...*, 1980, op. cit.; LEVI. *Reciprocidade Mediterrânea*, 2009, op. cit.

¹³⁶ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1701-1710) (Folha sem numeração).

¹³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 144 – 145.

José de Souza Barros a Ana Cabral de Melo, viúva de Bartolomeu de Araújo Caldeira, seu irmão.¹³⁸

A casa baseada no engenho se desmantelou, contudo o engenho permanecerá em mãos de outra família seiscentista, a qual já possuía o de Maxambomba, na região, os *Correia Vasques* (Ver Quadro 1). A não reprodução biológica da família inviabilizou a perpetuação da casa.

¹³⁸ ABREU. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido...*, 2006, op. cit., p. 8.

➤ **Correia Vasques – Engenho da Cachoeira e Maxambomba**

O mestre de campo Martim Correia Vasques era neto de Gonçalo Correia da Costa, patriarca de uma das famílias quinhentistas mais importantes da capitania o Rio de Janeiro pertencente à nobreza da terra.¹³⁹ Em 1627, casou-se com Dona Guiomar de Brito, com quem teve 14 filhos legítimos. Em um relacionamento extraconjugal, com Joana da Fonseca, gerou 2 filhas naturais¹⁴⁰. Já mencionamos anteriormente os cargos da república ocupados pelo mestre de campo, mas vale ressaltar os rendimentos e privilégios gerados por esses cargos, que foram revestidos na produção açucareira. Deste modo, em 1685 (com seus 58 anos) foi reconhecido como o proprietário do engenho de Maxambomba (Quadro 1).

De acordo com Denise Demétrio, em 1692, Martim Correia Vasques “*herdeiro de Pedro Pereira recebeu terras e sobejos entre seus engenhos da Cachoeira e Maxambomba, o que sinaliza que ambos lhe pertenciam antes desta data*”¹⁴¹. Pedro Pereira de Souza, senhor de engenho já mencionado neste trabalho, casou com Dona Ana Correia por volta de 1642, e foram pais de 5 filhos.¹⁴² Faleceu no ano de 1673 e nomeou seu cunhado Martim Vasques para herdar seu patrimônio em Jacutinga. O patrimônio permanece na família, mesmo com a morte de seu proprietário.

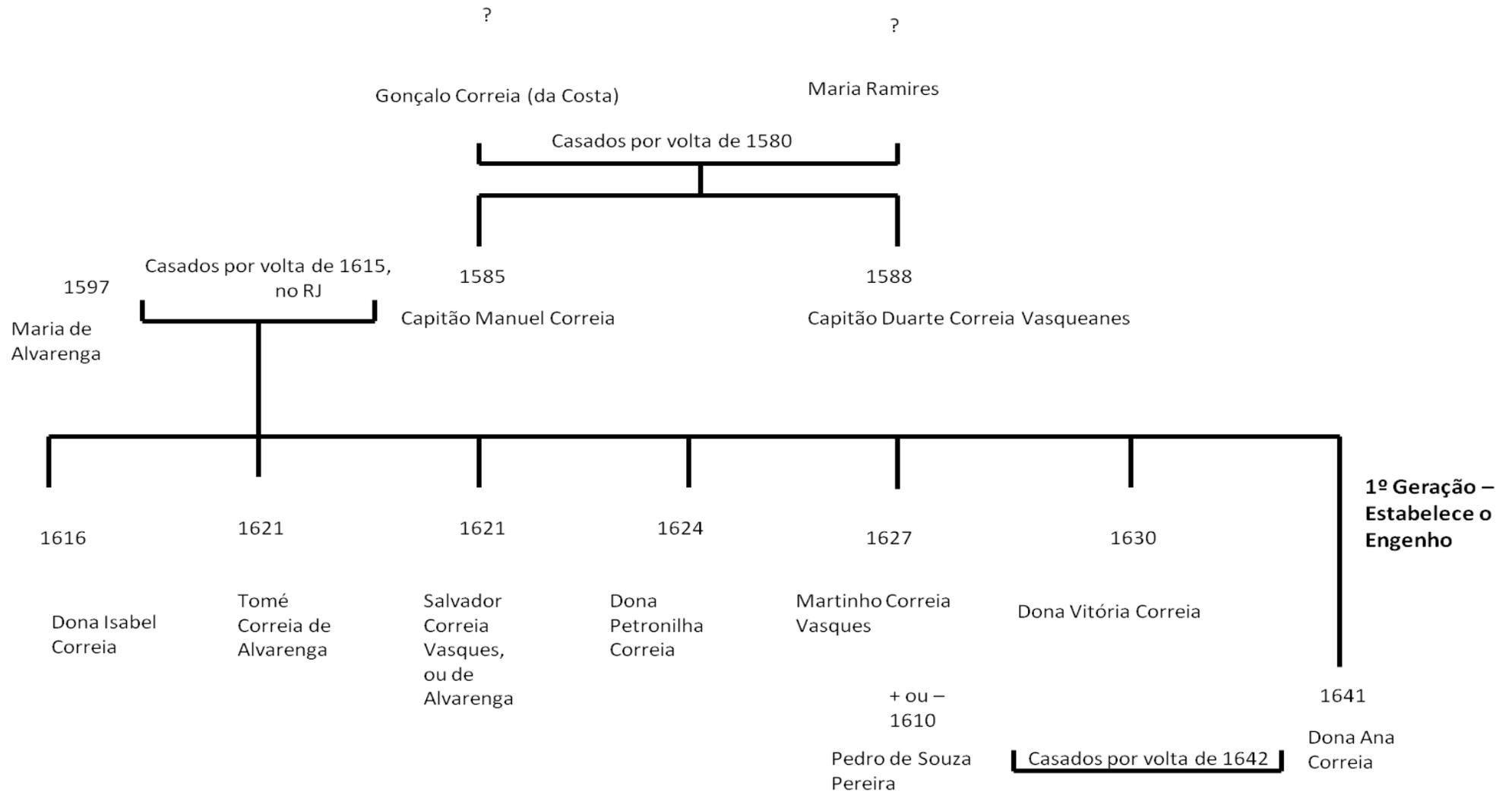
¹³⁹ Sobre a família de Gonçalo Correia, ver: FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., e FRAGOSO, João. A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, n.º 1, 2000, pp. 45-122. DEMETRIO, Denise Vieira. *Artur de Sá e Meneses e Martin Correia Vasques: trajetórias, governos e escravidão no Império português, Rio de Janeiro, século. XVII*. (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Tese em andamento.

¹⁴⁰ RHEINGANTZ, 1 v. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 372-373.

¹⁴¹ DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 71.

¹⁴² Ver diagrama 2. RHEINGANTZ, 1 v. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 376.

Diagrama 2 – Família Gonçalo Correia



Fonte: RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

Esta família utilizou diversas estratégias para conservar o seu patrimônio familiar. Estratégias eficazes, pois o engenho ficará sob a administração dos Correia até o início do século XIX. Dois acontecimentos ameaçavam a reprodução social e econômica da família: a morte do *pater familias* e o matrimônio dos filhos; e era justamente neste momento que mecanismos para a conservação da unidade familiar, princípio basilar nesta sociedade, deveriam ser acionados.¹⁴³ Deste modo, frente a estes reveses, cada membro que compõe a *casa* assumirá um papel que garanta a perpetuação do patrimônio familiar no tempo¹⁴⁴. Por isso, torna-se fulcral analisarmos o sistema de transmissão¹⁴⁵ nestas sociedades arcaicas para entendermos a continuidade da história desta família.

Ao analisar o caso da sucessão e transmissão do patrimônio dentro da nobreza portuguesa, durante 1650 a 1820, Nuno Gonçalo Monteiro observa a estreita ligação entre transmissão de patrimônio e o destino dos filhos. Manter a reprodução das *casas* consiste no fato de cada filho seguir um destino: os filhos primogênitos eram os imediatos sucessores da casa e teriam amplos direitos; os filhos bastardos, na maioria das vezes, seguiram para a Índia ou ingressaram em carreira religiosa; os filhos secundogênitos realizaram casamentos dentro do próprio grupo, seguiram carreira militar no ultramar ou carreira religiosa; o destino eclesiástico era o que aguardava grande parte das filhas secundogênicas, ou por causa da falta de condições de dotar todas as filhas, ou para manter a endogamia nas relações maritais, evitando, assim, os matrimônios fora do grupo social.¹⁴⁶ Foram os pais ou curadores, ainda de acordo com Monteiro, que tomaram todas as decisões sobre o destino dos filhos. O próprio direito, a autoridade paternal e a existência de um conjunto de instituições indispensáveis aos modelos universalmente praticados de reprodução das casas nobiliárquicas, como o próprio clero, permitiram que tal estratégia pudesse ser efetuada ao longo do tempo. Monteiro não desconsidera a ação dos atores sociais, a esfera da decisão individual ou as emoções¹⁴⁷, mas nos lembra de que a casa como valor a preservar estava naturalizada no comportamento destes atores¹⁴⁸.

¹⁴³ HESPANHA. *Imbecillitas: as bem-aventuranças...*, 2010, op. cit., p. 47-52.

¹⁴⁴ Patrimônio não só no sentido material (econômico) como imaterial (social). Ver: LEVI. *A herança imaterial*, 2000, op. cit.. MONTEIRO. *O crepúsculo dos grandes...*, 2003, op. cit., p. 143.

¹⁴⁵ Manoela Pedroza define o sistema de transmissão como “*meios utilizados por uma família para transportar de uma geração à outra um capital que permita o estabelecimento dos descendentes, isto é, sua inserção nas hierarquias sociais*”. PEDROZA, Manoela. “Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856).” *Revista de História*, Nº 160, 2009, p. 331. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufjf.br/media/Transmissao.pdf>.

¹⁴⁶ MONTEIRO. *O crepúsculo dos grandes...*, 2003, op. cit., p. 143-147.

¹⁴⁷ Para mais detalhes ver: *Ibidem*, p.55-57.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 144.

As noções valorativas e comportamentais dos homens ultramarinos e coloniais advinham do Reino, deste modo a referência de sucessão patrimonial da nobreza da terra da América portuguesa tinha como referência o sistema de transmissão de patrimônio da nobreza fidalga da corte. Contudo, esta elite americana não contará com o sistema de morgadio (na capitania do Rio de Janeiro haverá apenas um caso que é o morgadio de Marapicú) e irá se deparar com uma diferente realidade. Um dos diferenciais da colônia é ter localidades com fronteira aberta, em que ocorre a abundância de terras e a possibilidade de instalação dos descendentes de uma família em outros terrenos, assim o sistema de transmissão não era tão rígido e complexo como o europeu¹⁴⁹. Aliás, a divisão da partilha na América colonial deve ser feita de forma igualitária entre todos os herdeiros legítimos.¹⁵⁰ Por isso, a transmissão do patrimônio dos engenhos da Maxambomba e Cachoeira não ocorreu embasada em uma lógica de primogenitura. Após a morte de Martim Correia Vasques em 1710, os proprietários destes engenhos passam a ser identificados nos registros de batismos e casamentos de escravos como: o alcaide-mor Tomé Correia Vasques e o doutor Manoel Correia Vasques, filhos de Martim.

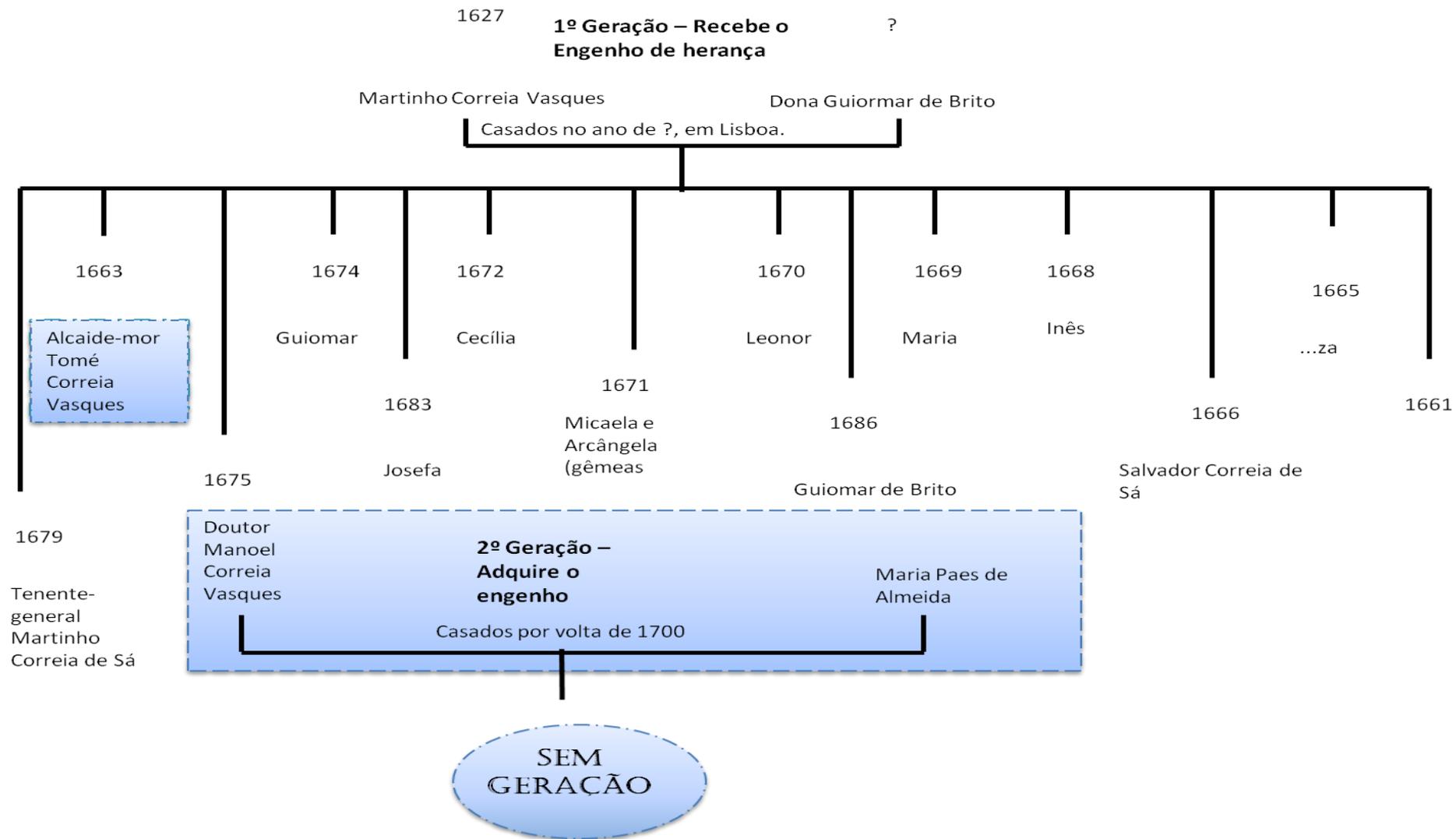
Como não localizamos o testamento de Martim Correia Vasques não podemos afirmar se a aquisição dos engenhos por parte dos seus filhos se deu somente em forma de herança, ou também por meio da compra das legítimas de seus irmãos. O que importa frisar aqui é que de uma maneira ou de outra, ambos os engenhos permanecem sob a administração da família (não necessariamente apenas nas mãos do filho mais velho). A geração de uma prole legítima, principalmente masculina, era fundamental para a reprodução social e a própria sobrevivência da família.¹⁵¹

¹⁴⁹ PEDROZA. *Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais...*, 2009, op. cit., p. 333.

¹⁵⁰ *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Livro IV. Título 96.

¹⁵¹ No capítulo 2 veremos a reprodução social desta família durante os setecentos.

Diagrama 3 – A transmissão do engenho da Cachoeira e Maxambomba na Família Gonçalo Correia, Jacutinga, século XVII.



Fonte: RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

➤ **Maciel da Costa**

O capitão Manoel da Guarda Muniz nasceu por volta de 1619 em alguma das freguesias da capitania fluminense. Com sua esposa, Joana de Andrade, tiveram 4 filhos, dentre eles Brígida da Guarda. Foi por causa desta filha, Brígida, que o patrimônio familiar em Jacutinga, o engenho N. S. do Rosário e Santo Antonio, não sofreu o desmantelamento, uma vez que o engenho, de alguma maneira, foi transmitido para Brígida na segunda geração (Ver diagrama 4).

Pelos anos de 1698, Brígida da Guarda casou em Jacutinga com João Maciel da Costa¹⁵². João Maciel nasceu por volta de 1668, na Freguesia de Nossa Senhora Mont Serrat, em Viana do Castelo, arcebispado de Braga. Não sabemos o ano de sua chegada ao Rio de Janeiro, contudo, verificamos que, em 1688, é registrado como proprietário de um cativo na Freguesia de Jacutinga¹⁵³. Este casamento fora fundamental para que João Maciel, um reinol, constituísse vínculo com uma das importantes famílias senhoriais da região, os da Guarda Muniz (ver quadro 1). Somente depois da data do seu casamento (1698), João Maciel da Costa figurou na freguesia como importante detentor de cativos, assim como seu sogro, pois, entre 1700 e 1720, estava entre os que possuíam mais de 5 escravos.¹⁵⁴ Assim, mobilidade social numa sociedade com traços estamentais não envolve os mesmos fatores do que de uma sociedade burguesa. Sociedades de Antigo Regime não se resumem à economia, pois o enriquecimento deve estar atrelado a outras fontes de legitimidade, para que uma família esteja no topo da hierarquia social. O casamento e as alianças políticas eram cruciais¹⁵⁵.

João Maciel e Brígida da Guarda tiveram 6 filhos, todos nascidos em Jacutinga. Em 1709, João Maciel da Costa hipoteca metade do engenho do seu sogro.¹⁵⁶ Não temos informações sobre a forma com que João Maciel passou a ter direito patrimonial sobre o engenho, mas é provável que o uso do dote e prováveis partidos de cana em terras de seu sogro tenham lhe dado alguns rendimentos. Faleceu em 26 de junho de 1723, na freguesia da Candelária;¹⁵⁷ apesar de todos os seus filhos nascerem na freguesia de Jacutinga, apenas

¹⁵² RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 495-497.

¹⁵³ ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721).

¹⁵⁴ Por meio da análise dos registros de batismos podemos aferir que durante o início do século XVIII, os engenhos de maior escravaria tinham em média entre 6 e 10 cativos. Ou seja, possuir mais de cinco escravos denotava, nesta localidade, em ser reconhecida como uma importante família senhorial. *Ibid.*

¹⁵⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.), 2007, op. cit.; RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII...*, 2003, op. cit.; MONTEIRO. *O crepúsculo dos grandes...*, 2003, op. cit.

¹⁵⁶ DEMETRIO. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara...*, 2008, op. cit., p. 69.

¹⁵⁷ RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 495-497.

Páscoa Maciel da Costa e José Maciel da Costa (filho do mesmo nome) permanecem como senhores na localidade, a qual dá início à segunda geração estabelecida na Freguesia.¹⁵⁸

Até a década de 1740, a viúva Brígida da Guarda e seu filho, o furriel João Maciel da Costa¹⁵⁹, são identificados nos registros de batismos como senhores de cativos (provavelmente proprietários da metade do engenho de Santo Antonio). A partir desta data não temos mais informações sobre esses dois personagens, mas Dona Páscoa Maciel, a filha mais nova, perpetua o nome, o patrimônio e o prestígio da família em Jacutinga. De acordo com alguns especialistas da história do atual município de Belford Roxo, o engenho do Brejo foi resultado do desmembramento do engenho de Santo Antonio¹⁶⁰ (o mesmo que era do Capitão Manoel da Guarda Muniz e, posteriormente, de João Maciel da Costa). Isto nos sugere que as terras do engenho do Brejo foram adquiridas a partir de legítimas de Dona Páscoa. Este caso demonstra a complexidade do sistema patrimonial para a nobreza da terra na colônia americana, já que a divisão de partilha deveria ser realizada de forma igualitária entre todos os herdeiros legítimos.¹⁶¹ Contudo, em localidades de fronteira aberta, o que neste período era o caso da Freguesia de Santo Antônio, a abundância de terras possibilitava a instalação dos descendentes de uma mesma família na mesma localidade, amenizando, assim, os conflitos intrafamiliares. Ao fim e ao cabo, a família permaneceu de posse do engenho entre fins do século XVII e segunda década do XVIII, não obstante as transformações do século XVIII, inclusive as do período pombalino.

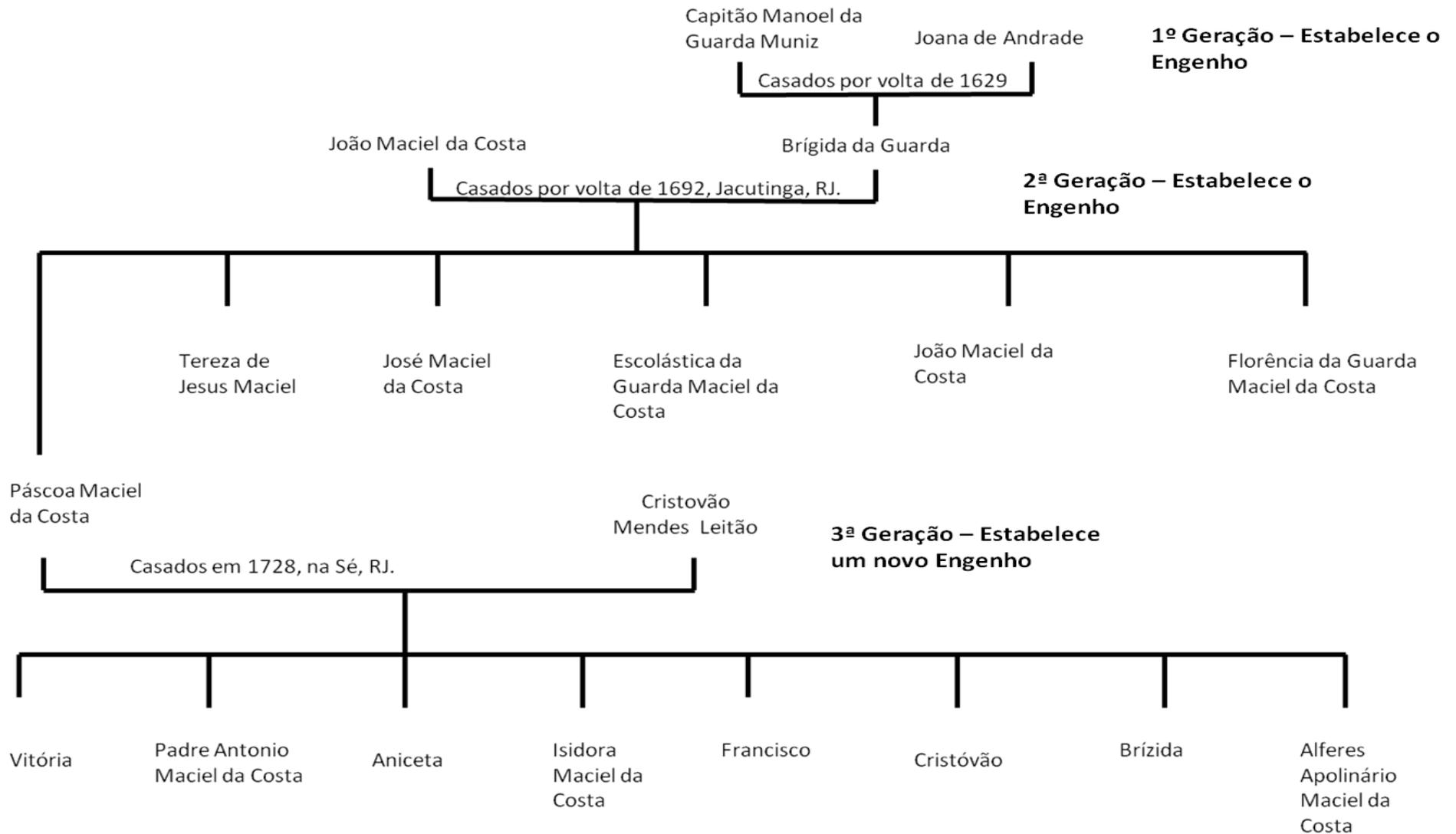
¹⁵⁸ ACNI. Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721).

¹⁵⁹ AHU- RJ, Caixa 38, doc. 5. Carta do governador do Rio de Janeiro [e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], informando o cumprimento da ordem régia que determinava a passagem de numbramento de furriel a João Maciel da Costa, conforme o pedido do brigadeiro José da Silva Paes (1741, Junho, 22, Vila Rica).

¹⁶⁰ <http://www.belfordroxo.rj.gov.br/index.php/historico>

¹⁶¹ *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Livro IV. Título 96.

Diagrama 4 – A transmissão do engenho de N. S. do Rosário e Santo Antônio, na Família Maciel da Costa, Jacutinga, século XVII.



Fonte: RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

* * *

Realizada a identificação dos engenhos que estão estabelecidos nas freguesias de Jacutinga e Iguaçu, ao longo dos seiscentos, e, ao mesmo tempo, analisada as famílias senhoriais, falta-nos abordar o processo de fundação das freguesias nesses territórios.

Antes, porém, devemos atentar ao fato de que os amplos esforços das famílias em preservar os engenhos em suas casas significam que, ao menos em parte, tal preservação era crucial para a manutenção de sua posição como segmento de elite na sociedade. Ainda que tal posição também adviesse dos serviços prestados a El Rei, o investimento longitudinal familiar e geracional na manutenção dos engenhos compunha parte da estratégia de sobrevivência da casa no tempo.

Capítulo 2 – Freguesias Rurais do Rio de Janeiro. Iguaçu e Jacutinga, século XVIII.

*A cerca de duas léguas do Rio de Janeiro acabam as chácaras ou casas de campo, e começam os engenhos de açúcar.*¹⁶²

2.1. Formação de freguesias rurais no Rio de Janeiro

Em um estudo sobre o quadro espacial português, Ana Cristina Nogueira e Antonio Manuel Hespanha afirmam que “o espaço é uma realidade construída e não uma extensão bruta e objetiva”. Ademais, em sociedades como as de Antigo Regime, hierarquizadas, o espaço era visto de forma diferente por cada indivíduo ou grupo, de acordo com o papel social que figurava. Daí, “a coexistência (por vezes conflitual) de vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial”.¹⁶³ Desta maneira, a análise sobre o espaço deve ultrapassar o simples exame de demarcações e limites geográficos, e levar em conta como os indivíduos o criavam, concebiam e transformavam.

Em uma sociedade católica, era a partir do espaço eclesiástico que os indivíduos referenciavam os diferentes territórios do Recôncavo da Guanabara, sobretudo por meio do estabelecimento de freguesias. Freguesia era a unidade espacial mínima do domínio da Igreja; o pároco, ou cura das almas, exerciam a função religiosa interferindo na vida individual e coletiva¹⁶⁴.

Não obstante a dificuldade da análise de espaços geográficos importa-nos apreender de que forma essas freguesias rurais surgem. Obviamente o fator religioso interfere diretamente no estabelecimento dessas freguesias, já que as pessoas tinham a preocupação de participar de todos os rituais católicos. Mesmo no século XIX, em viagem que fez a Minas Gerais tendo como ponto de partida o Rio de Janeiro, [Auguste de Saint-Hilaire](#) afirmou que:

¹⁶² SAINT-HILAIRE, [Auguste de](#). *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1* (1938) (1932), p. 63. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/63/texto>.

¹⁶³ NOGUEIRA, Ana Cristina; HESPANHA, Antonio Manoel. “O quadro Espacial”. In: MATTOSO, José. (org). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 04, 1993, p. 35.

¹⁶⁴ De acordo com Cristina Nogueira e Hespanha “a freguesia foi, durante o Antigo Regime, uma circunscrição territorial decisiva no enquadramento político do espaço (...) é, também, um fator de dispersão política do espaço.” Ibidem, p. 38. De acordo com Bluteau freguesia é a igreja paroquial, o lugar da cidade ou do campo em que vivem os fregueses. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 4 v, p. 206.

(...) as localidades retiradas do interior, pelo contrário [das localidades centrais], não há paróquia sem povoação, e a razão dessa diferença pode ser, parece-me, explicada facilmente. Em torno ao Rio de Janeiro as terras se dividiram mais que em qualquer outra parte; cada pedaço de terreno passou a ser habitado, e quando o distrito atingia população suficiente, passava a constituir uma paróquia independente. **Mas ninguém ficava assaz afastado da igreja** para que não pudesse lá ir em pouco tempo... [grifo meu]¹⁶⁵

Contudo, outros elementos permeavam o estabelecimento de uma freguesia, para além do âmbito religioso de fé e devoção. Para analisá-los, examinemos o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú e Santo Antonio de Jacutinga. Antes de tudo é preciso lembrar que a iniciativa particular foi imprescindível para o projeto colonial. De acordo com Freyre “foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria”.¹⁶⁶ Relacionado a esta constatação, o primeiro elemento que permeia as fundações de freguesias rurais é o fato de todas as freguesias do Recôncavo da Guanabara iniciarem suas atividades como capela curada, ou seja, uma capela em terras de um particular, dirigida em caráter permanente por um pároco ou cura.¹⁶⁷ Assim foi o caso de Iguaçú, quando, em 1699, o *povo* construiu uma simples capela de taipa, em terras do Alferes José Dias de Araújo.¹⁶⁸ Em Jacutinga, a primeira capela curada fora instituída em lugar denominado Jambuú, em 1657.¹⁶⁹ Essas primeiras construções eram simples, de taipa e, por isso, logo careciam de reparos.

O aumento do número de fiéis e/ou a ruína das capelas geravam a construção da primeira igreja matriz, a qual recebia o nome de um santo, e este é o segundo elemento. Pizarro identifica o ano em que, pela primeira vez, a capela curada surge então como freguesia. Santo Antonio de Jacutinga surge como freguesia em 1686. Iguaçú foi fundada como freguesia em 1719, quando ocorreu a separação com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Serapuhy (que na década de 1710 será anexa a Santo Antonio de Jacutinga).

¹⁶⁵ SAINT-HILAIRE, *Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1 (1938) (1932)*, p. 61. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/61>.

¹⁶⁶ FREYRE. *Casa-Grande & senzala...*, 1980, op. cit., p. 18-19.

¹⁶⁷ NOGUEIRA; HESPANHA. *O quadro Espacial...*, 1993, op. cit., p. 38.

¹⁶⁸ ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 84-85.

¹⁶⁹ ARAÚJO. *Memórias Históricas...*, 1945, op. cit., p. 142-143.

A partir das memórias históricas sobre a fundação de Iguazu, constatamos um terceiro elemento que marca o estabelecimento dessas freguesias: não só o aumento do número de habitantes, mas a ação de senhores de terras dessas localidades.

Como exposto, o primeiro local de reunião dos paroquianos fora em uma capela construída nas terras de José Dias de Araújo. Por ter o título de Alferes, pertencia à hierarquia militar. Por ter doado terras para os fiéis construírem a dita capela¹⁷⁰, era senhor de terras. Possuir terras e exercer funções militares era para poucos da localidade, apenas para aqueles pertencentes à elite, além de constituírem elementos de distinção em uma sociedade hierarquizada. A família Dias de Araújo subsiste até o final do século XVIII, sendo que neste período seu poder e influência se restringem ao aspecto memorial. Mesmo levando em consideração as lacunas que permeiam a trajetória dos Araújo, devido a escassez de fontes para o período, verificamos que Diogo Dias de Araújo, parente do Alferes, volta, em 1760, a doar terras para construção de uma nova matriz, de pedra e cal. Apesar dessa doação, não consta nos assentos de batismo menção a título ou ocupação, muito menos que era senhor de algum cativo; e o mesmo é válido para seu filho, José Dias de Araújo. Contudo, foram as relações entre o *povo* e a família Araújo que permitiram a construção da primeira matriz.¹⁷¹ Assim, no caso, pesou muito a ascendência “nobre”, que a comunidade local devia guardar na memória.

Ainda resta-nos observar como esses indivíduos apreendiam os espaços políticos e territoriais. Monsenhor Pizarro, em 1795, mencionou uma interessante situação a esse respeito:

Nesta Freguesia [Iguazu] recorreram a mim alguns fregueses de S. Antonio de Jacutinga, pedindo-me em sua petição, que em atenção a distância de três léguas, em que se achavam a sua Matriz, e a proximidade desta [Iguazu], por distarem dela uma e meia, e uma légua, e por isso mesmo estarem de posse em se lhes administrarem os santos sacramentos desta mesma freguesia, com faculdade de seu próprio pároco, ultimamente, porque pelos caminhos dela, e para os seus portos faziam diariamente conduzir os seus efeitos: quizesse eu mandá-los haver por Fregueses desta mesma Freguesia, e segregar suas casas, e Sítios, daquela Freguesia de S. Antonio. (...). Vista a conveniência dos pareceres dos Revdos. Vigários, fiquem sujeitos os suplicantes à Paróquia de N. Sra. da Piedade do Iguazu: e guardada a condição requerida pelo R. Vigário de Jacutinga/ como se vê da sua resposta/ assim se

¹⁷⁰A capela era uma pequena igreja com um só altar, erigido por nobres ou senhores de terras, muitas das quais se converteram depois em paróquias e igrejas principais, podendo ser pública ou privada. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi# def2>

¹⁷¹ ARAÚJO. *Memórias Históricas...*, 1945, op. cit., p. 84-85.

consERVE a divisa Interinamente, até que os mesmos RR. Vigários obtenham de Sua Excia. Revma. A confirmação deste meu provimento.¹⁷²

Por meio da petição desses moradores aferimos que no século XVIII e início do XIX, a referência maior dos limites entre as freguesias era a paróquia, a matriz. Evidente que apesar de tais indivíduos serem fregueses de Santo Antonio de Jacutinga, transitavam, comercializavam e recebiam os sacramentos em Iguazu; tal proximidade gera, como mencionado no trecho acima, um requerimento onde pedem que suas casas e sítios sejam segregados para a Nossa Senhora de Piedade, pois nela suas atividades religiosas e comerciais eram mais acessíveis. Todavia, o desfecho da remarcação das fronteiras dependia da aprovação da autoridade eclesiástica. Ou seja, neste período era a Igreja, e não a Coroa, que estava regulando o estabelecimento das freguesias e os limites geográficos entre elas; era a instituição organizadora de um quadro espacial: o Recôncavo da Guanabara.

Um último elemento que gostaríamos de analisar, de grande importância para que freguesias rurais surgissem ou desfrutassem de crescimento econômico e populacional, é a descoberta do ouro nas Minas Gerais. De acordo com Sampaio, a descoberta aurífera nas Gerais redefiniu o papel do Rio de Janeiro no império português, tornando-o, ao longo do século XVIII, a principal praça mercantil da América portuguesa. Tudo, graças à sua função de abastecimento às minas, assumido pela capitania fluminense.¹⁷³ Graças ao *boom* aurífero, estradas foram criadas para que o ouro fosse escoado ao Porto do Rio de Janeiro e daí para a Metrópole e outras paragens. No sentido inverso, eram enviados do Rio de Janeiro escravos e artigos manufaturados para a capitania de Minas Gerais. Tais estradas entrecortavam as freguesias do Recôncavo da Guanabara.

A estrada então existente para se chegar às minas era denominada Caminho do Paraty, posteriormente “Caminho Velho”. A viagem por essa via era longa e dispendiosa. Deste modo, com o objetivo de ter um controle mais eficaz e um transporte mais rápido das mercadorias, a Coroa portuguesa incentivou a abertura de novos caminhos por particulares em troca de títulos e privilégios. O Caminho Novo, aberto por Garcia Rodrigues Paes em 1698, próximo às margens do Parahiabana, hoje parte integrante de Pati do Alferes, até o Rio de Janeiro, tornou-se a principal rota utilizada pelos viajantes. Em segunda viagem a Minas Gerais, no ano de 1822, Saint-Hilaire descreveu esse caminho da seguinte forma:

¹⁷² ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 56-57.

¹⁷³ SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 148.

Esta estrada chama-se Caminho do Comércio ou mais vulgarmente Caminho Novo ou Estrada Nova. Comecei a percorrê-la hoje. A parte da serra que tal via atravessa tomou-lhe o nome e chama-se da Estrada. (...) Para se alcançar o ponto mais elevado da Serra da Estrada Nova não se leva menos de duas horas quando se sobe com as mulas carregadas. O caminho foi aberto, em zigue-zague, com bastante arte; construíram-se pequenas pontes para a passagem dos regatos e, nos lugares onde os desabamentos são de se temer, foram as terras escoradas(...). **O caminho é muito mais curto que os outros, para os habitantes da comarca de São João e, por conseguinte, de incontestável utilidade.** ¹⁷⁴[grifo meu]

O sargento-mor Bernardo Soares de Proença, no ano de 1722, abriu uma variante do Caminho Novo, “Caminho do Inhamorim”, desviando a reta das partes mais íngremes da serra, diminuindo custos e despesas, tanto físicas como financeiras. Posteriormente, foram concluídas as obras do “Caminho do Tinguá” ou “Caminho de Terra Firme”, aberto pelo mestre-de-campo Estevão Pinto, concluído em 1728, e o Caminho de “São Paulo”, iniciado em 1733¹⁷⁵.

Durante o século XVIII, as áreas entrecortadas por esse caminhos foram amplamente beneficiadas. Outras paróquias foram povoadas e elevadas à categoria de vilas: Pati do Alferes, Vassouras e Paraíba.¹⁷⁶ Ainda segundo Saint-Hilaire, ao passar na freguesia de Iguaçú em 1822:

(...) é menos habitado do que o que atravessei ontem [Santo Antonio de Jacutinga]. Coberto de mata, torna-se cada vez mais montanhoso. Aguassu, sede de uma paróquia, não é vila propriamente dita, mas conta algumas mercearias e armarinhos, bem sortidos, bonitas vendas, **algumas ferrarias que a constante passagem de mineiros torna mais necessárias do que quaisquer outras oficinas.** ¹⁷⁷ [grifo meu]

Com as tropas que transitavam por esses caminhos, o comércio local se favoreceu com armazenamento e transporte de mercadorias, alugueis de escravos, venda de produtos

¹⁷⁴ SAINT-HILAIRE, *Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)* (1932), p. 29. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>.

¹⁷⁵ BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 29. Atlas Fundiária do Rio de Janeiro, 1991, op. cit., p. 17.

¹⁷⁶ FORTE, José Mattoso Maia, 1933, op. cit., p. 56. “Ao longo desses caminhos foram surgindo fazendas, capelas, freguesias. Enquanto isso a parte litorânea relativa ao recôncavo é inteiramente ocupada e fragmentada, diversas freguesias são instaladas, muitos engenhos são erguidos e aldeias são estabelecidas.” Atlas Fundiário do Rio de Janeiro, 1991, op. cit., p. 17.

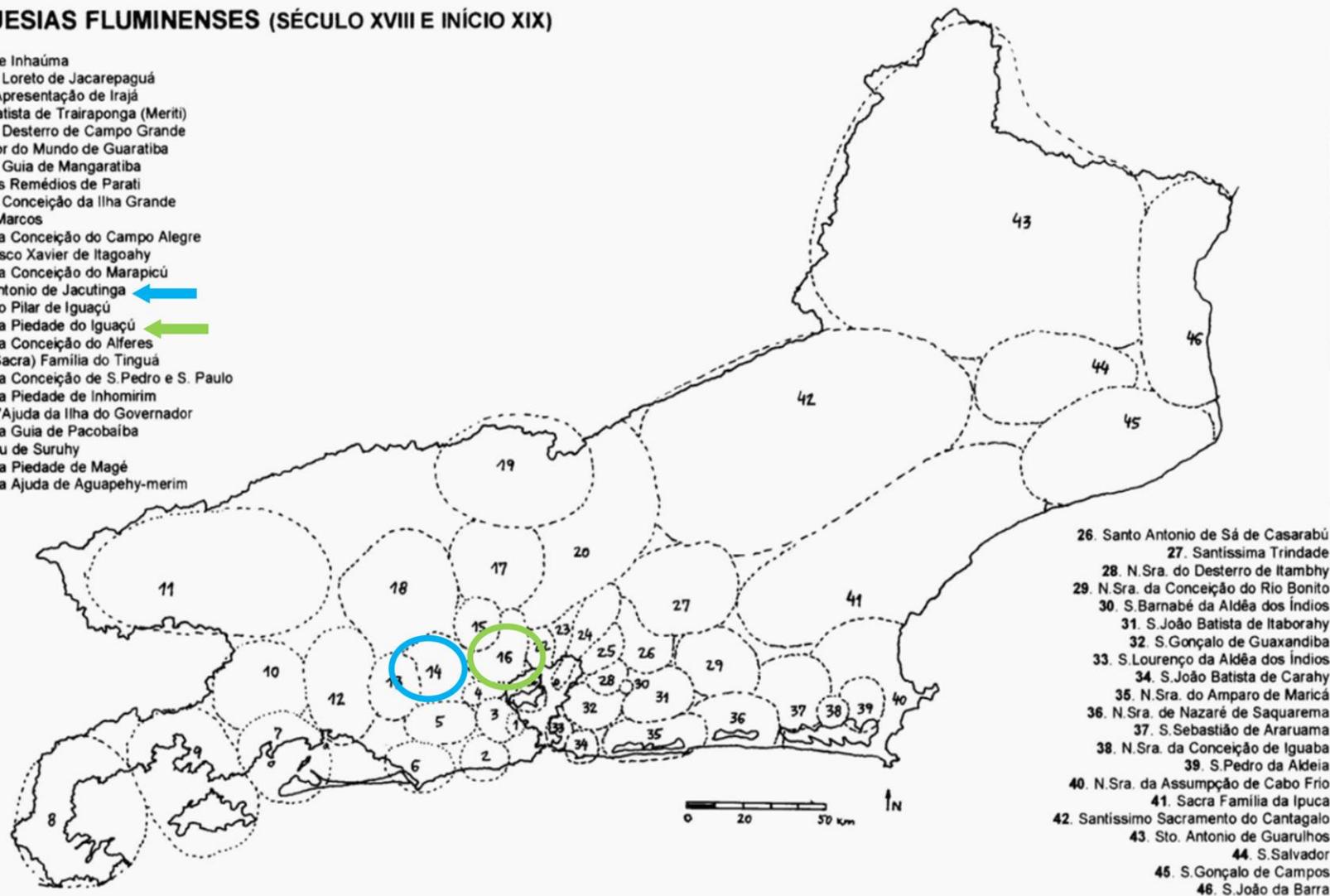
¹⁷⁷ SAINT-HILAIRE. *Segunda viagem do Rio de Janeiro...*, 1932, op. cit., p. 27.

locais.¹⁷⁸ Além disso, muitos viajantes precisavam descansar, assim como repor provisões de mantimentos e alimentar os animais, estendendo sua estadia por alguns dias na freguesia que estivesse mais próxima. Deste modo, Iguaçú e Jacutinga podem ser caracterizadas como uma área de trânsito, pois entrecortada pelos caminhos do ouro, recebiam viajantes de todas as partes Reino com seus escravos e manufaturas em busca das minas auríferas, e paralelamente acolhia aos transportadores do ouro que partiam em direção ao litoral.

¹⁷⁸ BEZERRA. *As chaves da liberdade...*, 2008, op. cit., p. 26.

FREGUESIAS FLUMINENSES (SÉCULO XVIII E INÍCIO XIX)

1. S. Tiago de Inhaúma
2. N. Sra. do Loreto de Jacarepaguá
3. N. Sra. d'Apresentação de Irajá
4. S. João Batista de Trairaponga (Meriti)
5. N. Sra. do Desterro de Campo Grande
6. S. Salvador do Mundo de Guaratiba
7. N. Sra. da Guia de Mangaratiba
8. N. Sra. dos Remédios de Parati
9. N. Sra. da Conceição da Ilha Grande
10. S. João Marcos
11. N. Sra. da Conceição do Campo Alegre
12. S. Francisco Xavier de Itagoahy
13. N. Sra. da Conceição do Marapicú
14. Santo Antonio de Jacutinga ←
15. N. Sra. do Pilar de Iguaçú
16. N. Sra. da Piedade do Iguaçú ←
17. N. Sra. da Conceição do Alferes
18. Santa (Sacra) Família do Tinguá
19. N. Sra. da Conceição de S. Pedro e S. Paulo
20. N. Sra. da Piedade de Inhomirim
21. N. Sra. d'Ajuda da Ilha do Governador
22. N. Sra. da Guia de Pacobaíba
23. S. Nicolau de Suruhy
24. N. Sra. da Piedade de Magé
25. N. Sra. da Ajuda de Aguapehy-merim



26. Santo Antonio de Sá de Casarabú
27. Santíssima Trindade
28. N. Sra. do Desterro de Itambhy
29. N. Sra. da Conceição do Rio Bonito
30. S. Barnabé da Aldêa dos Índios
31. S. João Batista de Itaborahy
32. S. Gonçalo de Guaxandiba
33. S. Lourenço da Aldêa dos Índios
34. S. João Batista de Carahy
35. N. Sra. do Amparo de Maricá
36. N. Sra. de Nazaré de Saquarema
37. S. Sebastião de Araruama
38. N. Sra. da Conceição de Iguaba
39. S. Pedro da Akleia
40. N. Sra. da Assumpção de Cabo Frio
41. Sacra Família da Ipuca
42. Santissimo Sacramento do Cantagalo
43. Sto. Antonio de Guarulhos
44. S. Salvador
45. S. Gonçalo de Campos
46. S. João da Barra

Fontes: *Visitas pastorais feitas por Monsenhor Pizarro em 1794* (Arquivo da Cúria Metropolitana), FRIDMAN (2005 e 2007) e GESTHU.

2.2 A produção açucareira e alimentícia em Jacutinga e Iguaçú, século XVIII.

Destacamos a predominância da produção do açúcar na economia de Iguaçú e Jacutinga, durante o século XVII. Porém, nos oitocentos, estas localidades foram influenciadas pelas mudanças ocorridas a partir do predomínio do Rio de Janeiro, como principal porto receptor e abastecedor dos territórios das Minas Gerais. Assim, a produção de alimentos se dinamizou e adquiriu igual importância na economia local. Produtos como a farinha de mandioca foram também acrescentados aos artigos mais cultivados. Ambas as freguesias tinham participação no mercado carioca e mercado africano, ligadas a uma rede mercantil de abastecimento.

Apesar disso, o engenho continuou sendo sinônimo de poder econômico e social nestas sociedades e seus proprietários identificados como nobres e honrados. Para analisar a produção de açúcar e aguardente do século XVIII, nestas freguesias rurais, utilizaremos o relatório do Marquês do Lavradio. Neste documento os mestres de campo dos distritos do Rio de Janeiro informaram o número de caixas de açúcar e pipas de aguardente produzida nos engenhos de cada freguesia, no ano 1778. Freguesia de Piedade do Iguaçú e Jacutinga faziam parte do distrito de Guaratiba¹⁷⁹. Dentre os dez distritos arrolados, Guaratiba teve uma significativa participação na economia açucareira da capitania, pelo menos nesse período, sendo o distrito que mais produziu de açúcar,¹⁸⁰ 20% do total de caixas, em seguida Niterói, com 17%, seguidos de Maricá e Irajá, com 15% cada¹⁸¹.

Entre as freguesias da região do Iguaçú¹⁸², Jacutinga é a freguesia que mais fornece açúcar e aguardente, mesmo possuindo o segundo maior número de engenhos.¹⁸³ Devemos destacar que desde o final do século XVII há o exercício desta atividade econômica nessa

¹⁷⁹ Além destas duas, também faziam parte: São Salvador do Mundo de Guaratiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá e Marapicú. Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 325.

¹⁸⁰ Chegamos a esta conclusão partindo da análise do Marquês do Lavradio, o qual não contempla a totalidade da produção açucareira em Campos dos Goitacazes.

¹⁸¹ Produziu 740 caixas de açúcar, enquanto Niterói 623, Maricá 551, Irajá 540, Campos 400, Cachoeira 361, Distrito de Ilha Grande e Mangaratiba 222, Cabo Frio 117, Parati 73 e Inhomorim 55. Para uma tabela completa ver: ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e Direito: Sesmarias e conflito de terras entre Índios e Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)*. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 130.

¹⁸² Região assim denominada por GOMES, Flávo dos Santos. *Quilombos do Rio de Janeiro do século XIX*. In: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 264-265.

¹⁸³ De acordo com o viajante Saint-Hilaire, a freguesia de Jacutinga possuía: “terras baixas e úmidas convêm perfeitamente à cultura da cana de açúcar”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1 (1938) (1932)*, p. 64. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/64>.

localidade, por meio do funcionamento de seis engenhos.¹⁸⁴ Já a Freguesia de Iguaçu, era a que menos possuía engenho, pois era caracterizada basicamente pela sua produção de alimentos (Quadro 4)¹⁸⁵. Meriti e Marapicú possuem igualmente um número expressivo de caixas de açúcar produzido. Pelo exposto, podemos concluir que a área de Guaratiba muito contribuiu para que houvesse o crescimento no setor exportador da capitania do Rio de Janeiro, que, pelo menos para o período de 1796 a 1811, vai se tornar o principal polo de exportação da Colônia¹⁸⁶.

Quadro 4- Produção Anual de Açúcar e Aguardente nos engenhos das Freguesias Rurais. (1778)

Freguesias	Marapicú	Jacutinga	Meriti	Iguaçu	Pilar
Número de Engenhos/Engenhocas	4	7	9	2	4
Açúcar (Caixas)	152	163	104	S/I	40
Produção de caixas de Açúcar em %	33,1	35,5	22,6	S/I	8,8
Aguardente (pipas)	66	77,5	51,5	30	17
Produção de pipas de Aguardente em %	27,3	32,0	21,3	12,4	7,0

Fonte: Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. **RIHGB**. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329. Para a Freguesia de Meriti, Cf. José Mattoso Maia, 1933, op. cit., p. 33-34.

Outra atividade importante era a produção de aguardente, pois a fabricação de açúcar se destinava apenas a uma minoritária parte da população, os donos de engenhos e benfeitorias. De acordo com Roquinaldo Ferreira, as cachaças, ou *geribitas*, produzidas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro foram usadas como moeda de troca no interior (sertões) angolanos, nos séculos XVII e XVIII. O autor afirma que as geribitas tiveram papel central nas estratégias dos negociantes fluminenses para financiar as transações de escravos em Angola.¹⁸⁷ Como podemos observar no Quadro 4 as freguesias da região do Iguaçu

¹⁸⁴ No próximo capítulo trataremos dos senhores destes engenhos de forma mais acurada. Ver: DEMETRIO. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara...*, 2008, op. cit., p. 67-68.

¹⁸⁵ Talvez porque o terreno da Freguesia não era muito propício ao cultivo da cana-de-açúcar. Lembramos-nos de uma citação feita no capítulo 1, pelo monge carioca Frei Paulo da Conceição Freire de Andrade, o qual comentou sobre a inutilidade dos investimentos no engenho do Iguaçu, propriedade dos monges beneditinos; diz que pouco rendimento ele dava, devido à qualidade do terreno alagadiço. NIGRA. *A antiga fazenda de São Bento...*, 1943, op. cit., p. 268.

¹⁸⁶ FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 89.

¹⁸⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA,

produziam este produto e, assim, participavam deste comércio de cachaça através da exportação para a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1795, em Iguazu, havia 2 fábricas de açúcar e 8 em Jacutinga. No Quadro 5 apresentamos os engenhos de Jacutinga e Iguazu estabelecidos ao longo do século XVIII. Utilizamos o número de escravos, a produção de açúcar e aguardente como elementos que expressam a riqueza destas unidades, informações estas referentes aos anos de 1779 e 1797. Para o ano de 1797 utilizamos um documento inédito.¹⁸⁸

Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 341-378.

¹⁸⁸ Trata-se de documento inédito, ainda não utilizado. Cobre o distrito de Guaratiba, composto pelas freguesias de Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicu, Itaguaí, Jacutinga e Iguazu, neste trabalho faremos uso apenas dos dados destas duas últimas.

Quadro 5- Produção de açúcar, aguardente e números de escravos nos engenhos de Jacutinga e Iguacu (1779/1797)

Engenho		1779						1797						
		Nº de Escravos	% de Escravos	Nº de caixas de açúcar	% de caixas de açúcar	Nº de Pipas de Aguardente	% de Pipas de Aguardente	Nº de Escravos	% de Escravos	Arrobas de açúcar	% de arrobas de açúcar	Nº de Pipas de Aguardente	% de Pipas de Aguardente	
Jacutinga	Maxambomba ^a	12	4,6	15	9,3	4	5,2	54	10,7	500	7,4	15	6,7	
	Cachoeira ^a	80	30,0	60	36,8	30	38,5	51	10,1	600	8,8	16	7,2	
	Posse ^b	25	9,4	20	12,3	5	6,4	108	21,6	1723	25,2	45	20,1	
	Brejo ^b	35	13,2	25	15,3	8	10,2	25	5,0	1000	14,6	23	10,3	
	N. S. da Conceição de Sarapuí ^b	14	5,2	3	1,8	1	1,2	62	12,4	1000	14,6	30	13,4	
	Madureira ^c	70	26,3	40	24,5	30	38,5	63	12,6	1010	14,8	25	11,2	
	Santo Antônio ^a	30	11,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Calundú ^c	-	-	-	-	-	-	43	8,6	300	4,4	40	17,8	
	São José do Rato ^c	-	-	-	-	-	-	32	6,4	-	-	6	2,6	
Iguacu	Engenho do Tingá ^c	-	-	-	-	-	-	37	7,4	300	4,4	6	2,6	
	Engenho do Tingá ou do Azevedo ^c	-	-	-	-	-	-	26	5,2	400	5,8	18	8,0	
Total		266	100%	163	100%	78	100%	501	100%	6833	100%	224	100%	

^a Engenho estabelecido no final do século XVII; ^b Engenho estabelecido na primeira metade do século XVIII; ^c Engenho estabelecido na segunda metade do século XVIII; **Fonte:** Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. **RIHGB.** Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329. AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203.

Por meio da análise deste quadro verificamos que, em 1779, os três engenhos que obtiveram o maior número de escravos, a maior produção de açúcar e aguardente foram, respectivamente, Cachoeira, Madureira e Brejo. Lembramos que o engenho da Cachoeira foi estabelecido no final do século XVII, pela proeminente família Correia Vasques, unidade que sobreviveu às intempéries do tempo e possuiu importância por quase 100 anos. O engenho do Madureira neste primeiro período foi administrado por um negociante da praça do Rio de Janeiro (tal como veremos adiante), é provável que os rendimentos comerciais tenham lhe permitido injetar investimentos em seu engenho o que resultou na segunda maior produção entre as freguesias. O engenho do Brejo foi o resultado do desmembramento de um engenho estabelecido nos seiscentos, seus descendentes permaneceram na localidade com *honra* e distinção, como analisamos no primeiro capítulo.

Em 1797 ocorreram mudanças, os engenhos da Posse e de Sarapuí predominaram alcançando o maior número de cativos e produzindo o açúcar e a aguardente, talvez, veremos adiante, pela nova administração que estes engenhos receberam. O engenho da Cachoeira neste período não demonstrou a mesma grandeza de antes, ao contrário de Madureira, que administrado por uma viúva, continua a ocupar importante colocação no quadro.

Na freguesia de Iguacu, os dois engenhos tiveram pouca expressão na área da produção açucareira. Ao visitar a freguesia em 1813, o Padre Jose Luis de Freitas salientava: *Tirados os quatro ou cinco Engenhos, o mais forte Estabelecimento da Freguesia são Olarias, as Culturas de Mandiocas, Arroz, Aguardentes, cafés, madeiras, de que exportam muito para a cidade em continuados Barcos, Gamboas, Canoas.*¹⁸⁹ Assim, além da participação no setor da *plantation*, essas freguesias rurais foram exímias produtoras de alimentos. Alimentos como mandioca, farinha de mandioca, milho, feijão, charque e carne de porco eram produzidos pela própria colônia.¹⁹⁰ Logo, tais freguesias estavam inseridas dentro do circuito comercial de abastecimento, tanto para Minas Gerais quanto para a cidade do Rio de Janeiro; participação esta que contribuiu para a reprodução do setor agroexportador.¹⁹¹ Essa

¹⁸⁹ ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguacu. Notação: VP 15. [sem numeração].

¹⁹⁰ Para o autor a plantagem, entre outros mercados da Colônia, se nutria da farinha de mandioca proveniente de regiões do interior do RJ, do sudeste da Bahia e de Santa Catarina; do charque do Rio Grande do Sul; dos muare de São Paulo; dos porcos e reses de Minas Gerais. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p. 100 -105.

¹⁹¹ Aqui nos baseamos no conceito de *acumulação endógena e mercado interno* elaborado por João Fragoso. Além disto, o autor afirma que: as grandes fazendas brasileiras se alimentavam de produções do próprio espaço colonial. FRAGOSO. *Homens de grossa aventura...*, 1998, op. cit., p. 26-27; 109.

participação, no século XVIII, se dava principalmente por meio da produção de gêneros alimentícios como feijão, milho, arroz, mandioca, arroz e café. No início do século XIX, John Luccock afirmou parte das fazendas fluminenses eram desmatadas para o cultivo de “café, cana, arroz, mandioca ou milho, segundo a qualidade do solo e a tendência dominante na região. A mandioca é geralmente transformada em farinha no próprio local; o arroz, café e milho, preparados para o mercado”.¹⁹²

Para o final do século XVIII, afirma-se que, no distrito de Guaratiba, que abrangia Marapicu, Jacutinga, Meriti, Iguaçu e Pilar, cerca de 20% estariam sendo empregados no cultivo e fabricação do açúcar, enquanto a maior parte dedicava-se à extração de lenha, fabricação de tijolos e, principalmente, o cultivo de alimentos.¹⁹³ De acordo com a lista nominativa de 1797, em Jacutinga e Iguaçu, o cultivo da cana de açúcar se fez presente em 101 (18,6%) dos 542 domicílios, mas apenas 23 (23%) desses produtores de cana não cultivavam alimentos. Logo, não nos parece que a especialização em um único cultivo fosse o critério mais adequado para aferir o número de escravos nas atividades agrárias. Testando a fonte, porém, afere-se que os 101 que plantavam cana, com outros alimentos ou não, abarcavam 1.243 (55,6%) dos 2.236 escravos, com uma média de 22,1 escravos por produtores de cana. Assim, parece que a atividade canavieira concentrava mais escravos em nossa área de estudo.¹⁹⁴

Por outro lado, os 326 domicílios que produziam alimentos e não cultivavam cana abarcavam 1.398 (62,5%) escravos, e sua média era de 4,3. Os 23 senhores que cultivavam apenas cana abarcavam 174 escravos, 7,5 em média, não tão distante dos produtores de alimentos. Logo, o que eleva o número de escravos entre os cultivadores de cana é a produção conjunta de alimentos¹⁹⁵. Em tal produção de alimento, sobressaía em importância do cultivo da farinha de mandioca na capitania do Rio de Janeiro para o abastecimento do consumo local, também usada como moeda de troca no comércio de cativos em Angola e para o abastecimento de tropas na cidade.¹⁹⁶ Na lista de 1797, dos 542 domicílios de Jacutinga e Iguaçu, 395, ou seja, 72,9% plantavam mandiocas.¹⁹⁷ No caso de Magé, a farinha

¹⁹² LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975, p. 196.

¹⁹³ GOMES, Flavo dos Santos, *Quilombos do Rio de Janeiro...*, 1996, op. cit., p. 265.

¹⁹⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

¹⁹⁵ Ibidem [sem numeração]

¹⁹⁶ DEMETRIO. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara...*, 2008, op. cit., p. 38 – 40. FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 31-71.

¹⁹⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

representava 57% do valor da produção de alimentos em meados do XIX, tendo a produção de outros elementos e a pecuária um papel secundário.¹⁹⁸

De acordo com o relatório do Marquês do Lavradio, de 1779-1789, dentre a produção de gêneros alimentícios na região, a farinha de mandioca era o alimento mais cultivado, seguido pelo arroz. (ver Quadro 6).

Quadro 6- Produção Anual de Alimentos em Fregusias Rurais (em caixas) (1778)

Freguesias	Farinha	Feijão	Milho	Arroz	Total
Marapicu	150	800	300	1500	2750
Jacutinga	25000	1000	1000	10000	37000
Meriti	1000	2300	240	650	4190
Iguaçu	10000	400	400	10000	20800
Pilar	16260	177	56	3470	19963

Fonte: Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329. Para a Freguesia de Meriti fora consultado: FORTE, José Mattoso Maia, 1933, op. cit., p. 33-34.

Apesar de importante na economia e do intenso uso de mão-de-obra escrava, Russell-Wood destaca que no século XVIII “o cultivo de mandioca era, da mesma forma, uma economia de pequenas propriedades, mas, para a maioria dos produtores, não permitia um retorno além da mera subsistência.”¹⁹⁹. Todavia, de 50 testamentos analisados para a freguesia de Iguaçu, 20 testadores declararam ter roças ou utensílios necessários ao fabrico da farinha, como Manoel Ribeiro da Silva, em 1741: *Declaro, que os bens, que possuo he o seguinte hum mulato por nome Antonio, e huma mulatinha por nome Domingas, rossas de mandiocas huma roda de fazer farinha com chapassam de cobre hum forno de cobre hum taixo do mesmo huma egoa.*²⁰⁰ [grifos meus]. Duas testadoras possuíam roças de mandioca e arrozais. Uma delas, Joana Gonçalves, falecida em 1789, enfatizou: *Declaro que possuo hum arrozal que dará em vinte sacos dos quais deixo dois para a Senhora Rosa Maria de Jesus, e dezoito para Jose Cardoso preto forro assistente em minha casa para depois deles segundo*

¹⁹⁸ SAMPAIO. *Magé na crise do escravismo...*, 1994, op. cit., p. 4-5 e 127.

¹⁹⁹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 97.

²⁰⁰ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu 1723-1769). f. 16.

*lhe tenho determinado*²⁰¹. A farinha, portanto, além da mera subsistência, viabilizava a compra de escravos e a presença de agregados.

De acordo com Hebe Mattos, baseada nos estudos de Pckolt, havia três tipos de processos para o beneficiamento e produção da farinha:

A chamada farinha d'água ou farinha gorda, em que a mandioca é amolecida em água exposta ao sol, espremida a mão, coada em peneira grossa e levada ao forno para ser cozida. O forno ou o tacho de ferro, barro ou cobre representa, portanto, o único utensílio (além de peneiras e sacos) necessário a este beneficiamento; a chamada farinha d'água de mistura, em que a mandioca é primeiramente ralada e depois misturada com água, espremida a mão e passada em peneira fina, misturando então o que passou e o que ficou na peneira, de modo a formar novamente uma só massa, de novo espremida e levada ao forno. Neste processo, necessita-se além do forno de cobre, de pelo menos uma roda manual para ralar o produto (rodete), dispensando-se, entretanto, a utilização de prensa; por último, a farinha seca (levemente torrada), também conhecida como farinha de mandioca de comércio. Neste processo, a mandioca raspada e lavada é ralada em um ralador que pode ser movido a mão ou a água, submetida neste estado durante várias horas à ação de uma prensa, passada em peneira fina e levada ao forno ou tacho para ser cozida e torrada. Necessita-se, portanto, neste caso, de roda de ralar (a mão ou a água), prensa e forno.²⁰².

É difícil analisar, especificamente, em quais dos três processos de fabricação da farinha os 20 indivíduos estariam classificados, devido à falta do detalhamento da documentação. Mas, o interessante é ressaltar que, independente da farinha a ser fabricada, esta atividade necessita de mão-de-obra (familiar ou escrava) para que houvesse um retorno mais rápido dos rendimentos. Mais uma vez fazendo uso desses 20 testamentos, constatamos que cada proprietário tinha, em média, 5,7 cativos. Nenhum deles aludiu à atividade açucareira, o que indica que o cultivo e o beneficiamento da mandioca compensava o investimento em escravos.

Mas, como essas mercadorias circulavam? Como esses produtores participavam e movimentavam esse mercado interno?

2.3. Estradas, rios, picadas e riachos.

Manoela Pedroza afirma que os dois meios mais usados para o transporte de mercadorias na freguesia rural de Campo Grande, no início do XIX, eram o fluvial e os

²⁰¹ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu 1777-1798). f. 72.

²⁰² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 66.

caminhos terrestres, como eram chamadas as picadas das florestas.²⁰³ Antes da autora, Auguste de Saint-Hilaire, em 1822, ao realizar diversas viagens e passar pela região aqui abordada, analisou tais caminhos. Ao sair da capitania do Rio de Janeiro e viajar para São Paulo, registrou:

As estradas vizinhas da capital do Brasil são hoje em dia tão movimentadas como as que conduzem às grandes cidades da Europa. Durante umas duas léguas não deixamos de encontrar homens a pé e a cavalo, e negros que conduziam descarregados os cargueiros que pela manhã haviam levado à cidade com provisões; rebanhos de bois, e varas de porcos, tocados por mineiros, avançavam lentamente, fazendo voar turbilhões de pó, e a cada momento nossos ouvidos eram chocados pelo ruído confuso que faziam nas vendas os escravos confundidos aos homens livres de classe inferior (...).²⁰⁴

Conforme o viajante se afasta da cidade e parte para o interior da capitania, a paisagem agrária e demográfica vai se transformando.

Se próximo ao Rio de Janeiro podemo-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa, essa ilusão em breve se dissipa. À medida que nos afastamos de Inhaúma vê-se cada vez menos habitações, as vendas rareiam, encontram-se menos terrenos cultivados, os bosques tornam-se mais comuns, e como cada vez mais nos aproximamos das montanhas, o aspecto da região toma caráter mais grave.

A cerca de duas léguas do Rio de Janeiro acabam as chácaras e campo, e começam os engenhos de açúcar. São apenas em número de cinco na paróquia de Inhaúma, e já em Irajá atingem a doze, e onze na de S. Antonio da Jacutinga, paróquia que vem após Irajá, e cujas terras baixas e úmidas convêm perfeitamente à cultura da cana de açúcar.²⁰⁵

Em uma petição alguns moradores declararam usar tais estradas todos os dias para “pelos caminhos dela [freguesia do Iguazu], e para os seus Portos faziam diariamente conduzir os seus efeitos.”²⁰⁶ Nessas estradas eram feitos os circuitos “engenho-porto” ou engenho-freguesia próxima.²⁰⁷ Ou seja, muitos lavradores e senhores de engenho empregavam bestas e mulas para transportar os artigos aos portos ou outros lugares de destino. Por isso, a importância da figura dos tropeiros e trapiches.

A rede fluvial era importante para o escoamento das mercadorias, pois perpassava as freguesias rurais e desembocava na Baía de Guanabara, o que significa que foi um meio direto

²⁰³ PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral. Uma leitura sobre...*, op. cit., p. 95.

²⁰⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. : *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1932). p. 59-64. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/19/texto>.

²⁰⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822) (1932). P.63-64. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>.

²⁰⁶ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 56-57.

²⁰⁷ PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral. Uma leitura sobre...*, op. cit., p. 96.

de comunicação com o litoral; canoas e barcos eram o principal meio de transporte utilizado para o trânsito de pessoas e mercadorias²⁰⁸. De acordo com Saint-Hilaire: “O Rio Aguassu, que desce da serra, é navegável desde essa paróquia até a baía do Rio de Janeiro. Oferece aos fazendeiros da vizinhança caminho cômodo para o transporte de sua produção à cidade. De Aguassu à raiz da serra, apenas há meia légua.”²⁰⁹ John Luccock, ao visitar freguesias rurais por volta de 1809, observou que “esses vários gêneros de produção são levados ao mercado em canoas e botes, ou à cabeça dos negros”.²¹⁰

Os principais rios da freguesia de Iguaçú eram: Meriti, Iguaçú, Pilar Sarapuí, Saracuruna, Suruí, Inhomirim e Guapimirim. De Jacutinga eram: Cachoeira, Riachão, D’ouro e Santo Antonio do Mato. De acordo com Monsenhor Pizarro Araújo, os rios navegáveis das Freguesias eram: “o de Iguaçú, que tem sua origem nas Serras do Tinguá, e é o maior de navegação; o de Santo Antonio, navegável por canoas; o de Cachoeira (...)”²¹¹.

Por sua vez, os principais portos eram: Grande Magepe, Velho da Piedade (ou Iguaçú), Pilar, Inhomirim, Suruí, Sarapuí e dos Saveiros (ambos no Rio Sarapuí), Iriri e das Caixas. Além do caráter de escoamento que possuía a via fluvial, serviu na ocupação ao facilitar a penetração no sertão a partir do século XVII.²¹² Portanto, a comunicação direta entre o litoral e as freguesias rurais é um elemento basilar para o desenvolvimento econômico dos povoados na região. Daí a instalação dos primeiros engenhos e sítios à margem dos rios. Monsenhor Pizarro afirma, por exemplo, que o rio da Cachoeira passa junto ao Engenho do Padre Jose Vasques, o rio Doiro atravessa pelas terras do mestre de Campo João Pereira Ramos²¹³.

Na lista de 1797, o principal porto que os estabelecimentos de Jacutinga utilizam para escoar suas mercadorias é o de São João (115), em segundo lugar o do pantanal (33) e em terceiro o dos saveiros (23); em Iguaçú todos utilizavam apenas o Rio de Iguaçú.²¹⁴

²⁰⁸ Nielson Bezerra afirma que o entorno do Guanabara possuía uma rica malha hidrográfica, “com a suma importância estratégica para o dinamismo econômico da região, pois exerceu a função de ‘estradas’, servindo para o escoamento de mercadorias, circulação de pessoas e informações etc.” BEZERRA. *As chaves da liberdade...*, 2008, op. cit., p. 25.

²⁰⁹ SAINT-HILAIRE. *Segunda viagem do Rio de Janeiro...*, 1932, op. cit., p. 27.

²¹⁰ LUCCOCK. *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, 1975, op. cit., p. 195.

²¹¹ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 57.

²¹² DEMETRIO. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara...*, 2008, op. cit., p. 33-34.

²¹³ *Ibidem*, p.41-42.

²¹⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

2.4. População.

A análise da população das freguesias em foco objetiva uma melhor compreensão da representatividade da elite frente a outros grupos sociais e qual era a dimensão dessas freguesias, ao longo do século XVIII.

Como é sabido, quase não há listas nominativas para a capitania do Rio de Janeiro. As informações demográficas para as freguesias rurais aqui abordadas, no século XVIII, são apenas o relatório do Marquês do Lavradio, as visitas pastorais de Pizarro e uma lista demográfica, denominada “tábuas físicas do distrito de Guaratiba”, todas estas fontes datadas no final do XVIII. Estas “tábuas físicas” são muito semelhantes às listas nominativas ou listas de população realizadas em algumas localidades de São Paulo e estão arquivadas na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.²¹⁵ Para auxiliar a análise demográfica do início dos setecentos, utilizaremos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Apesar das lacunas, falhas e imprecisões, os registros paroquiais muito contribuem para análise demográfica, já que *“as lacunas nas fontes são uma das dificuldades inerentes às pesquisas históricas (...) [porém] esta dificuldade não é insuperável.”*²¹⁶ Assim, mesmo que para alguns períodos haja nenhum ou pouco registro, impedindo uma análise serial mais elaborada, utilizaremos tais documentos eclesiásticos para a análise demográfica de Iguazu e Jacutinga.

Sobre a população das freguesias da região do Iguazu e Jacutinga, para o final do século XVIII, podemos analisar por meio do relatório do Marquês de Lavradio (1779/1789), das visitas do Monsenhor Jose de Araújo Pizarro, de 1795 e da lista nominativa de 1797. Os dados são aproximados, e, não totalmente confiáveis, pois o próprio visitador Pizarro afirmou haver dificuldades em arrolar o número de habitantes. Os homens livres e pobres esquivavam-se da contagem para não serem obrigados a servir nas instituições militares, e os senhores de escravos ocultavam seus cativos para não pagarem um alto valor nos dízimos.²¹⁷ Contudo, estes dados podem demonstrar a proporção do número de habitantes por freguesia e categoria jurídica.

²¹⁵ Nesta documentação são arrolados por fogos, sítios ou engenhos: o nome do chefe de domicílio, o número de filhos, de escravos, agregados e animais, o que se planta, o lucro tirado das plantações, por onde exportam as mercadorias, dentre outros.

²¹⁶ DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 34.

²¹⁷ GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a cruz e a coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. 2007. 555 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 298.

Com base nestes dados elaboramos no quadro 7 informações disponíveis para o número total de habitantes nas freguesias rurais, pertencentes à região de Iguazu: Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti, Marapicú, Jacutinga e Iguazu.

Quadro 7- Freguesias Rurais e urbanas, número de habitantes (1779 a 1789 e 1795)

Freguesias	1779-1789 Habitantes		1795 Habitantes	
	#	%	#	%
N.S. da Conceição de Marapicú	1.821	14,0	1.650	9,7
Santo Antônio de Jacutinga	3.540	27,2	3.500	20,5
S.João de Meriti	1.616	12,3	1.730	10,4
N. S. da Piedade de Iguazu	2.182	16,7	6.142	36,0
N.S. do Pilar	3.895	29,8	4.000	23,4
Total	13.054	100,0	17.022	100,0

Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884, p. 27.

Na década de 1780, Nossa Senhora do Pilar é a freguesia mais povoada da região, talvez por ser também a mais antiga (fundada em 1637); Jacutinga, em segundo lugar, concentrou 27,2% de população, e, Iguazu foi a terceira mais povoada. Quando o visitador Pizarro investigou o número de habitantes destas freguesias, o resultado demonstrou uma mudança na concentração populacional nestas freguesias rurais. Iguazu passou a ser a freguesia mais povoada (36%), seguida de Nossa Senhora do Pilar (23,4%) e Jacutinga (20,5%).

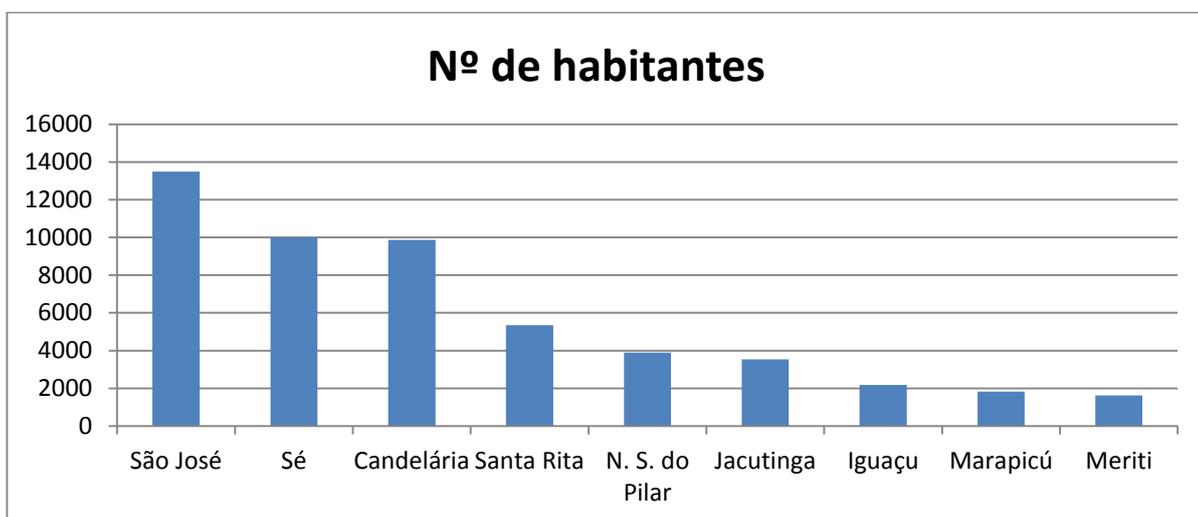
É importante ressaltarmos que neste período o espaço estava sempre sendo reconfigurado. Nas visitas do Pizarro encontramos petições de pessoas que faziam requerimento para seus sítios e fazendas fazerem parte de outra freguesia, por causa da distância para com a Matriz. As próprias fronteiras entre as paróquias eram tênues.

No século XIX, em 1813, dizia o padre José Luis de Freitas:

Há um sítio nesta Freguesia [de Jacutinga] para o Poente, chamado Santo Antonio do Mato, cujas terras pertencem a dois senhores, o Morgado de Marapicú, e o Coronel Jose Pedro, em que tem muitos foreiros, talvez 600 almas que não sei porque razão pertencem umas a Jacutinga, outros a Marapicú, outros ao Iguazu, e outros, e a maior parte a Sacra Família. E

precisam providência de Capela Curada, se não puderem sustentar Freguesia.²¹⁸

Se compararmos o número de habitantes destas freguesias rurais com o número de habitantes de freguesias urbanas do Rio de Janeiro, cidade que no final dos oitocentos estava plenamente consolidada nos marcos do mercado atlântico, teremos uma dimensão mais ampliada e significativa deste quadro. Nas memórias públicas da cidade de São Sebastião (período de 1779 a 1789) o número de habitante das freguesias localizadas “dentro dos muros da cidade” eram: Sé (9.997), Candelária (9.867), São José (13.488) e Santa Rita (5.355).²¹⁹ Deste modo, observamos que a densidade populacional das freguesias rurais do Recôncavo da Guanabara era diminuta em relação às freguesias do centro.



Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884, p. 27.

Vejamos o número de livres e escravos que foram batizados em Iguaçu e Jacutinga, ao longo do século XVIII, divididos por sexo (Quadro 8):

²¹⁸ ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Notação: VP 15. [sem numeração].

²¹⁹ Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884, p. 27.

Quadro 8- Número de batizados na Freguesia de Iguazu e Jacutinga, divididos em sexo masculino e feminino (1700-1800).

	Freguesia de Iguazu								Freguesia de Jacutinga							
	Livres				Escravos				Livres				Escravos			
	F		M		F		M		F		M		F		M	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1700-1710	125	52,3	114	47,7	89	42,8	119	57,2	16	42,1	22	57,9	78	44,8	96	55,2
1711-1720	111	46,4	128	53,6	66	44,0	84	56,0	2	50,0	2	50,0	89	47,6	98	52,4
1721-1730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1731-1740	-	-	-	-	-	-	-	-	4	57,1	3	42,9	41	45,0	50	55,0
1741-1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	29,4	12	70,6
1751-1760	-	-	-	-	-	-	-	-	4	66,6	2	33,4	19	43,1	25	56,9
1761-1770	80	51,3	76	48,7	12	66,6	6	33,4	139	50,1	138	49,9	-	-	-	-
1771-1780	106	51,4	100	48,6	-	-	-	-	208	50,1	207	49,9	-	-	-	-
1781-1790	182	46,6	209	53,4	-	-	-	-	230	47,9	250	52,1	15	45,4	18	54,6
1791-1800	267	48,0	290	52,0	141	47,3	157	52,7	-	-	-	-	471	50,8	456	49,2

* Foram excluídos os registros ilegíveis, rasgados, dobrados, borrados; ou seja, ilegíveis. Não há registros disponíveis para todos os períodos, por isso a lacuna. Fontes referentes à Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: Livro de batismos (1686-1721); Livro de batismos (1704-1705) (incompleto); Livro de batismos (1734-1738/1750-1752) (incompleto); Livro de batismos (1764-1796); Livro de batismos de escravos (1790-1807). Fontes referentes à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguazu: Livro de batismos de livres e escravos (1700-1720); Livro de batismos de livres (1761-1773); Livro de batismos de livres (1773-1797); Livro de batismos de escravos (1796-1813); Livro de batismos de livres (1797-1812).

A primeira constatação é o maior número de livres sendo levados à pia batismal em Iguazu do que em Jacutinga, a qual possuiu mais assentos de batismos escravos. Isto corrobora com os dados do relatório do Marquês do Lavradio, de 1779, no qual, em termos quantitativos, Jacutinga abrigou o maior número de escravos africanos em comparação com outras freguesias da região. Sobre a proporção entre o número de batizados por sexo, não foram constatados grandes discrepâncias. Em geral, há uma pequena porcentagem a mais de meninos sendo batizados do que meninas, tanto livres quanto escravos, em Jacutinga ou Iguazu.

Se, no início do século XVIII, o *boom* aurífero que contribuiu para o crescimento populacional da região, o período entre 1740 e 1750 foi de retração demográfica de Iguazu e Jacutinga devido o surgimento das Freguesias de São João de Meriti (em 1747) e Marapicú (em 1759). Já a partir da década de 1760, o número de batizados nas freguesias aqui analisadas cresceu a cada década, representando, assim, o aumento populacional na região até o final dos oitocentos.

Para avaliarmos a condição sócio-jurídica desses habitantes, tomaremos como exemplo a freguesia de Piedade do Iguaçu. Para isso, os registros de óbitos de que dispomos são as fontes mais confiáveis, justamente por informar em todos os assentos a classificação jurídica para todas as fases. Com base em 629 registros de óbitos (Quadro 9), para os anos de 1724 a 1798, observa-se que 58,5 % eram classificados pela fonte como livres, 33,4% como cativos e os 8,1 % restantes como forros. Chama atenção a proporção de forros, o que sugere mobilidade social em uma sociedade escravista.²²⁰

De um modo geral o número de homens é superior ao das mulheres, porém entre os cativos há a maior discrepância, onde 63,1% são homens e 36,9% mulheres; obviamente a necessidade de mão-de-obra cativa para o trabalho nos engenhos e roças contribuiu para o aumento do número de escravos homens.

Quadro 9- Total de óbitos. Freguesia de Piedade do Iguaçu (1724-1798)

Condição Jurídica	1724-1750		1751-1775		1776-1798	
	M	F	M	F	M	F
Livres (a)	7	11	1	(b)	17	15
Forros	53	33	2	5	77	40
Escravos	149	123	55	41	(b)	(b)
Total	209 (55,5%)	167 (44,5%)	58 (55,7%)	46 (44,3%)	94 (63,1%)	55 (36,9%)

(a) Incluímos os índios na categoria dos livres. (b) Não há registros. Excluímos os inocentes, devido sua sub-representatividade. Fonte: Livro de Óbitos de livres, forros e escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu 1723-1769; Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1757-1762); Livro de Óbitos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1777-1798).

Não gostaríamos de deixar passar despercebida a presença indígena na região, os denominados filhos da terra, mesmo com sua sub-representatividade. Apesar de terem uma grande contribuição no processo de povoamento e expulsão dos franceses, os indígenas não são mencionados nas estatísticas de Pizarro e dos genealogistas. Nos 625 registros de óbitos foram localizados 16 indígenas. Desses, 3 são casados com cativos africanos, um com uma parda forra, 4 são viúvos e 3 solteiros. Sobre a condição social, 5 são declarados pela fonte como pobres, tendo seu sepultamento realizado pelo amor de Deus. Foram encontrados 2 índios sob tutela de importantes famílias da freguesia, os Martim Correia Vasques e os

²²⁰ Sobre mobilidade social de forros ver: GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit., cap. V. MACHADO. *A trama das vontades...*, 2008, op. cit.; SOARES. *A remissão do cativo. A dívida da alforria...*, 2009, op. cit.

Correia (em 1762 e 1764), eram índios da “*casa de*”, ou seja, uma forma de agregação e dependência.²²¹ Trata-se de importantes famílias da elite. Agregar índios não era para todos.

Mas, antes de aprofundarmos a análise, não deixemos que estas divisões nos enganem. A comunicação da população desses territórios era intensa e dinâmica. As pessoas não reduziam sua vivência religiosa apenas ao local do qual eram fregueses, muitas foram sepultadas em outras matrizes, possuíram terras em alguma dessas localidades. Famílias de diferentes freguesias teciam e expandiam sua rede de relações sociais por meio de casamentos, utilizavam portos que fossem mais perto de sua residência; enfim, as relações econômicas, religiosas e sociais ultrapassavam as fronteiras das freguesias.

No início do século XIX, em todas as freguesias rurais aqui analisadas, o número de escravos era superior ao de livres (Quadro 10). João Fragoso, baseado em dados do relatório do Marquês do Lavradio (1789), afirma que regiões especializadas na produção de aguardente e mantimentos (como farinha de mandioca e milho) tinham sua população escrava girando em torno de 40% e regiões açucareiras com o índice de 59% (principalmente Cabo Frio e Inhamorim). Veremos adiante, principalmente em Jacutinga e São João de Meriti, regiões açucareiras, que a população escrava nessas freguesias era superior a 60% ²²². Já Pilar e Iguçu são freguesias abastecedoras de alimentos, esta última especializa-se em olarias. A análise comparativa entre as cinco freguesias permite-nos afirmar que Santo Antonio de Jacutinga possuía um número expressivo de cativos, pelo menos entre 1779-1789, correspondendo a 61,0% de sua própria população. Assim, a cada 10 habitantes, 6 eram escravos; era a freguesia que concentra o maior número de cativos. Esse quadro inverte-se, em Iguçu, onde em a cada 10 habitantes, 6 eram livres. No início do século XIX, Jacutinga perde a posição de maior detentora de cativos para Marapicú, em 1821. De forma geral, a tendência do número de habitantes nestas freguesias foi o crescimento populacional, principalmente no século XIX, excetuando apenas Iguçu, em 1821.

²²¹ ACNI. Livro de Óbitos de livres, forros e escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguçu (1723-1769); Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguçu (1757-1762).

²²² FRAGOSO. *Homens de grossa aventura...*, 1998, op. cit., p. 121-122.

Quadro 10 - Número de habitantes livres e escravos em freguesias rurais (1779-1789)

FREGUESIAS	Nº. HABITANTES (1779-1789)			
	Livres		Escravos	
	#	%	#	%
N.S. da Conceição de Marapicu	902	49,5	919	50,5
Santo Antônio de Jacutinga	1.402	39,6	2.138	60,4
S. João de Meriti	638	39,4	978	60,6
N. S. da Piedade de Iguaçu	963	44,1	1.219	55,9
N.S. do Pilar	2.027	52,0	1.868	48,0

Fonte: FORTE, José Mattoso Maia, 1933, op. cit., p.11

A que se deve o crescimento populacional nessas freguesias rurais? Mais uma vez recorreremos aos registros eclesiásticos da Freguesia de Piedade, em especial às análises dos livros de matrimônios, durante 1757 e 1830. Qual a naturalidade, ou seja, de onde os indivíduos que estão casando e estabelecendo-se na freguesia vieram? Dividimos a análise em dois períodos, 1757 a 1808 e 1809 a 1830. Visamos verificar se a chegada da corte em 1808 à cidade do Rio de Janeiro influenciou de algum modo a dinâmica da população dessas freguesias rurais.

Pela análise do Quadro 11 constatamos que o crescimento da população masculina se dá em grande parte pela imigração; no primeiro período 80,2% dos noivos de naturalidade conhecida nasceram em outras paragens; no segundo período, 65,4%. A maioria destes imigrantes é oriunda de Portugal, seguida dos provenientes de freguesias rurais próximas. Dos que migraram de Portugal, mais da metade saíram da região norte, dos bispados de Coimbra, Braga, Porto. Ao compararmos nossa pesquisa com o trabalho de Caroline Brettell, sobre a migração em Portugal, verificamos a precisão dos registros eclesiásticos, pois a autora concluiu que a maior parte dos que migram são homens, e da região norte. Os motivos são diversos, desde a busca por enriquecimento rápido como pela pressão da densidade populacional.²²³

No caso da população feminina, houve uma inversão deste quadro, pois nos dois períodos a maioria era natural da freguesia (49,6% e 62,7% respectivamente); a entrada de imigrantes na freguesia diminuiu com o passar dos anos, já que no primeiro período metade das noivas era de outras localidades (50,4%), ao passo que no segundo período apenas 37,2% migraram para Iguaçu.

²²³ BRETTELL, Caroline B. *homens que partem, mulheres que esperam. Consequências de emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 103-113.

Neste quadro demonstramos que a transferência da corte para o Rio de Janeiro não implicou, necessariamente, no estabelecimento de portugueses ou imigrantes de outras localidades nas freguesias rurais fluminenses. Pelo contrário, vimos que tanto para a população feminina como para a masculina, a imigração diminuiu entre um período e outro. Em síntese, se para o caso da população masculina da freguesia a imigração era fundamental para o seu crescimento, isto não se aplica, proporcionalmente às mulheres, que, por sua vez, tendem a casar-se e permanecer em sua freguesia de origem. Sheila de Castro Faria afirma que para a Freguesia de São Salvador (Campos dos Goytacazes), no século XVIII, as mulheres migravam pouco, pois a maioria permaneceu sob tutela dos pais, o mais comum “foi o homem solteiro migrar e criar novos laços de parentesco na área escolhida”.²²⁴

Quadro 11 - Naturalidade dos noivos livres da Freguesia de Iguaçú (1757-1830)

Local de Naturalidade	1757-1808					1809-1830				
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	#	%	#	%	#	#	%	#	%	#
Iguaçu	14	19,7	60	49,6	74	38	34,5	64	62,7	102
Portugal	25	35,3	1	0,8	26	28	25,5	3	3,0	31
Bispado de Angra	2	2,8	1	0,8	3	1	0,9	-	-	1
Freguesias urbanas do Rio de Janeiro	8	11,3	8	6,7	16	5	4,6	6	5,8	11
Freguesias Rurais do Rio de Janeiro	20	28,1	47	38,9	67	23	20,9	22	21,5	45
Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais	1	1,4	1	0,8	2	7	6,4	3	3,0	10
Outros	1	1,4	3	2,4	4	8	7,2	4	4,0	12
Total	71	100	121	100	192	110	100	102	100	212
Total de Imigrantes	57	80,2	61	50,4	118	72	65,4	38	37,2	110
Não informa	244	55,7	194	44,3	438	50	46,2	58	53,8	108

Fonte: Livro de Matrimônios de escravos forros e livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1757-1773); Livro de Matrimônios de escravos forros e livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1787-1829).

Como esta população estava ocupando estes espaços? Além do número de habitantes, o levantamento realizado por Pizarro em 1795 e as informações copiladas por José Maia Forte, para o ano de 1821, informam também o número de fogos,²²⁵ casas. Apesar de, em 1795, Iguaçú concentrar a terceira maior população (com 16,7%) foi a que concentrou o maior número de fogos (700). Já na segunda década do século XIX, Marapicú apresentou um

²²⁴ FARIA, A. *colônia em movimento...*, 1998, op. cit., p. 379-380.

²²⁵ Raphael Bluteau, em dicionário escrito entre 1712 e 1728, descreve o significado de fogo como *família*, no dicionário escrito por Antonio de Moraes Silva, significa *casa ou família*. SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 42. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v, p. 155.

estupendo crescimento de sua população (mais que duplicou), este deve ter sido o motivo para em 1821 apresentar o segundo maior número de fogos estabelecidos.

Quadro 12 – Número de Fogos na região do Iguazu (1795/1821)

Ano/ Freguesias	Marapicu		Jacutinga		São João de Meriti		Iguazu		Pilar		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1795	170	8,6	350	17,6	216	10,8	700	35,0	560	28,0	1996	100
1821	482	24,3	320	16,1	158	8,0	455	23,0	568	28,6	1983	100

FORTE, José Mattoso Maia, 1933, op. cit., p.11;

Na lista de 1797, constatamos que Jacutinga possuiu 294 fogos e Iguazu 248, totalizando 542 domicílios. Destes apenas 11 eram engenhos, o que demonstra a importância do engenho para o patrimônio familiar e justifica o título destas famílias como senhoriais.²²⁶

Há que se ressaltar a complexidade sobre a questão de moradia no período colonial, principalmente em freguesias rurais. É sabido que muitos indivíduos não teriam terras próprias. Por exemplo, na freguesia rural de São Salvador (em Campos dos Goitacases), 78% ocupavam terras alheias.²²⁷ Muitos desses fogos eram estabelecidos em terras de senhores de engenho, alguns viviam como agregados ou lavradores arrendatários. Em uma amostra inicial do livro de óbitos de livres da Freguesia de Jacutinga, para os anos de 1785-1809, dos 183 defuntos, 31 foram declarados como agregados ou moradores em terras de engenhos.²²⁸ Considerando que eram apenas 8 engenhos, isto significa uma grande capacidade das elites em agregar dependentes. Entre os agregadores estavam o capitão Bento Luiz de Oliveira Braga, o capitão Antonio de Pina, os Religiosos do Convento de São Bento, do Capitão João Soares de Bulhões, do Reverendo José Vasques de Souza e seu Irmão Domingos Jacinto Rosa, ou seja, as famílias senhoriais setecentistas. Com todas as transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, elas continuaram gerando dependentes em seus engenhos.

As referências à presença desses lavradores foram feitas em dois dos únicos três inventários encontrados entre os senhores de engenho de Jacutinga. No inventário de Bento

²²⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

²²⁷ FARIA. *A colônia em movimento...*, 1998, op. cit., p. 115.

²²⁸ Incluímos os assentos dos inocentes que teriam a referência de moradia dos pais. ACNI. Livro de óbitos de Livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809).

Luís de Oliveira Braga, de 1814, os avaliadores arrolaram doze partidos de cana e um de mandioca.²²⁹ No engenho de Antonio de Pina havia 6 partidos de cana. Os partidos de cana eram terras que lavradores arrendavam do senhor de engenho.²³⁰ De acordo com Jucá Sampaio, o que garantiria a subordinação desses lavradores aos senhores de engenho não era o monopólio da terra, mas o dos engenhos. O autor ainda afirma que a simples posse, compra ou aquisição das terras não gerava rendimentos, e os senhores de engenho utilizavam suas terras e benfeitorias como polo atrativo a lavradores que se tornariam os fornecedores da cana²³¹.

Sobre arrendamento, em Piedade do Iguaçu, dos 51 testamentos (para o período de 1724 a 1798), encontramos quatro que fazem menção a esse tipo de negócio, dos quais 3 eram pagos a religiosos. Antonio Francisco de Melo ditou seu testamento em 1794, quando declarou ser natural de Portugal, do Arcebispado de Braga, era solteiro e não deixaria herdeiros. Os bens que declarara ter eram apenas *hua casa de telha térrea com seu reduto plantado de cafés e mandiocas em cujo prédio moro e de cujo prédio pago foro mil e quatrocentos réis em cada hú ano ao Padre Mestre Luiz Antonio de Souza*. Este caso é peculiar pela forma que o foro era pago *pele ajuste que fiz de me não levar o dito foro pelo trabalho que tenho de ser seu procurador nesta freguesia*²³². Logo, havia cobrança de foro. Antonio Pereira Soares, em 1794, também natural do Arcebispado de Braga, declarou que, além de casas de vivenda de telha e de um engenho de mandioca, possuía *hua morada de casas ao pé da minha Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú que eu pago arrendamento de [ilegível] por ano* (não menciona para quem)²³³. Custódio Pires Ribeiro, em 1787, natural da Freguesia do Pilar, disse que, além de ser senhor de nove escravos pagava foro aos religiosos de São Bento por um sítio e benfeitorias.²³⁴ Domingos da Silva Brandão, natural do bispado de Lamego, de Portugal, além de possuir terras e engenho de mandioca em 1797, possuía *a metade de huma casa sita no Arraial da dita Freguesia em terras do Patrimônio do Padre Luiz Antonio de Souza, cuja casa toda paga de foro dez tostoens*

²²⁹ ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes. [sem numeração].

²³⁰ ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. [sem numeração].

²³¹ SAMPAIO. *Magé na crise do escravismo...*, 1994, op. cit., p. 107.

²³² Livro de óbitos Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1777-1798). Folha 102.

²³³ Ibidem. Folha 122.

²³⁴ Ibidem. Folha 57.

anualmente (...). O mesmo Padre Luiz Antonio de Souza do primeiro caso²³⁵. Em suma, foros pagos a religiosos eram uma prática comum.

Além disto, existe a figura do proprietário volante; algumas fazendas, sítios e casas nas freguesias rurais pertenciam a indivíduos que residiam na cidade do Rio de Janeiro ou em outras freguesias. Por exemplo o provedor da moeda José da Costa, no ano de 1795, possuía uma fazenda na Freguesia da Piedade, mas não residia nela, pois seu oratório estava [...] *sem uso há muitos anos, por notável desleixamento.*²³⁶ Manoel Rodrigues de Velasques, em 1742, afirmou que morava na cidade do Rio de Janeiro, mas uma doença o fez retirar-se para sua fazenda, em Iguaçú: *Declaro que retirando-me da Cidade para a minha fazenda do Iguaçú a ver a minha convalescença de huma grave doença que padeci [...]*.²³⁷ Em um pedido de autorização para celebrar missas nos oratórios das casas de sua habitação, na cidade do Rio de Janeiro, o médico formado em Coimbra, Manoel Moreira de Souza, declarou, em 1785, que também possuía:

*(...) hua Quinta fora da Cidade de grande extensão onde continuamente morão muitos escravos, e outros muitos lavradores, os quais por causa da grande distância para a sua Freguesia [Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú] com muita dificuldade podem ouvir o Sacrosanto Sacrificio da Missa, e principalme. para que os ditos escravos, que trabalham na dita Quinta, sahindo da mesma não julgam, cometam maldades. Por isso os ditos oradores humildemente Suplicião a Vossa Santidade pela ampliação do dito Privilegio de Oratorio privado.*²³⁸

Mais uma vez, nota-se a capacidade de membros da elite em agregar escravos e lavradores. Assim certos senhores teriam a base de sua fortuna na freguesia, mas residiam em outras localidades, nomeando administradores para regular o controle da produção e da mão-de-obra dos engenhos. Ainda assim, lavradores viviam em terras alheias.

Os cativos

Não podemos falar em demografia de uma sociedade escravista, sem termos um olhar mais cuidadoso sobre sua população escrava. Para tanto iremos analisar os livros de batismos desta categoria social, no que tange à procedência da mãe dos batizados. Em fins do século XVIII, na freguesia de Jacutinga, mais da metade das mães dos inocentes eram procedentes de

²³⁵ Ibidem. Folha 168.

²³⁶ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 54.

²³⁷ Livros de óbitos de livres, forros e escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1723-1769). p. 16v.

²³⁸ ACMRJ. Breve Apostólico. Notação: 238. Ano: 1785.

Angola ou portos angolanos (56%), seguidas das nascidas na colônia (40%). Já em Iguazu a situação inverte-se, 53% das mães eram crioulas e 33% vieram de Angola (Quadros 13 e 14).

Quadro 13- Procedência das mães dos batizados cativos e forros em Jacutinga (1790-1807)

Procedência	#	%
Crioulos	410	40,2
Angola	575	56,3
Benguela	15	1,5
Mina	7	0,7
Outros	14	1,3
Total	1.021	1000,0

Fonte: ACNI. Livro de batismo de escravos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807)

Quadro 14 - Procedência das mães dos batizados cativos e forros em Iguazu (1796-1813)

Procedência	#	%
Crioulos	47	52,9
Angola	29	32,6
Benguela	9	10,1
Outros	4	4,4
Total	89	100,0

Fonte: ACNI. Livro de batismo de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguazu (1796-1813);

João Fragoso destaca a importância da cachaça para a compra de negros oriundos de portos angolanos. Assim, o comércio atlântico entre a cidade do Rio de Janeiro e territórios africanos ocorre desde o século XVI, com a instalação de uma economia de *plantation*, do estabelecimento de famílias e engenhos na região²³⁹. Manolo Florentino, ao analisar a procedência dos cativos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1795-1830, afirma que foi

²³⁹ Afirma também que “desde os seus primórdios, a cidade [do Rio de Janeiro] teve como destino o comércio no Atlântico Sul, particularmente com Angola e a bacia do Prata. Em meio a essa rota, o Rio produzia aguardente e alimentos com os quais adquiria cativos africanos que, vendidos no prata, se transformavam em metais para os povoadores da baía da Guanabara”. FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 37-38.

dos portos congo-angolanos que partiram a grande maioria dos navios negreiros (8 em cada 10 dos navios aportados).²⁴⁰

A procedência da escravaria dos engenhos de Jacutinga e Iguacu segue a mesma tendência. Para tanto, analisamos os inventários dos seguintes senhores de engenhos: do coronel Bento Luis de Oliveira Braga, capitão João Soares de Bulhões, capitão Antonio de Pina e de Domingos de Oliveira Borges, este último por meio do inventário de sua mulher Ana Joaquina de Alvarenga.

Quadro 15- Procedência da escravaria nos principais engenhos de Jacutinga (1797-1817)

Procedência	#	%
Angola	116	72,9
Benguela	11	7,0
Cabinda	7	4,4
Congo	7	4,4
Outros	18	11,3
Total	159	100

Fonte: ANRJ. Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Nº 102. Caixa 3873. Ano inicial 1814 - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga / Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Nº8707. Caixa 5279. Ano 1833 - Inventariado João Soares de Bulhões / Fundo: Vara Cível do RJ. Código do Fundo: 1-cg – Nº 1990. Maço 2285. Ano inicial 1817 – Inventariado Antonio de Pina / Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – Nº 9847. Maço 594. Ano inicial 1797 – Inventariado Ana Joaquina de Alvarenga. Inventariante Domingos de Oliveira Borges.

Assim, verificamos que pelo menos para a metade dos engenhos em Jacutinga, 72,9% da escravaria era procedente de portos angolanos. Resultados semelhantes foram encontrados por Nireu Oliveira Cavalcanti, baseado em inventários de moradores do Rio de Janeiro, situados no período de 1687 a 1809. O autor constatou que a maioria dos escravos era nascida no Brasil (27,37%); entre os africanos, o maior número provinha de Angola (17,89%), seguidos de Benguela (12,71%).²⁴¹ Deste modo, em freguesias urbanas do Rio de Janeiro,

²⁴⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 81. De acordo com as estatísticas do TheTrans-Atlantic Slave Trade Data base, a região central do continente africano foi a que mais forneceu escravos ao Brasil em finais do século XVIII, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>.

²⁴¹ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O comércio de escravos novos no Rio setecentista*. MANOLO, Florentino (org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.29.

tais como São José, 83,1 % das mães dos escravos batizados entre 1795 e 1830 eram oriundas de portos da África Central, destas a maior parte era de Benguela ou Angola, de acordo com Roberto Guedes.²⁴²

O incremento do tráfico negreiro, aliás, foi um dos elementos promotores da mudança que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, e em seu Recôncavo, o que veremos adiante.

Pelo exposto aqui, notamos que, nas freguesias rurais do Recôncavo, as famílias senhoriais ali estabelecidas tiveram papel fundamental no estabelecimento destes povoados e no incremento da produção de açúcar e gêneros alimentícios. Percebemos também o grande número de dependentes (lavradores, agregados, escravos) que estavam em torno destes engenhos, logo, em torno da *casa* destas famílias. O objetivo do próximo capítulo é justamente conhecermos estas famílias, examinarmos as relações destas com seus dependentes, o modo que estes engenhos foram estabelecidos, a transmissão patrimonial, enfim, dar ainda mais significado aos números até aqui apresentados. Frise-se, porém, que eram pouquíssimos os senhores de engenho. Pelas listas de 1797, eram 9 em Jacutinga e 3 em Iguazu. Destes, 3 provinham de famílias seiscentistas.²⁴³

²⁴² FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. 2000. 221 f. Dissertação (Mestrado em História PPGHIS-UFF)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p.97-101.

²⁴³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

Capítulo 3 – As famílias senhoriais em Jacutinga e Iguazu no século XVIII

*O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.*²⁴⁴

3.1. Engenhos e famílias senhoriais no século XVIII

Ao tratar especificamente da história dos engenhos e de seus proprietários no Rio de Janeiro, durante os séculos XVII e XVIII, Maurício de Abreu denominou sua pesquisa de “quebra-cabeça”, quer pela falta de fontes ou pela complexidade que envolve a aquisição, compra e venda destes engenhos nesses períodos.

Trabalhar com a história de famílias em freguesias rurais, durante o século XVIII, no Rio de Janeiro, é uma tarefa árdua devido à carência de fontes. Não dispomos de listas nominativas, rol de desobriga, procurações ou escrituras. A única visita pastoral do século XVIII, foi datada em 1795, já no final do nosso período, e, além disso, os registros paroquiais não apresentam uma série contínua, que contemple sequencialmente todo o século XVIII. Portanto, faremos uso de “diversas” fontes para analisarmos as famílias senhoriais do século XVIII, tais como: registros paroquiais, lista nominativa, visita pastoral, breves apostólicos, inventários *post-mortem*, relatório governamental e a obra do genealogista Carlo Grandmasson **Rheingantz**.

Dentro do contexto setecentista da capitania do Rio de Janeiro, demonstramos no início deste trabalho que nas décadas finais do século XVII o número de engenhos cresceu consideravelmente. Contudo, nos primeiros anos do século XVIII, a área de *plantation* não apresentaria evoluções, pelo contrário, houve um “*recuo na agromanufatura açucareira fluminense*”;²⁴⁵ deste modo, perde importância no contexto colonial como área de produção açucareira. Foi o setor mercantil quem despontou como vetor crucial para o crescimento dos rendimentos fluminenses, principalmente a partir da terceira década dos setecentos. Ou seja, no início do século XVIII não era tanto do açúcar que vinham os

²⁴⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 79.

²⁴⁵ FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 73-74.

principais proventos dos cariocas, mas da participação no comércio, da produção de aguardente e alimentos.²⁴⁶

Foi devido a descobertas auríferas que o Rio de Janeiro ascendeu no cenário comercial a partir de 1730, beneficiando-se da venda de escravos e alimentos para Minas Gerais. Este mesmo período marca o início da transformação da praça do Rio de Janeiro no centro comercial da América portuguesa.²⁴⁷ No decênio de 1740, o setor açucareiro volta a se expandir, principalmente na região norte da capitania, o que foi importante para o crescente desempenho da capitania fluminense.²⁴⁸ Antonio Carlos Jucá observa a importância da produção de alimentos, que mais do que o açúcar, comandava o sistema agrário do Rio de Janeiro²⁴⁹.

De fato, ao analisarmos os engenhos e as famílias senhoriais estabelecidas no território do Recôncavo da Guanabara, observamos as transformações econômicas ocorridas na capitania fluminense e suas consequências no sistema agromanufatureiro de suas freguesias rurais. Por exemplo, no quadro seguinte (quadro 16), sistematizamos os engenhos e seus respectivos proprietários identificados ao longo dos setecentos em Jacutinga e Iguazu.

Dos 9 engenhos estabelecidos em Jacutinga, 2 (Maxambomba e Cachoeira) foram construídos em finais do século XVII, período de crescimento do setor açucareiro, e permaneceram em funcionamento nos setecentos.²⁵⁰ No início do século XVIII (antes de 1730, período de retração) 3 engenhos foram estabelecidos na freguesia, o da Posse, o do Brejo e o de Sarapuí. Deste modo, podemos denominar estes 5 engenhos de antigos. A partir da segunda metade do século XVIII (retorno da expansão do açúcar) é estabelecido o maior número de engenhos: 2 em Iguazu e 4 em Jacutinga (Madureira, Calundú, Santo Antonio, São José do Rato, Tinguá e do Azevedo). Denominados estes 6 estabelecimentos de engenhos novos.

Como afirmado anteriormente, e também observado no quadro 16, constatamos que a freguesia de Jacutinga possuiu o maior número de engenhos e famílias senhoriais do que Iguazu, pois esta estaria voltada mais para a produção de alimentos, telhas e tijolos, devido às próprias condições dos seus terrenos alagadiços.

²⁴⁶ SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., capítulo 2.

²⁴⁷ FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 74-76.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 74-75.

²⁴⁹ SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 117.

²⁵⁰ Mais detalhes sobre os engenhos construídos no século XVII em Jacutinga, ver Capítulo 1.

Quadro 16

Engenhos e famílias senhoriais em Jacutinga e Iguaçu nos anos de 1730, 1779 e 1795.

Ano	1730 ^a	1779 ^b	1795 ^c	
Engenho	Senhor de Engenho	Senhor de Engenho	Senhor de Engenho	
Jacutinga	Maxambomba (a)	Dr. Manoel Correia Vasques	Sargento Mor Martinho Correia de Sá	Padre Jose Vasques de Souza
	Cachoeira (a)	Dr. Manoel Correia Vasques	Capitão Manoel Correia Vasques	Padre Jose Vasques de Souza e seu irmão Manoel Correia Vasques
	Posse (a)	João de Veras Ferreira	Herdeiros do Cap. Francisco de Veras Nascentes	Capitão Bento Luiz Oliveira Braga
	Brejo (a)	Cristóvão Mendes Leitão	Capitão Apolinário Maciel e seu irmão Reverendo Padre Antonio Maciel	Reverendo Antonio Maciel da Costa e seu sócio F.
	N. S. da Conceição de Sarapuí (a)	Inácio Gomes	Herdeiros de Inácio Gomes	Capitão João Soares de Bulhões
	Madureira (b)	-	Manoel Luis de Oliveira	Dona Luisa Ana de Oliveira*
	Santo Antônio (b)	S/I	Mestre de Campo Inácio de Andrade SoutoMaior Rondon	Mestre de Campo Inácio de Andrade SoutoMaior Rondon
	Calundú (b)	-	Tenente Antonio Garcia do Amaral	Tenente Antonio Garcia do Amaral
	São José do Rato (b)	-	-	Capitão Antônio de Pina (Recém Construído)
	Iguaçu	Engenho do Tinguá (b)	-	-
Engenho do Tinguá ou do Azevedo (b)		-	-	Bento Antonio Moreira (Recém Construído)

* Viúva de Domingos Jacinto Rosa. ^a – Informações de Breves Apostólicos e Registros de Batismo indicados na bibliografia; ^b - Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1^a Parte, 1913, p. 327-328; ^c - ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. (1753-1830). *Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794. Mandada imprimir pela prefeitura da Cidade de Nilópolis através da secretaria municipal de cultura*. Nilópolis: Shaovan, 2000, p. 40-41. (a) Engenho antigo; (b) Engenho novo.

Como se vê, as fazendas de açúcar pertenciam a homens do clero e com patentes militares, inclusive mestre de campo, o que significa dizer que a elite local se diferenciava pelos cargos militares, eclesiásticos e pela produção de açúcar e aguardente.

Mas o que era o engenho? O que significa ser senhor de engenho, terras e escravos em uma sociedade hierarquizada e com traços de Antigo Regime?

Uma das definições de engenho foi descrita nos catálogos de Frans Post, na primeira metade do século XVII. De acordo com Mariza de Carvalho Soares, nas obras de Frans Post

engenho é usado genericamente para se referir tanto às ‘oficinas’ ou ‘fábricas’, quanto ao processo de moagem da cana e suas plantações, ou seja, ao conjunto da propriedade onde se produz o açúcar.²⁵¹ No vocabulário português e latino, escrito em 1728 por Bluteau, dentre os diversos significados dados para o vocábulo engenho, destacamos: “*áquina com engenhoso artifício*. Assinala o engenho de fazer açúcar, como uma das diversas máquinas inventadas engenhosamente pelo homem.”²⁵² Jean Baptiste Debret, na primeira metade do século XIX, definiu engenho como: *uma propriedade em que os processos mecânicos e químicos secundam a exploração. Nesta categoria se compreendem as serrarias, as moendas, as máquinas de beneficiar arroz, e café e os alambiques de aguardente de cana (cachaça)*.²⁵³ Além disso, chama atenção para o grande tamanho dessas propriedades (com nove a 12 léguas de extensão), as quais possuem um administrador, vários feitores e um mecânico sempre europeu.²⁵⁴ É importante ressaltarmos, nas listas nominativas de 1797, nem todos os estabelecimentos que produziram açúcar foram classificados como engenhos, podiam ser descritos, no item residência, como chácara, roça ou estância, ou apenas mencionados o local.²⁵⁵ Por outro lado, nas listas nominativas nem sempre os domicílios não açucareiros deixaram de ser classificadas como engenho, mas nestes casos eram agregados aos engenhos. Em 138 unidades descritas como ou localizadas em engenhos, 75 (54%) não produziam açúcar, ou seja, os engenhos agregavam dependentes. Destes 75 chefes de família, 37 pagavam foro, que, acrescidos de 8 produtores de açúcar, totalizam 45 pagantes de foro aos donos de engenhos, mais da metade dos 75. Estes números reforçam a constatação de que em freguesias rurais uma significativa parte da população residia em terras pertencentes às famílias senhoriais, ou seja, em torno dos engenhos.

A população total das listas de 1797 contempla chefes de família, filhos, escravos, e agregados e seus filhos e escravos, que somam 5.034 habitantes, em sua grande maioria escravos, majoritariamente concentrados nos engenhos, como vimos. Os agregados, seus filhos, cônjuges e escravos totalizam 299 moradores, apenas 6% do total. Poucos, no conjunto

²⁵¹ SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n. 41, jan/jun 2009, p. 63-64.

²⁵² BLUTEAU, Raphael, 1712 – 1728, 3 v., op. cit., p. 117-119.

²⁵³ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Universidade de São Paulo, 1972. Tomo I, vol. 2, p. 163-164.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 165.

²⁵⁵ Debret define chácara enquanto “[...] *simples propriedade de recreio onde se cultivam frutas, legumes e flores e necessariamente alguns pés de café*”; “[...] *a roça, cujo diminutivo é sítio, é uma propriedade rural mais inculta do que a chácara, destinada à cultura do café, da laranja, da cana de açúcar, etc., cujo produto constitui a base da fortuna do proprietário que aí mantém de seis a doze escravos*”; estância “[...] *é um vasto domínio entrecortado de florestas e campos destina-se à criação de cavalos, mulas, gado, carneiro, etc.*”. *Ibidem*, p. 163-165.

da população, mas 81 (27%) nos engenhos, o que não é pouco, considerando que os engenhos eram 138 (25%) dos 542 estabelecimentos. Os escravos, porém, estavam majoritariamente concentrados entre os produtores de cana.²⁵⁶

Quadro 17- População das Freguesias de Jacutinga e Iguaçu (1797)

Tipo de Morador	#	%
Chefe de família	542	10,8
Cônjuge do Chefe	339	6,7
Filhos do Chefe	959	19,1
Escravos do Chefe	2895	57,5
Agregado do Chefe	39	0,8
Cônjuge do Agregado	39	0,8
Filhos do agregado	73	1,5
Escravos do agregado	31	0,6
Agregados solteiros	117	2,3
Total	5.034	100,0

Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

Pelo exposto, neste estudo utilizaremos uma definição mais ampla de engenho, a qual abrange tanto o local da moenda quanto toda a propriedade (local do fabrico do açúcar, casas de morada, senzalas, carpintarias, cocheira, etc.). Além disto, não consideramos o engenho apenas como uma unidade econômica, mas também um local onde são tecidas relações sociais que expressam o poder social, econômico e político dos senhores de engenho, em especial das famílias aqui contempladas.²⁵⁷

Como eram os engenhos da América portuguesa? De acordo com Rugendas havia uma cocheira para os cavalos de sela, cabanas para os negros, moenda alambique e casa de purgar. Além disso, o engenho era dividido em três seções: *em primeiro lugar, parte da propriedade é formada por grandes florestas, que fornecem a madeira, de consumo sempre considerável;*²⁵⁸ *outra parte é destinada à plantação propriamente dita [de cana de açúcar]; uma terceira divisão é especialmente reservada à cultura dos cereais e das árvores frutíferas de toda*

²⁵⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

²⁵⁷FRAGOSO. *Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho...*, 2010, op. cit., p. 254-255.

²⁵⁸ Desde o século XVI, as madeiras eram essenciais no processo de fabricação do açúcar, eram elas que alimentavam o fogo das fornalhas, para que nas caldeiras o açúcar passasse por um processo de clarificação e vaporização. O suprimento de madeira era um item de preocupação e constante despesas para os senhores de engenho. Para mais detalhes ver: SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., especialmente o capítulo 5. Ver também ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil...*, 1982, op. cit., livro II, capítulo VII.

*espécie com que se provê à alimentação dos habitantes da colônia*²⁵⁹, tal como vimos anteriormente, mandioca, milho, feijão.

Vale a pena lermos a descrição do viajante holandês Ricardo Fleckno sobre a produção de cana em engenhos fluminenses, em 1648:

É o açúcar fabricado do modo seguinte: os canaviais crescem tão alto quanto o trigo, e não exigem, como cultura, senão serem cortados, de dois em dois anos, pela raiz, para que o broto volte com pujança.

A folhagem é de um verde suave e, de longe, lembra a plantação um trigal. A colheita realiza-se em junho, sendo as canas amarradas em molhos, de alguns pés de comprimento, e transportadas para o engenho, tocado por juntas de bois ou por água.

Compõem-se eles de dois cilindros como as nossas mós de moinho, chapeados de ferro, e cujo movimento rotativo, aproximando o mais possível os dois cilindros, esmaga as canas, cuspidas fora como bagaço. A garapa escorre por calhas aos caldeirões onde ferve, conservando sempre a cor de âmbar, até que, transvasada para tinas de esfriar, lhe misturem ingredientes que a tornam branca.

Nestes engenhos, durante a estação da colheita, trabalha-se noite e dia, sendo bastante perigoso o ofício de colocar as canas no moinho; se por negligência um dedo é apanhado pela engrenagem todo o corpo é carregado, razão pela qual os negros usam sempre um machado, prestes a sacrificarem uma mão ou um braço se tal desgraça lhes suceder.²⁶⁰

E o que significava ser senhor de engenho naquela sociedade? Em tempos medievais o trabalho era o destino dos não nobres; na Idade Moderna, o ofício mecânico fora encarado de forma pejorativa. Certamente, em todo o período colonial os senhores de engenho expressaram uma imagem de fortuna e poder, alguns deles se mantendo no topo da hierarquia social, administrando grandes extensões de terras e dependentes.²⁶¹ Muitos portugueses sentiram-se atraídos a migrar para colônia, justamente pelo fascínio de viver *nobrememente*, desfrutando de valores aristocráticos como o ócio e a ostentação, sem ter a necessidade de exercer ofícios mecânicos. Contudo, pelo menos para o Rio de Janeiro durante o século XVII, não havia uma nítida separação entre senhores de engenho e comerciantes; tal como afirmamos inicialmente, as primeiras famílias dos seiscentos montaram suas fortunas participando do comércio (seja no apresamento indígena, no tráfico de escravos, na venda do açúcar e da aguardente produzida por seus engenhos). Mesmo assim, ser senhor de engenho significava deter o poder econômico, político e social de sua localidade. Mas, muito provavelmente, pesava mais ser senhor de uma casa do que de um simples engenho.

²⁵⁹ RUGENDAS. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1982, op. cit., p. 189.

²⁶⁰ TAUNAY, Afonso de E. *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)*, 1933, p.79-80. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/visitantes-do-brasil-colonial-seculos-xvi-xviii/pagina/79/texto>.

²⁶¹ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., p. 224.

Durante o século XVIII, algumas famílias descendentes da primeira elite senhorial, pertencentes à nobreza da terra enfrentaram conjunturas econômicas difíceis, perdendo parte de sua opulência econômica de outrora, e, ao mesmo tempo, na capitania fluminense. Houve a consolidação do grupo mercantil, *homens de grosso trato*, os quais detinham recursos advindos do comércio. Assim, nos setecentos os senhores de engenho tiveram de compartilhar o mando político e tecer alianças com o grupo mercantil fluminense. Já no século XIX, ocorre à volta do ideal aristocratizante, o ócio; de acordo com Roberto Guedes, talvez por causa da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808.²⁶² Desta maneira, ser senhor de engenho no início do século XIX significa viver nobremente. Mas no século XVII o que conferia nobreza da terra era, fundamentalmente, a conquista e o pertencer às melhores famílias.²⁶³

Vejamos o significado oitocentista, por meio do olhar de viajantes. Ao passar pela freguesia de Jacutinga, em 1822, Saint-Hilaire nos deixou uma descrição sobre a figura do senhor de engenho. Nesta descrição verificamos o que mencionamos aqui como retorno do ethos senhorial e aristocratizante:

A posse de um engenho de açúcar confere, entre os lavradores do Rio de Janeiro, como que **uma espécie de nobreza**. De um ‘senhor de engenho’ só se fala, com consideração e adquirir tal preeminência é a ambição geral. Um senhor de engenho tem carnes cujo anafado significam boa alimentação e **pouco trabalho**. Em casa, usa roupa de brim, tamancos, calça mal amarrada e não põe gravata; enfim, indica-lhe a toilette que é amigo do comodismo. Mas, se monta a cavalo e sai, é preciso que o vestuário lhe corresponda à importância e então enverga o jaleco, as calças, as botas luzidias, usa esporas de prata, cavalga sela muito bem tratada. Um pajem negro, fardado com uma espécie de libré, é-lhe de rigor. Empertiga-se, ergue a cabeça e fala com a voz forte e o tom imperioso que indicam **o homem acostumado a mandar em muitos escravos**.²⁶⁴ [grifos meus]

Outro viajante que assinalou o *status* dos senhores de engenho, na década de 1820, foi Johann Moritz Rugendas:

²⁶² Para mais detalhes ver: GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit., p.70-84; GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e Hábitos de Consumo na Sociedade Senhorial da América Portuguesa*. Artigo a ser publicado. SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 307-313; FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. -43.

²⁶³ Ibidem, p. 31-50; FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 33- 119.

²⁶⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. (1932), p. 29. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>, p. 26.

Pode-se admitir que os colonos mais considerados são os senhores de engenho; de um lado, porque suas plantações se encontram, em geral, na vizinhança da costa, nas regiões onde a população é mais densa, nos lugares onde a cultura é mais antiga; de outro, porque elas exigem maiores despesas com instrumentos, móveis e escravos.²⁶⁵

Considerando estas afirmativas, apreendemos que os senhores de engenhos possuíam um *ethos* senhorial reconhecido por essa sociedade hierarquizada com traços de Antigo Regime. Porém, nesta pesquisa, mais do que tratar especificamente dos senhores de engenho, faremos o uso do conceito de família senhorial (senhoras de engenhos e escravos).²⁶⁶ Desta maneira, abordar as famílias senhoriais significa falar em famílias que ocupavam o ápice da hierarquia social e detinham o reconhecimento de sua distinção e nobreza por parte de grupos chamados subalternos. Não iremos tratá-las como uma classe homogênea e a-histórica, observaremos as singularidades entre elas. Para isso, examinaremos as trajetórias familiares, a construção e transmissão do patrimônio familiar e as alianças estabelecidas entre elas e outros grupos sociais, e, logo após, os símbolos que expressavam poder entre o grupo senhorial de Jacutinga e Iguaçu.

3.2 Trajetórias de famílias setecentistas.

Neste momento da pesquisa analisaremos caso a caso o estabelecimento dos engenhos e a transmissão patrimonial ao longo do XVIII em Jacutinga e Iguaçu, para o que acompanharemos a trajetória das respectivas famílias senhoriais.

✓ Engenho do Maxambomba e Cachoeira

O primeiro e o segundo engenhos de Jacutinga, no século XVIII, Maxambomba e Cachoeira, pertenceram a uma mesma família senhorial, os Correia Vasques, descendentes dos Gonçalo Correia. Como analisado no início deste trabalho observamos o estabelecimento destes dois engenhos na freguesia de Jacutinga, em finais do século XVII, por Pedro de Souza Pereira e seu cunhado o mestre de campo Martim Correia Vasques, pertencentes à nobreza da terra. A ocupação de cargos públicos, a participação no comércio e a formação de vínculos políticos e parentais com outras famílias senhoriais foram os mecanismos acionados para o

²⁶⁵ RUGENDAS. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1982, op. cit., p. 188.

²⁶⁶ Conceito utilizado por Fragoso. Para mais detalhes ver em: FRAGOSO. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro...*, 2001, op. cit., p. 31-71.

financiamento desses engenhos na freguesia. Constatamos também que após a morte de Pedro de Souza Pereira, em 1673, Martim Correia Vasques passou a ser o senhor dos engenhos.

Em alguns momentos esta e outras famílias senhoriais se defrontaram com situações que poderiam gerar a fragmentação do patrimônio familiar, principalmente frente a morte do *pater* família e a partilha dos bens. Já assinalamos que no sistema de transmissão portuguesa setecentista a divisão de partilha deveria ser realizada de forma igualitária entre todos os herdeiros legítimos.²⁶⁷ Por isso, diversas estratégias foram utilizadas para evitar tal fragmentação, as quais podem ser observadas na trajetória dos Correia Vasques, que mantiveram por mais de um século seu patrimônio.

Em 1710 o mestre de campo Martim Correia Vasques, senhor dos engenhos, faleceu em combate à invasão francesa, deixando 15 filhos legítimos, 11 mulheres e 4 homens, todos com direitos à partilha.²⁶⁸ Encontramos um indício sobre como a transmissão patrimonial fora feita, evitando a dispersão dos bens entre tantos herdeiros. No testamento de um dos filhos, o Alcaide-mor Tomé Correia Vasques, transladado em seu registro de óbitos de 1718, consta a seguinte afirmação:

Declaro que por falecimento de meu mai o Mestre de Campo Martim Correia Vasques **me ficou a terça com obrigação de servir as minhas irmãs freiras** com trezentos mil réis para todas em cada um ano e findas as assistências que lhe tenho feito a respeito desta obrigação como por conta do rendimento que tem pela parte que lhe toca, no remanescente da terça, que minha mãe lhe deixou tenho feito assento nos meus livros para por eles se ajustar em todo o tempo **e a dita fazenda da cachoeira prestará sempre com a mesma obrigação** na forma do testamento dos ditos meus pais.²⁶⁹
[grifos meus]

Das 11 filhas, apenas 2 realizaram casamento, as demais, provavelmente viraram freiras, tal como afirma Tomé Correia.²⁷⁰ Concentrar a renda familiar em um ou dois dotes para realizar bons casamentos e enviar o restante das filhas para o convento era uma tática utilizada pela nobreza portuguesa para evitar a dispersão patrimonial, mecanismo este que não deixou de ser utilizado pela elite do ultramar.²⁷¹ Constatamos também por meio deste testamento que além de Martim Correia Vasques ter orientado grande parte de suas filhas para a carreira eclesiástica, concentrou a administração de seus engenhos nas mãos de seus quatro filhos: o mesmo alcaide-mor Tomé Correia, Salvador Coreia de Sá, o doutor Manoel Correia

²⁶⁷Ordenações Filipinas. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Livro IV. Título 96.

²⁶⁸ Ver Diagrama 3. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 372-377.

²⁶⁹ ACMRJ. Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1714-1719). [Página sem numeração].

²⁷⁰ RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 372-377.

²⁷¹ MONTEIRO. *O crepúsculo dos grandes...*, 2003, op. cit., p. 143- 147.

Vasques e o tenente Martinho Correia de Sá. Ainda em testamento Tomé Correia afirmou: *Declaro que tenho contas com meu irmão e testamenteiro o doutor Manoel Correia Vasques em um partido de meas, em terras do engenho da Cachoeira e se ajustarão, pelos livros de ambos; como também todas as que tenho com meu irmão o sargento mor Martinho Correia de Sá a respeito do rendimento que lhe toca a parte que possui no dito engenho da Cachoeira.*²⁷²

Desta maneira na década de 1730 encontramos nos registros paroquiais o doutor Manoel Correia Vasques sendo identificado como senhor dos engenhos do Maxambomba e Cachoeira. Pelo exposto acima, percebemos que os demais irmãos tinham direitos a rendimentos dos engenhos e em partidos de terra, contudo a administração direta da produção do engenho estaria em mãos deste mesmo doutor Manoel Correia. Outra prova disto é o requerimento de José Velho Barreto, senhor de engenho na freguesia de Irajá, o qual era noivo de Antonia Tereza Maria Paes, viúva do mesmo alcaide Tomé Correia. José Velho solicitou ordens para prender e remeter para a corte de Lisboa o referido doutor Manoel, por querer impedir o casamento em segundas núpcias de sua cunhada. De acordo com Velho, o doutor Manoel *“receoso que efetuando-se o tal casamento o obrigassem a dar contas de **muitos e consideráveis bens que tem em seu poder como testamenteiro de seu irmão e marido da sobredita** [Antonia Tereza Maria Paes] **e tutor de seus filhos** indeveio aos pais da mesma viúva a que impedissem o segundo casamento ameaçando com a morte assim a viúva como a ele suplicante ficando por este injusto meio senhor e administrador absoluto dos bens daquele casal.*²⁷³ [grifos meus]

Manoel Correia Vasques, como testamenteiro do falecido irmão Tomé Correia e tutor de seus sobrinhos, deteve todo o controle da administração do bem familiar. Por meio deste requerimento, compreendemos que se utilizou de diversos mecanismos, inclusive a violência, para impedir qualquer ameaça sobre a unidade da *casa*. Para evitar o segundo casamento da cunhada valeu-se de suas prerrogativas e distinções, sendo o mesmo doutor *pessoa da principal nobreza daquele Estado e de melhor qualidade que o primeiro marido da dita viúva*. Não conseguindo coagir os pais de sua noiva para impedir o casamento *se valeu da forrada violência e dela sem amor ou respeito às leis e justiças de Vossa Majestade, e unindo-se com o Tenente [ilegível] Luis de Sá e Manoel de Sá inimigos capitais do suplicante*

²⁷² ACMRJ. Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1714-1719).

²⁷³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, Doc. 489. [sem numeração]. O documento está datado erroneamente no ano de 1683. Data não coincide com os demais eventos (como a data da morte do alcaide Tomé Correia, em 1718).

*se conferiu o modo com que melhor poderia obviar o casamento.*²⁷⁴ Aproveitando-se que José Velho Barreto estava em seu engenho tratando do casamento de sua irmã, Manoel Correia e seus dois “sequazes”, numa noite de quinta-feira, com mais 40 escravos armados levou a viúva (sua cunhada Antonia Tereza) do Rio de Janeiro para o seu engenho, *a meterão em uma rede pelas 3 ou 4 horas da noite.* As testemunhas do ocorrido nada puderam fazer, pois *os ditos três ofensores [...] são pessoas que ocupam os lugares de melhor graduação daquela praça como porque tem vários amigos e parentes, de que a maior parte dos moradores daquela cidade depende. Com efeito, transportaram a dita viúva para a Paraíba, domicílio de seus pais.*²⁷⁵ Logo, a casa exilou um de seus membros para preservar a si mesma.

O requerimento de prisão para o doutor Manoel Correia não foi efetivado, muito menos o segundo casamento de sua cunhada, já que não encontramos qualquer vestígio documental que Antonia Tereza tenha se casado pela segunda vez. Tal situação nos permite afirmar que, na capitania fluminense, ainda na primeira metade do século XVIII, a família Correia Vasques detinha poder social e político reconhecido pela comunidade. Além de não ser condenado pelo ocorrido, o doutor Manoel Correia ocupou diversos cargos da *res* pública em nome do rei. Entre 1705 e 1745 foi proprietário do cargo de juiz da alfândega; foi também provedor da Fazenda Real por impedimento de Bartolomeu de Siqueira Cordovil, entre 1719 e 1720.²⁷⁶ Já observamos na primeira parte do trabalho que exercer cargos régios, e também da Câmara Municipal, gerava não só rendimentos econômicos (ordenados, privilégios em contratos, arremate de dízimos) como distinção social (construção de redes clientelares, onde trocas de favores e interesses pessoais interferiam no jogo político).

Manoel Correia casou por volta de 1700 com Maria Paes de Almeida, o casal não teve filhos. A esterilidade foi outro fator que ameaçou a reprodução social das famílias senhoriais. Contudo, o doutor Manoel teve filhos naturais, em duas relações de concubinato. Com Damásia Cordeira teve três filhos, Manoel, José e Guiomar;²⁷⁷ e com a preta mina Tereza Correia de Jesus teve uma filha parda chamada Inês Correia de Jesus. Mesmo que natural, foi esta prole que permitiu a continuidade do patrimônio nas mãos da mesma família, herdando

²⁷⁴ Ibidem, [sem numeração].

²⁷⁵ Ibidem, [sem numeração].

²⁷⁶ Ver Quadro 17. AHU_ACL_CU_017, Cx.15, Doc. 1622. [sem numeração]. Os ofícios eram providos pela Coroa, câmaras ou pelos senhoriais, tais cargos podiam ter nomeação vitalícia, hereditária, ou até mesmo, ser objeto de venda. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *Os concelhos e as comunidades.* In: MATTOSO, José. *História de Portugal. Vol.4. O Antigo Regime (1620-1807).* Lisboa: Editorial Estampa 1993.p. 270-271.

²⁷⁷ RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 375.

não somente os bens materiais, mas como imateriais (sobrenome, reconhecimento social, o mando costumeiro). Aparentar-se com escravos foi fundamental para preservar a casa.²⁷⁸

Encontramos dois requerimentos do ano de 1761, um do capitão Manoel Correia Vasques e outro do tenente José Correia Vasques, ambos solicitavam carta de legitimação comprovando serem filhos do doutor Manoel Correia Vasques com Damásia Cordeira. O objetivo dos dois foi o de contestar o “defeito da naturalidade” para continuar no serviço à Coroa portuguesa, já que seu pai era viúvo quando teve relações com Damásia. Para isso há diversos documentos transladados nos autos, inclusive parte da cláusula testamentária em que há o reconhecimento de paternidade: *Declaro que tenho três filhos naturais havidos de Damásia Cordeira [...] dois machos Manoel, José e uma fêmea chamada Guiomar ordeno a seus irmãos meus herdeiros e testamenteiros que sempre os amem e estimem como tais assistindo lhe com todo necessário para o seu trato e sustento [...]*.²⁷⁹ Outro documento presente nos dois requerimentos é uma carta do governador das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, na qual, para cada um, certifica a patente militar e a paternidade dos filhos de Manoel Correia, afirmando que ele sempre os tratou e estimou por filhos, e rogou para que tivessem cargos militares.²⁸⁰ Logo, as alianças dos Vasques, além de escravos e forros, incluíam um representante do poder da Coroa, o governador, nas conquistas. A aliança entre diferentes corpos e grupos políticos de uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos viabilizou a constituição da monarquia portuguesa na América, ligando os senhores iguaçuanos ao Reino.

Pelo visto, o capitão Manoel Correia Vasques, homônimo de seu pai, consegue o reconhecimento de seus direitos à herança de seu pai, pois, em 1779, foi identificado como o senhor do engenho Cachoeira, no relatório do Marquês de Lavradio.²⁸¹ Seu irmão José Correia Vasques estabeleceu-se na Colônia do Sacramento exercendo diversos cargos nas ordenanças (capitão, sargento, coronel), o que provavelmente explica sua ausência na administração do engenho. Já o engenho do Maxambomba, de acordo com o mesmo relatório, era do sargento-mor Martinho Correia de Sá.²⁸² Jucá Sampaio afirma que em 1740 o ‘fidalgo da casa de el Rey’ doutor Manoel Correia Vasques vendeu a seu sobrinho Martinho

²⁷⁸ Cf. As alianças entre subalternos e elites em GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit. Cf. As alianças das elites com os subalternos em FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 33- 119.

²⁷⁹AHU_ACL_CU_017, Cx. 63, Doc. 5996 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 63, Doc. 5998 [ambos sem numeração]

²⁸⁰ Ibidem, [sem numeração].

²⁸¹Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 327-328;

²⁸² Ibidem, p. 327-328;

Correia de Sá a fazenda Maxambomba por 16:000\$000, que, entre as transações de bens rurais do período, foi a de valor mais elevado.²⁸³ O patrimônio permaneceu com a família, pois a venda entre parentes contribuía para manter as relações sociais do engenho e os haveres dentro da órbita familiar.

Em 1795, o visitador Monsenhor Pizarro identificou o padre José Vasques de Souza como o proprietário do engenho Maxambomba e, juntamente com seu tio, Manoel Correia Vasques, do engenho Cachoeira.²⁸⁴ José Vasques era filho legítimo da parda Inês Correia de Jesus com Custódio de Souza. Lembramos que Inês Correia era filha natural do doutor Manoel Correia Vasques (o mesmo senhor dos engenhos na década de 1730) com a preta de nação mina Tereza Correia de Jesus.²⁸⁵ Desta feita, observamos que a mestiçagem esteve presente na família Correia Vasques, sendo importante, inclusive, para a continuidade da *casa*.²⁸⁶

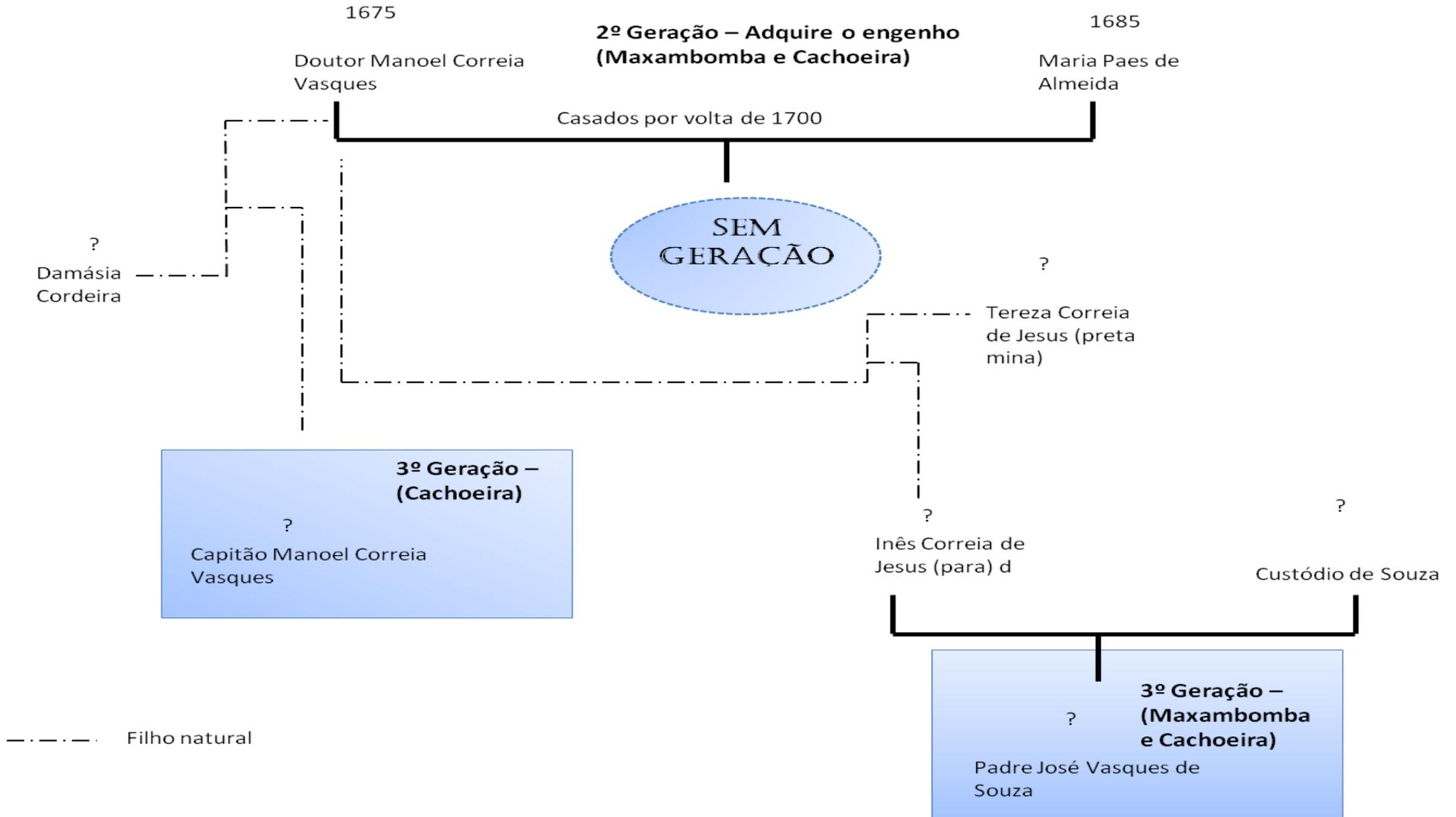
²⁸³ SAMPAIO. *Na encruzilhada do império...*, 2003, op. cit., p. 89.

²⁸⁴ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 40-41.

²⁸⁵ CMRJ. Habilitação Sacerdotal de Jose Vasques de Souza. Lotação: 3667.

²⁸⁶ Sobre como a mestiçagem preservava a ordem social, cf. FREYRE. *Casa-Grande & senzala...*, 1980, op. cit.; GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit.

Diagrama 5 – Família Correia Vasques, terceira geração.



A ascendência mestiça não impediu José Vasques de seguir carreira eclesiástica. Em seu processo de habilitação sacerdotal, iniciada em 1779, teve que provar a nobreza de sua família e que ela não era de infecta nação (processo de gênero).²⁸⁷ Mesmo com as testemunhas declarando que sua avó era preta mina e sua mãe parda, percebemos que a cor “desaparece” na terceira geração. A fama pública e notória de seu avô materno (doutor Manoel Correia Vasques) deveras contribuiu para esse “desaparecimento” e a aprovação de José Vasques para o sacerdócio. Assim, concordamos com Evaldo Cabral de Mello ao afirmar que “a genealogia é um saber crucial, a qual classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos iguais e dos seus desiguais, reproduzindo assim os sistemas de dominação”.²⁸⁸

Anderson Oliveira constatou que em sociedades de Antigo Regime a carreira eclesiástica atraiu tanto a “elite” quanto a “plebe”, pois para ambos o sacerdócio concedia foros de nobreza, tais como acesso a privilégios. Provavelmente, seguir a carreira eclesiástica proporcionou vantagens ao padre José Vasques, inclusive, o de ser identificado como proprietário e administrador de dois engenhos em Jacutinga, em finais do século XVIII. Lembramos que nesta sociedade o processo de ascensão social é gradativo e geracional,²⁸⁹ neste caso, o acesso ao segmento clerical foi uma das alavancas para tal mobilidade.

Vimos pela análise da produção de açúcar e aguardente (quadro 5) que o engenho da Cachoeira ao final do século XVIII (1795) teve sua grandeza de outrora diminuída, e, percebemos um crescimento do engenho do Maxambomba, com a administração do Padre Jose Vasques. Em 1779 o engenho da Cachoeira era o que possuía a maior escravaria entre os engenhos entre as duas freguesias, já no final do século passou a ocupar a quinta colocação, perdendo espaço, inclusive, para o engenho de Maxambomba.

²⁸⁷ Processo realizado para tornar-se sacerdote, que de acordo com Anderson de Oliveira era composto de outros processos, como: *genere* (versava sobre a ascendência e limpeza de sangue do habilitando), *Vita et Moribus* (abordava sobre os costumes), *Patrimônio* (avaliava as condições do habilitando sustentar-se após a ordenação) e *dispensas* (incluía diversos impedimentos à ordenação, principalmente os que se referiam à limpeza de sangue). OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Padre José Maurício: 'dispensa da cor', mobilidade social e recriação de hierarquias na América portuguesa*. In GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 51-52.

²⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 11.

²⁸⁹ GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit., p. 275.

Por fim, pela análise dos registros de batismos entre 1790 e 1807 percebemos que as relações de apadrinhamento foram em sua maior parte endogâmicas; em quase metade dos casos o apadrinhamento ocorreu entre escravos do mesmo plantel.²⁹⁰

✓ **Engenho da Posse**

O terceiro engenho é o da Posse, patrimônio que também permaneceu por quase um século em mãos da mesma família. O engenho foi construído no início dos setecentos por João de Veras Ferreira; o primeiro vestígio disso é o pedido de breve para terem oratório particular em sua fazenda da Posse, feito por João de Veras e sua mulher, Dona Ana Maria Nascente, em 1733. Nesta sociedade, ter oratório ou capela era símbolo de *status* e devoção. Contudo, para as autoridades eclesiásticas autorizarem o funcionamento de capelas e oratórios, o impetrante deveria comprovar nobreza, geralmente por meio de testemunhos de terceiros. No breve de João de Veras Ferreira, as testemunhas afirmaram que ele havia sido negociante, e, apesar de ainda manter negócios em seu navio, vivia mesmo era de seu engenho, escravos e lavouras. Raimundo Pereira de Araújo, testemunha jurada no processo, afirmou que: “(...) o orador é senhor de engenho e rico, com todo o trato e estimação, e não sabe se tem ainda algum gênero de negócio, porém o mais de que vive é da sua fazenda tratando-se, e vivendo limpamente como outra qualquer pessoa grave (...)”.²⁹¹ Mesmo exercendo algum tipo de negócio, ocupou cargos em 1715; em um documento foi mencionado como tesoureiro das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e seu distrito.²⁹²

Prática não incomum na época, o matrimônio exogâmico também foi realizado pelo reinol João de Veras Ferreira, que se casou em 1718 com pessoa distinta, filha de uma das famílias pertencentes à nobreza da terra. Sua esposa Dona Ana Maria Nascente, era filha de Manoel Nascente Pinto, que ocupou diversos cargos na *res pública* (meirinho do mar, porteiro e guarda da alfândega do Rio de Janeiro²⁹³), além de ter sido o fundador da igreja de Santa Rita no Rio de Janeiro²⁹⁴. No próprio breve de oratório particular de João Veras, observamos que o

²⁹⁰ Livro de batismos de escravos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807).

²⁹¹ ACMRJ. Breve Apostólico de João de Veras Ferreira e Dona Ana Maria Nascente. Notação: 025. Ano: 1733. [sem numeração].

²⁹² ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 7, f.159

²⁹³ AHU_ACL_CU, Cx. 32, Doc. 7569. [sem numeração]

²⁹⁴ “Fundou desde a primeira pedra Manoel Nascentes Pinto pai do suplicante [Inácio Nascentes Pinto] a custa de sua própria fazenda, e em chãos que comprou a Igreja em que se venera naquela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a gloriosa Santa Rita de Cássia e apartamentou de todo necessário, para o uso cotidiano, e para festividades com paramentos decentísimos (...)” [sem numeração] AHU_ACL_CU_017, Cx. 44, Doc. 4530.

vínculo parental com Manoel Nascente contribui para demonstrar o seu elevado *status* social. Na segunda parte do testemunho de Raimundo Pereira de Araújo, lê-se: “(...) e também conhece sua mulher *Ana Maria Nascentes*, a qual é natural desta terra e *filha de Manoel Nascentes Pinto* que vivia honradamente e tinha seu ofício na Alfândega tratando-se sempre a lei da nobreza e como tal também sua filha lograra o mesmo, e logra por ser casada com o orador que vive e como dito, como qualquer outro homem grave, e isto o sabe ele testemunha pelo conhecer, e tratar a muitos anos e mais não disse deste”²⁹⁵ [grifos meus].

Não dispomos informações sobre a prole de João Veras nem a data de sua morte; há apenas a notícia que, em 1764, seu filho, o capitão Francisco de Veras Nascentes, juntamente com seu cunhado e sócio, Manoel Alves da Silva, foram identificados como proprietários do engenho da Posse, sendo a segunda geração a assenhorear-se da propriedade.²⁹⁶ Em um pedido de confirmação de carta de sesmarias em terras no rio Iguaçu e na freguesia de Jacutinga, ambos afirmam possuir por sociedade uma sorte de terras chamada Caioaba, vizinha à da Posse, a qual pertencia a seus antepassados há mais de 40 anos, por eles lavradas e plantadas sem contradição de pessoa alguma. Estas terras seriam importantes, pois *conservam engenho de fazer açúcar chamado da Posse em que trabalhavam com mais de cento e vinte escravos e para sua cultura, e conservação careciam de largueza e matos por partirem as ditas terras da Posse com as de Caioaba, e sobejos de que faziam menção para melhor conservação do dito Engenho (...).*²⁹⁷ Neste período, o pleno funcionamento do engenho dependia de uma razoável extensão de terras para a extração de madeiras (uso de lenhas nas fornalhas e caldeiras), plantação de pés de cana e outros gêneros alimentícios.²⁹⁸

Após 15 anos deste pedido de confirmação de sesmaria, o engenho da Posse foi identificado no relatório do Marquês do Lavradio como propriedade dos herdeiros do Cap. Francisco de Veras Nascentes (morto antes de 1779). Uma das herdeiras é sua filha Francisca Casemira Xavier de Vera, mulher de Bento Luiz de Oliveira Braga, proprietário do engenho em 1795, que deu início a terceira geração administradora do estabelecimento.²⁹⁹ Bento de

²⁹⁵ ACMRJ. Breve Apostólico de João de Veras Ferreira e Dona Ana Maria Nascente. Notação: 025. Ano: 1733. [sem numeração].

²⁹⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 72, Doc. 6581. [sem numeração]

²⁹⁷ Ibidem, [sem numeração].

²⁹⁸ SCHWARTZ. *Segredos internos. Engenhos e escravos...*, 1988, op. cit., p. 95-121. Para mais detalhes ver capítulo 2.

²⁹⁹ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 40-41.

Oliveira, além de genro, era primo de Francisco de Veras.³⁰⁰ O casamento realizado entre o mesmo grupo social e familiar permitiu a continuidade da administração do engenho na mesma parentela. Bento Luiz de Oliveira Braga possuiu considerável patrimônio. Investiu no engenho e fez com que a produção de açúcar do engenho e aguardente, que em 1779 ocupava a 4ª colocação, passasse ao primeiro lugar em 1797 (quadro 5), detendo inclusive, neste período, o maior número de cativos (108 escravos).³⁰¹ Outro fator que denotou a distinção desta família foi o número de agregados e partidistas residentes no engenho. De acordo com a lista nominativa de 1797, o engenho da posse foi o estabelecimento que mais possuiu lavradores partidistas, 27 chefes de famílias, alguns senhores de escravos que plantavam cana, farinha, arroz, feijão, milho, anil, café.³⁰²

Além do estabelecimento da Posse, era senhor do engenho de Nazareth, por herança paterna, na freguesia de Irajá. Através do primeiro casamento, com Francisca Casemira, tornou-se senhor do engenho da Posse e construiu uma engenhoca chamada Caioaba (nas mesmas terras de sesmaria de seu sogro); também possuía três sítios em Jacutinga, uma olaria em Iguazu e duas fazendas produtoras: “Das Palmas” na freguesia de Sacra Família e “Da Cruz” às margens do rio Paraíba do Sul.³⁰³

Além do poder econômico, Bento Luiz de Oliveira Braga possuiu um significativo poder político. Serviu duas vezes como vereador na Câmara do Rio de Janeiro. Em 1770, foi alçado a alferes; em 1777, a capitão; em 1799, foi reformado como tenente-coronel.³⁰⁴ O juiz presidente e vereadores do senado da Câmara do Rio de Janeiro descreveu Bento Luiz de Oliveira Braga como *um dos vassalos mais úteis do Estado nesta capitania em razão de ser senhor de dois engenhos correntes, e estar fazendo construir outro, dos quais resultam direitos consideráveis para Sua Majestade, fabricando avultíssimas safras de açúcar e aguardentes, que se transportam para a Europa, sendo este ramo do comércio o mais vantajoso e que me grande parte enriquece o Estado nos Portos das suas Américas,*

³⁰⁰ SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sapopema, Cachoeiras e Nazareth. Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. 1997.146 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, p.100-102.

³⁰¹ ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

³⁰² AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração].

³⁰³ ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

³⁰⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 1 e 1v.

*esperando-se dele, que cada vez mais interesse o público pelos trabalhos da agricultura (...).*³⁰⁵ Bento Luiz de O. Braga administrou o engenho até a data de sua morte, em 1814.

✓ **Engenho do Brejo**

Vimos no primeiro capítulo que o engenho do Brejo foi estabelecido em terras de Manoel da Guarda Muniz, e, posteriormente, do seu genro, João Maciel da Costa. Vimos também que a filha mais nova de João da Costa Maciel, Dona Páscoa Maciel, e seu marido, Cristóvão Mendes Leitão, montaram o novo engenho na freguesia. Páscoa Maciel se casou com Cristóvão Mendes Leitão em 1728, e, durante a década de 1730, ambos foram reconhecidos como senhores do engenho do Brejo.³⁰⁶ Isto sugere que as terras do engenho do Brejo foram adquiridas a partir de legítimas de Dona Páscoa, o que demonstra a complexidade do sistema patrimonial para a nobreza da terra no Rio de Janeiro, já que a divisão de partilha deveria ser realizada de forma igualitária entre todos os herdeiros legítimos.³⁰⁷ Contudo, em localidades de fronteira aberta, o que neste período era o caso da Freguesia de Santo Antônio, a abundância de terras possibilitava a instalação dos descendentes de uma mesma família na mesma localidade, amenizando, assim, os conflitos intra-familiares.

Lembremos que o estabelecimento desse engenho ocorreu em um período (década de 1730) em que o Rio de Janeiro transformou-se na principal praça comercial do império português, devido a descobertas auríferas beneficiando-se da venda de escravos e alimentos para Minas Gerais.³⁰⁸ Além disso, no decênio de 1740, o setor açucareiro voltou a se expandir, principalmente na região norte da capitania, o que foi importante para o crescente desempenho de rendimentos da capitania fluminense.³⁰⁹

Foi neste momento de prosperidade fluminense que o casal Cristóvão e Páscoa adquiriu ainda mais reconhecimento social. No Breve apostólico de 1746, pediram autorização para o funcionamento de um oratório em seu engenho do Brejo. Cristóvão declara viver nobremente da atividade de fabricação de açúcar.³¹⁰ Para conseguir a concessão de funcionamento do seu

³⁰⁵ Apesar de possíveis exageros, não descartamos que Bento Luiz de O. Braga possua realmente toda essa distinção, que inclusive o faz adquirir este parecer da Câmara do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 169, Doc. 12574. Fl. 31 e 32.

³⁰⁶ Ver diagrama 4. Isto de acordo com alguns especialistas da história dos municípios da Baixada fluminense, inclusive o município de Belford Roxo, onde hoje estão localizadas as ruínas do engenho do Brejo, entre os quais Gênesis Torres. Disponível em: <http://www.belfordroxo.rj.gov.br/index.php/historico>.

³⁰⁷ Ordenações Filipinas. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Livro IV. Título 96.

³⁰⁸ FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto...*, 2001, op. cit., p. 74-76.

³⁰⁹ Ibidem, p. 74-75.

³¹⁰ O breve apostólico é um documento específico que autoriza a celebração de missas em capelas, altares e oratórios particulares, o que confere privilégio de realizar missas em suas próprias propriedades.

oratório, ele escolheu algumas testemunhas para comprovar que era de nobre geração, que vivia à “lei da nobreza” e que era honrado:

[Thomas de Abreu Silva, testemunha] sendo perguntado pelo conteúdo nos artigos justificados do Breve dos Impetrantes disse ao primeiro que não há dúvida serem os Impetrantes os mesmos que alcançaram o Breve junto da Sé Apostólica para terem oratório privado nas casas da sua fazenda do Engenho do Brejo que tem na Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga e que sabe que os ditos Impetrantes são nobres de geração porque sempre se viu dizer publicamente que os ascendentes de Impetrante eram pessoas graves da Vila de Setúbal e sabe de [ilegível] que seu pai fora Capitão de Infantaria na dita Vila visto os [ilegível] o que fez que houveram na dita vila e que nele sempre se tratam a lei da nobreza e o mesmo Impetrante nesta Cidade sempre se tratou a lei desta sendo senhor de engenho e de negócio como também o Impetrante o é pois seus parentes serviram nesta cidade os cargos da república [ilegível] viu ele testemunha [ilegível] cargos e todos seus antepassados lhe vir a ser nobre (...) ³¹¹

A partir da década de 1770, no relatório do Marquês do Lavradio (1779-1889), o engenho do Brejo foi reconhecido como patrimônio do capitão Apolinário Maciel da Costa e de seu irmão, o padre Antonio Maciel da Costa (filhos de Páscoa e Cristóvão). Assim, temos a terceira geração da família a reproduzir o domínio senhorial sobre o engenho e escravos. Dos 7 engenhos citados no relatório (ver quadro 1, ano de 1779), o da família Maciel da Costa era o terceiro estabelecimento com maior posse de escravos e produção de caixas de açúcar ³¹².

Apolinário Maciel da Costa tornou-se capitão da companhia no distrito de Marapicú, do regimento da Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro, em 1779, por promoção de seu “vizinho” Inácio de Andrade Souto Maior Rondon (senhor do engenho de Santo Antonio, ver Quadro 1) ao posto de mestre de campo. De acordo com o pedido de confirmação de sua carta patente, ele não recebeu soldo algum por exercício do cargo, porém, mais do que ganhos materiais, ao prestar serviços à Coroa gozaria:

(...) de todas as honras, privilégios, liberdades, invenções, e franquezas, que em razão dele lhe pertencerem. Pelo que ordeno aos oficiais, e soldados seus subordinados, lhe obedeçam, cumpram, e guardem suas ordens por escrito, e de palavra, como devem e são obrigados no que tocar ao Real Serviço. ³¹³

A estreita relação entre Apolinário e o mestre de campo Inácio Rondon, ³¹⁴ mesmo que de vizinhança já que não há vestígios de parentesco, rendeu-lhe um importante cargo na

RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 495-497. ACMRJ. Breve Apostólico de Cristóvão Mendes Leitão e sua mulher Dona Páscoa Maciel. Notação: 86. Ano: 1746. [Folha sem numeração]

³¹¹ Breve Apostólico. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Notação: 86. Ano: 1746. Impetrantes: Cristóvão Mendes Leitão e sua mulher Dona Páscoa Maciel. Folha sem numeração.

³¹² Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 289-360;

³¹³ AHU-ACL-CU- 017. Caixa 110. Doc. 9162.

³¹⁴ Importante frisar que o cargo de mestre de campo era o mais alto posto entre as tropas pagas e as milícias, duas principais forças militares setecentistas, incluindo a função de elaborar censo a população quando solicitado. SALGADO, Graça. (org) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*.

hierarquia militar local. Fazer parte do corpo de oficiais das ordenanças trazia honras, mercês, privilégios.

Ao final do XVIII, quando das visitas de Pizarro, em 1795, o engenho era administrado apenas por Antonio Maciel da Costa, reverendo da freguesia de Jacutinga. Declarou ao visitador que vivia do seu engenho de açúcar, no lugar chamado Brejo, juntamente com seu sócio (de nome não mencionado) e senhor de um oratório particular na freguesia³¹⁵. A diminuição da posse de escravos por parte da família na região demonstra que os Maciel da Costa passavam por dificuldades e dificilmente perdurariam como família senhorial no XIX. A partir do ano de 1804 não há menção desta família como senhora de escravos nos registros de batismos. Aliás, em 1828, consta como senhor do engenho do Brejo, Joaquim da Silva Marques, provável comprador. Nesse sentido, as fontes paroquiais ajudam na compreensão da reprodução de famílias de elite local e da longevidade das casas. Como o último Maciel da Costa era padre, não havia possibilidade de transmitir, de forma legítima, a fazenda à próxima geração, não obstante a possibilidade de filhos sacrílegos “herdarem” bens de seu pai.³¹⁶

✓ **Engenho de Nossa Senhora da Conceição de Sarapuí**

O quinto engenho antigo é o de Nossa Senhora da Conceição de Sarapuí. Não temos muitas informações a respeito da construção deste engenho, sabemos apenas que em terras deste engenho foi erguida a capela matriz da freguesia de Sarapuí.³¹⁷ Na década de 1730 o senhor deste engenho era Inácio Gomes, identificado como senhor de escravos. De acordo com o relatório ao Marquês do Lavradio, de 1779, os herdeiros de Inácio Gomes assumem a administração do engenho, dedicando-se mais ao cultivo de mandioca do que ao de açúcar.³¹⁸

Já em 1795, durante a visita do monsenhor Pizarro, o senhor do engenho da Conceição era o capitão João Soares de Bulhões. Natural da vila de São João Del Rei, mudou-se para a região do Recôncavo da Guanabara durante o século XVIII. Além do engenho da Conceição

Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 5 v. p. 457. Para recenseamento da população do Rio de Janeiro ao final dos setecentos pelos mestres de campo ver: Estatísticas realizadas pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 289-360 e também. AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203.

³¹⁵ ARAÚJO. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense...*, 2000, op. cit., p. 40-41.

³¹⁶ OLIVEIRA. *Padre José Maurício: 'dispensa da cor', mobilidade...*, 2011, op. cit., p. 51-66.

³¹⁷ GALDAMES. *Entre a cruz e a coroa...*, 2007, op. cit., p. 299-300.

³¹⁸ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 328;

na Freguesia de Santo Antonio da Jacutinga, foi senhor do engenho de Caioaba, na freguesia de Inhamorim. Assim, comandava a produção de aguardente, açúcar e farinha de mandioca para vender em outras Freguesias e na cidade do Rio de Janeiro.³¹⁹

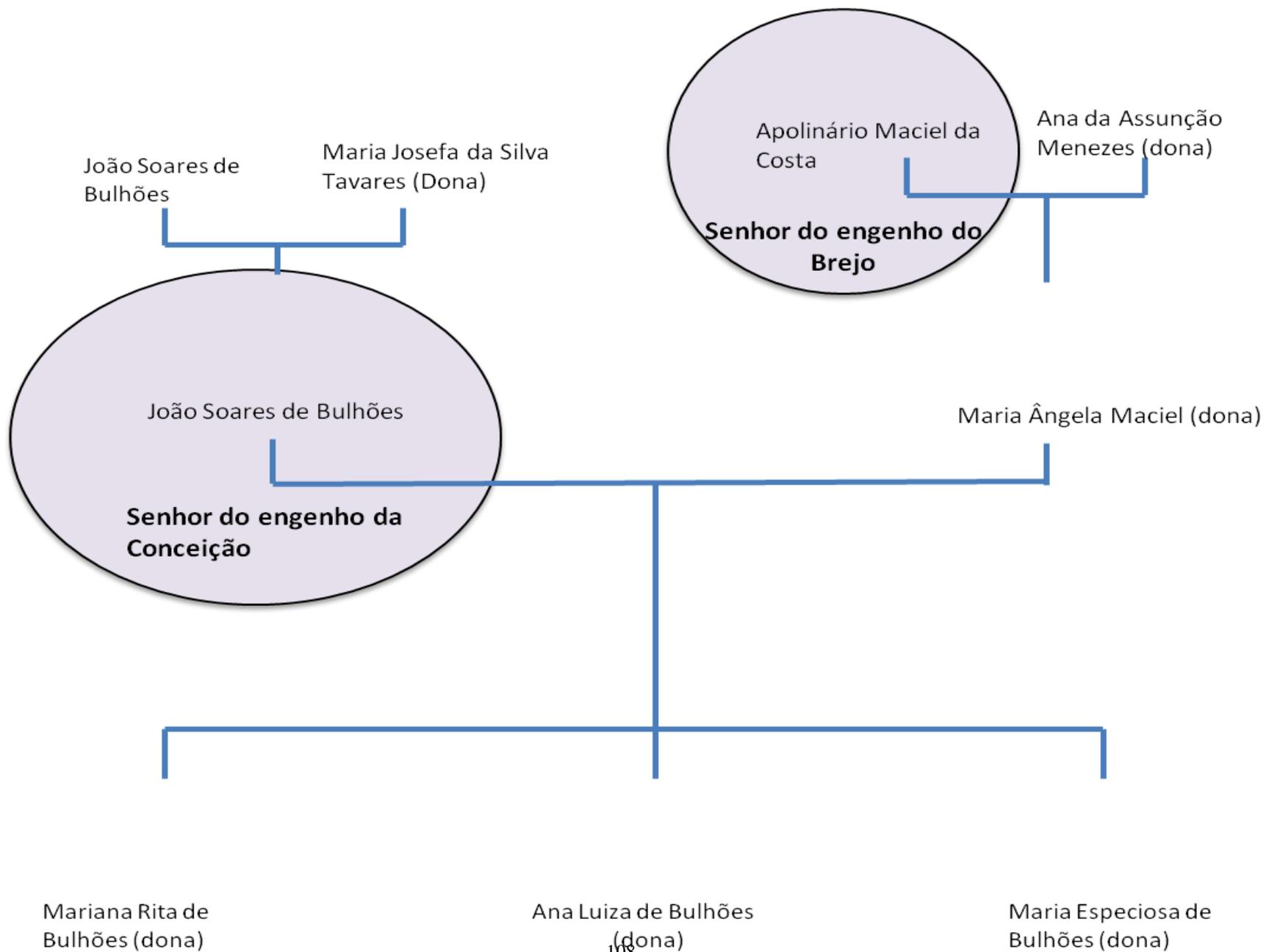
Tal como exposto, a sociedade em que Bulhões vivia exigia muito mais do que aquisição de terras ou riquezas para alcançar reconhecimento social. Por isso, o matrimônio com Dona Maria Ângela Maciel, natural e batizada na Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, contribuiu para que alcançasse o topo da hierarquia econômica e social na Freguesia de Jacutinga.³²⁰ Dona Maria Maciel era filha de Apolinário Maciel da Costa, identificado enquanto senhor do engenho do Brejo em 1779.³²¹ Desta maneira, constata-se relações matrimoniais entre as famílias senhoriais e a concentração de engenhos entre elas.

³¹⁹ ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado João Soares de Bulhões; nº 8707; caixa 5279; gal. A; ano inicial 1833/ seção de guarda: codes.

³²⁰ ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado João Soares de Bulhões; nº 8707; caixa 5279; gal. A; ano inicial 1833/ seção de guarda: codes.

³²¹ Testamento de Dona Ana da Assunção Menezes, transladado junto a seu assento de óbito. Livro de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809)

Diagrama 6 - Família Soares de Bulhões



Em sua administração o engenho da Conceição recebeu novos investimentos, João Soares investiu capital no engenho para angariar lucros com a produção manufatureira. Por meio de seu inventário, datado em 1827, observamos que seu investimento deu certo, pois o engenho que, antes, em mãos dos herdeiros de Inácio Gomes, possuía 14 escravos, em 1827 abrigava 128, dentre os quais alguns de ofício (costureiras, carpinteiros e ferreiro); diversas benfeitorias foram construídas, como olaria, carpintaria, casas, estrebaria, tenda de ferraria; possuiu 50 bois, 30 burros e 6 bestas, o que provavelmente sugere que também tivesse rendimentos, através da atividade dos tropeiros; a capela anexa ao engenho, que antes estava abandonada, foi por ele totalmente reformada.³²² Desta maneira, o engenho de Sarapuí que, em 1779, era um dos que menos possuía escravos e menos produzia açúcar e aguardente, em 1797 passou a ocupar a terceira colocação dos engenhos mais abastados entre as freguesias. (Quadro 5).

Reflexo de sua *qualidade*, João Soares angariou títulos durante a vida. No dia 25 de agosto de 1795, pediu à rainha Dona Maria I a confirmação da carta patente no posto de capitão da nova Companhia da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga do distrito da Conceição do Terço de Ordenanças do Rio de Janeiro. Foi proposto a criação de uma nova companhia de ordenança do distrito da Conceição desta cidade por se achar com um crescido número de habitantes, ao que João Soares se apresentaria para ocupar o posto de capitão da mesma companhia. Até este período, ele servia no posto de tenente reformado, estava estabelecido e era morador do mesmo distrito. Este cargo não era remunerado, mas, de acordo com a carta, lhe traria “(...) *todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas, que em razão dele lhe pertencerem (...)*”³²³. Ser capitão-mor era o cargo mais elevado da companhia de ordenança. Ainda em sua carta patente observamos o poder coercitivo da função: “*Ordeno a todos os cabos de guerra, e oficiais de milícia, e justiça, e conheçam e hajam, ao dito João Soares de Bulhões, por capitão da referida companhia, e como tal o honrem e estimem, e dos seus subalternos, e soldados dela, em tudo lhe obedecam, cumpram e guardem suas ordens, por escrito e de palavra, como devem e são obrigados, no que tocar*

³²² Testamento trasladado junto ao inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes. Inventariado João Soares de Bulhões; nº 8707; caixa 5279; gal. A; ano inicial 1833/ seção de guarda: codes.

³²³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 155, Doc. 11741. [sem numeração].

ao *Real serviço*”.³²⁴ Além disso, em seu testamento, afirmou ser professo Cavalheiro da Ordem de Cristo, elemento fundamental na hierarquia de prestígio social da época.³²⁵

Portanto, João Soares de Bulhões administrou o engenho até 1827, data de sua morte e da partilha de seus bens entre os legítimos herdeiros, os quais ainda desconhecemos.

✓ **Engenho Madureira**

A primeira notícia que temos da existência deste engenho é em 1779, no relatório do Marquês do Lavradio, que consta como senhor de engenho o negociante Manoel Luiz de Oliveira. Este reinol nascido na Vila de Almeida, patriarcado de Lisboa, casou-se com Maria da Graça de Pina, natural da terra, freguesia de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro, filha de Brás de Pina, importante negociante da época.³²⁶ O enlace matrimonial e o ofício de negociante da praça do Rio de Janeiro, o que lhe permitia comprar e revender mercadorias para diversas parte do Império, foi a provável fonte de financiamento para a montagem do engenho. Já relatamos a importância dos laços matrimoniais para os que vêm de “fora” (tanto do reino como de outras capitanias). Manoel Luis faleceu entre 1779 e 1781, deixando herdeiros de menor idade. Seu genro, Domingos Jacinto Rosa, assumiu a administração do patrimônio familiar, inclusive, claro, a do engenho de Madureira.³²⁷

Domingos Jacinto Rosa nasceu na freguesia da Praia do Almojarife, Ilha do Faial, casou-se com Dona Luisa Ana de Oliveira, natural da freguesia da Candelária da capitania fluminense e, assim como seu sogro, também era homem de negócio da mesma praça.³²⁸ Não temos muitas informações sobre o período que administrou o engenho, sabemos apenas que ele falece em 1795 deixando dois filhos legítimos homens de menor idade e dois filhos naturais.³²⁹ Dona Luisa Ana de Oliveira quem assumiu a administração dos bens da família.

³²⁴ *Ibidem*, [sem numeração].

³²⁵ CUNHA. *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais...*, 2000, op. cit., p. 28-29.

³²⁶ Ver Diagrama 7.

³²⁷ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 327-328; AHU_ACL_CU_017, Cx. 117, Doc. 9552. ACNI. Livro de Batismos de forros e livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1764-1796). Fl. 183/197.

³²⁸ Mais uma vez vemos um reinol casando-se com uma mulher natural da capitania. AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, Doc. 8895. ACNI. Livro de Batismos de forros e livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1764-1796). Fl. 183/197.

³²⁹ Os dois filhos naturais são Maria do Carmo (casada com Francisco Jose Dantas) e o tenente Joaquim Jose Rosa. Testamento de Domingos Jacinto Rosa trasladado junto com seu assento de óbito. ACNI. Livro de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809). Fl. 67-68v.

Neste caso, temos uma senhora de engenho.³³⁰ Em 1796 ela solicitou provisão à rainha Dona Maria I para ser a tutora dos seus filhos Domingos, de 9 anos, e Manoel, de 4 anos. Contudo, para ter a sua solicitação atendida era preciso arrolar testemunhas para provar sua honestidade e capacidade de gestão. Assim, Francisco Antonio de Oliveira afirmou: *“que sabe pelo ver que a dita justificante [Dona Luisa Ana de Oliveira] vive no estado de viúva com muita honestidade pela ausência de seu falecido marido Domingos Jacinto Rosa que também sabe pela amizade que na casa da mesma que auto lhe ficaram dois filhos menores Domingos, e Manoel aos quais trata com toda a decência e melhor educação pois tem toda a boa capacidade para governar e reger todos os bens do seu casal e aqueles pertencentes aos ditos menores (...)*”³³¹ [grifos meus].

Assim, a partir da morte de seu marido, Dona Luísa Ana se fez reconhecida socialmente como gestora do patrimônio. Para isso, teve que governar seu engenho e estabelecer relações sociais sólidas. Uma das cláusulas do testamento de seu marido poderia ter fragmentado o patrimônio familiar. Domingos Jacinto Rosa declarou por última vontade que seu filho natural, o Tenente Joaquim Jose da Rosa, tivesse os mesmos direitos que os seus filhos legítimos no ato da partilha. Contudo, este falece em 1806, solteiro e sem herdeiros legítimos ou ilegítimos. Em seu testamento elege como herdeira universal sua madrasta, Dona Luísa Ana de Oliveira. Desta maneira, o patrimônio retorna para as mãos da mesma família, sem sofrer nenhuma fragmentação.³³² Entre 1796 e 1807, foi identificada 38 vezes como senhora de escravos levados à pia batismal em Jacutinga.³³³ Em sua administração o engenho se manteve entre os três estabelecimentos mais abastados da região, em 1779 era o segundo maior engenho produtor de açúcar e em escravos, assim como em 1797, com 63 escravos. (Ver quadro 5).

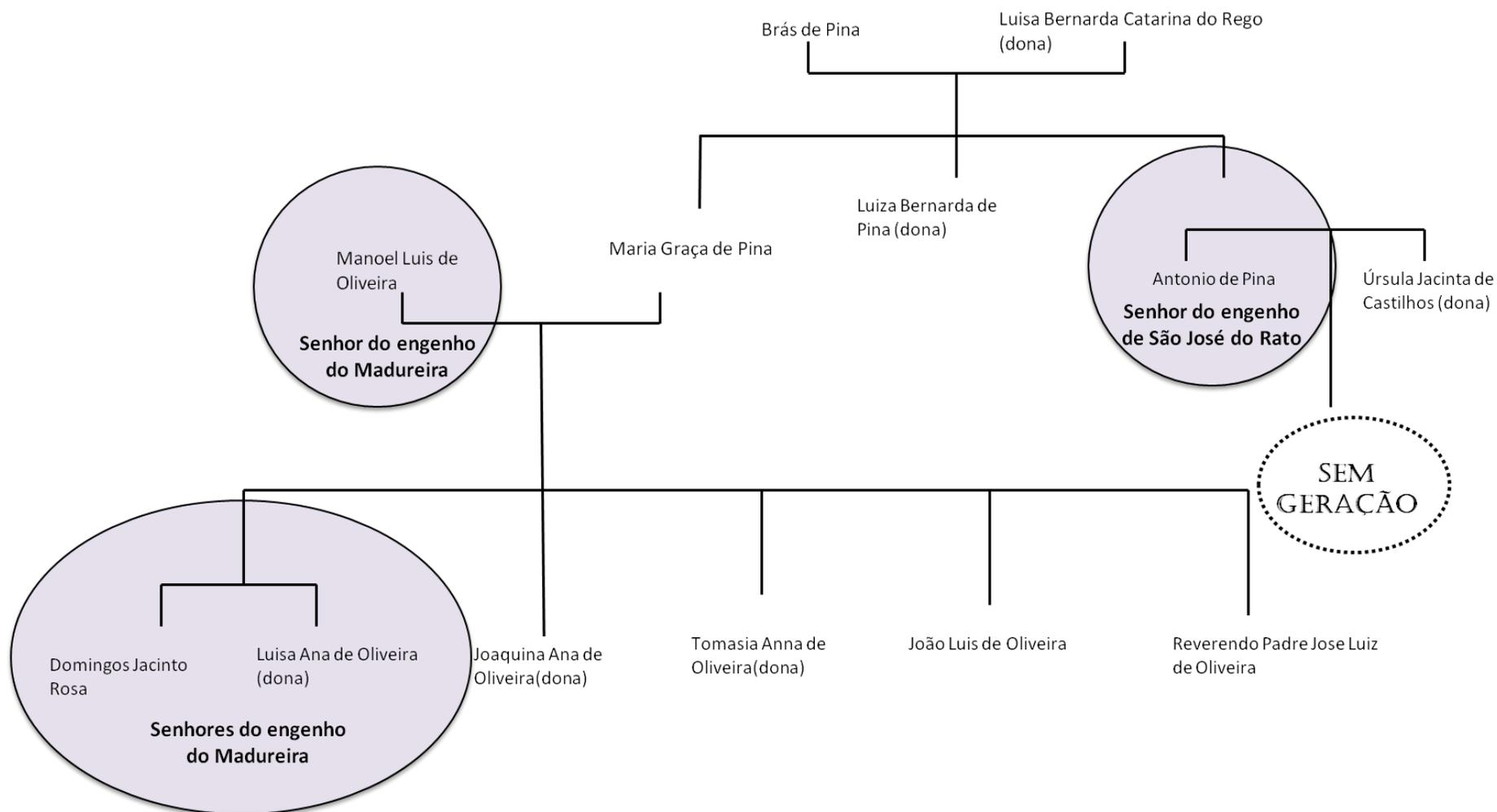
³³⁰ Vários estudos, sobretudo a partir de 1970, têm focado o papel das mulheres da gestão de seus próprios bens no período do Brasil colonial. Mulheres que administram engenhos, escravos, agregados, etc. Para mais detalhes sobre o assunto ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial". In: Revista do arquivo nacional- v. 9, n 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995; LIMA, Igor Renato Machado de. "Mulheres paulistas: patrimônio e posição social." In: MOUA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e AMARAL, Vera Lúcia (Orgs). *História econômica e construção do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006; ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. *Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; FARIA. *A colônia em movimento...*, 1998, op. cit.

³³¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 158, Doc. 11923. [sem numeração]

³³² Testamento de Domingos Jacinto Rosa e do tenente Joaquim Jose da Rosa transladados junto com seus respectivos assento de óbito. ACNI. Livro de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809). Fl. 67-68v./188 v.-191.

³³³ ACNI. Livro de batismos de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1790-1807).

Diagrama 7 – Família Pina e Oliveira



Referências: Testamento do Coronel Antonio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. [sem numeração]; Testamento de Domingos Jacinto Rosa transladado junto com seu assento de óbito. ACNI. Livro de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809). Fl. 67-68v; ACNI. Livro de Batismos de forros e livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1764-1796).

✓ **Engenho de Santo Antonio**

O sétimo engenho a ser analisado e sua respectiva família senhorial é o de Santo Antônio. Não temos muitas informações sobre a forma do financiamento para seu estabelecimento na localidade, os poucos dados que informam que as terras onde ficavam este engenho pertenceram à família Azeredo Coutinho, família senhorial seiscentista.³³⁴ Também não sabemos se este engenho foi o mesmo pertencente ao capitão Manoel Homem Albernaz, engenho de mesmo nome construído em meados dos seiscentos. O que podemos asseverar é que o engenho pertenceu ao sargento mor Francisco Sanchez de Castilho, conforme o relatório de 1779 do Marquês do Lavradio, segundo o qual *por sua morte [de Francisco Sanchez de Castilho] teve tal ruína, que não moeu mais. Foi a sua decadência em o ano de 1771; por dívidas foi à Praça, e arrematou o dito mestre de Campo [Inácio de Andrade Souto-Maior Rondon] em 1778, que se acha fabricando de novo inteiramente para moer neste ano de 79.*³³⁵

Inácio Andrade Souto-Maior Rondon, dono do engenho de Santo Antonio, foi senhor de diversas terras, engenhos e escravos durante a segunda metade do século XVIII em freguesias rurais do Rio de Janeiro. Para entendermos melhor o seu poderio econômico, político e social é importante conhecermos sua ascendência. Da parentela dos Azeredo Coutinho, a família Andrade Souto Maior foi reconhecida por sua distinção e nobreza na capitania fluminense ao longo do século XVIII e, sobretudo, na primeira metade do XIX, ao receber os títulos imperiais de barão e baronesa. Inácio de Andrade era filho de Dona Helena de Andrade e do capitão Manoel Pereira Ramos. Quando enviuvou, Dona Helena de Andrade preocupou-se com a dispersão patrimonial e em *sustentar e promover a perpetuidade e o esplendor de sua antiga família por meio do serviço real*. Mesmo após fazer diversas doações ao seu filho primogênito, o desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho resolveu, em 1772, dar nova forma ao vínculo destas doações por um ato notorial, o que resultou na autorização para o surgimento do morgado de Marapicú³³⁶, ao qual estavam vinculados os engenhos de Marapicu e Cabuçu (da Freguesia de Marapicu), Itaúna (da Freguesia de São Gonçalo) e

³³⁴ GALDAMES. *Entre a cruz e a coroa...*, 2007, op. cit., p. 297-298. Sobre a família Azeredo Coutinho ver: FRAGOSO. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal...*, 2007, op. cit., p. 33-120.

³³⁵ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 328.

³³⁶O vocábulo morgado, no dicionário de Antonio de Moraes Silva, significa bens vinculados em certos sucessores de uma família, os quais vão passando sem se poder vender, nem dividir. SILVA, Antonio Moraes, 1813, op. cit., p. 319.

Gama, todos na capitania fluminense.³³⁷ Ou seja, Inácio de Andrade já havia nascido em uma importante família senhorial do Recôncavo da Guanabara. O morgado preservava o patrimônio da casa.

Dentre as estratégias utilizadas por esta família para a manutenção da *casa*, além do vínculo do morgadio, foi a de enviar suas filhas e filhos secundogênitos para a carreira eclesiástica, para outras partes do ultramar e para própria metrópole, na cidade de Lisboa.³³⁸ O primogênito e administrador do morgado, João Pereira Ramos, residiu em Lisboa, onde recebia os rendimentos de seus engenhos por direito. Seu irmão, e aqui entra nosso personagem Inácio de Andrade, permaneceu em Marapicú, onde exerceu administração direta sobre os engenhos, resguardando os interesses da família.

Valendo-se dos rendimentos adquiridos na administração dos bens familiares, Inácio de Andrade conquistou patrimônio próprio, comprando engenhos e terras; assim, conseguiu desvencilhar-se do jugo gerado pela primogenitura e estabeleceu sua própria *casa*, podendo deixar bens para sua descendência. Isso foi possível devido às múltiplas possibilidades geradas aos filhos secundogênitos em domínios ultramarinos, devido às grandes extensões de terras, aos ofícios e cargos políticos. Com grande poder econômico em freguesias rurais em finais do século XVIII, Inácio de Andrade foi identificado como senhor de três engenhos: Mato Grosso e Piranga, ambos na freguesia de Marapicú, e Santo Antonio, na freguesia de Jacutinga.

Assim como os outros senhores de engenho, além do poderio econômico, os cargos militares ocupados por Inácio de Andrade expressam honra e distinção. Até 1778, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon era capitão de cavalaria auxiliar. No dia 15 de março do mesmo ano, a rainha Dona Maria I, em decreto, o nomeou como mestre de campo no terço de auxiliares, por falecimento de João Velho Barreto.³³⁹ Em 1806 era fidalgo cavalheiro da casa de Vossa Alteza Real, coronel do regimento de infantaria de milícias do distrito de Guaratiba, capitania do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano de 1806 fez requerimento para ser reformado no posto de brigadeiro, quando possuía mais de 43 anos de serviço militar e mais de 73 anos de vida. Intercedeu para que seu filho, o

³³⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 193-195.

³³⁸ Tiveram 12 filhos, 8 homens e 4 mulheres. Entre os homens, 3 morreram em menor idade, 2 seguiram carreiras eclesiásticas (inclusive um tornou-se bispo e é um dos que promoveram a reforma da Universidade de Coimbra), 1 se estabeleceu no Maranhão e governou esta mesma capitania, 1 exerceu o cargo de desembargador em Lisboa e 1 tornou-se senhor de engenhos em Marapicú e Jacutinga. Entre as mulheres, as 4 seguiram carreira eclesiástica tornando-se freiras. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 147-148.

³³⁹ AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

capitão Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, fosse promovido ao posto de Coronel de milícias, que prestando mais de 13 anos de serviços, sendo 6 anos como capitão de milícias, e 7 anos nas tropas de linha.³⁴⁰

✓ **Engenho do Calundú**

Dispomos de poucas informações sobre a família senhorial do engenho do Calundú. De acordo com o relatório ao Marquês do Lavradio o engenho foi arrematado pelo capitão do regimento da cavalaria auxiliar, Francisco Garcia do Amaral, por volta de 1740, com dívidas e em estado de decadência. À época do relatório, 1779, o capitão cultivava mandioca, com 35 escravos, provavelmente para o mercado interno e para a África.³⁴¹

Em 1795, nas visitas do monsenhor, o engenho do Calundú pertencia ao tenente Antonio Garcia do Amaral, filho do mesmo capitão Francisco Garcia. Entre 1792 e 1807 o tenente Antonio Garcia foi assinalado 16 vezes como senhor dos escravos batizados,³⁴² em 1797, é identificado como senhor de 46 cativos e produtor de açúcar, mandioca, feijão e milho.³⁴³

Em 1807, requisitou a confirmação de sesmarias de uns sobejos de terra nos fundos de seu engenho Calandú.³⁴⁴ Estas terras são importantes para os senhores de engenho, tanto para o cultivo, quanto para extração da madeira, como consta afirmação no relatório do Marquês do Lavradio: “*as terras, que se acham por cultivar são os sertões dos engenhos, e fazendas, os quais são necessários indispensavelmente aos mesmos engenhos para em cada ano tirarem deles o grande número de carros de lenha, que conforma a moagem: tiram paus para moendas, madeiras de carros, tábuas para caixões, madeira para reedificação dos engenhos e haverem terás novas para se plantarem cana.*”³⁴⁵ As terras a ocupar eram, portanto, possibilidades de ampliar a casa nas gerações seguintes.

✓ **Engenho São José do Rato**

³⁴⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 236, Doc. 16166.

³⁴¹ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 328-329.

³⁴² ACNI. Livro de Batismos de escravos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807).

³⁴³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração].

³⁴⁴ AHU_ACL_CU_17, Cx. 246, Doc. 16732.

³⁴⁵ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p.329.

O último engenho a ser construído em Jacutinga no século XVIII foi o São José do Rato. O responsável pela montagem deste engenho foi o Coronel Antonio de Pina, filho do distinto negociante Brás de Pina.³⁴⁶ Mais uma vez, estudar a ascendência do senhor de engenho torna-se fundamental para entendermos a forma de financiamento destes estabelecimentos açucareiros.

Brás de Pina, reinol de Lisboa, foi um importante homem de negócios da Praça do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 1734, quando obteve, juntamente com Domingos Gomes da Costa, o contrato de monopólio da pesca de baleia no litoral paulista. Neste período, a pesca de baleias era o sexto maior rendimento na Alfândega do Rio de Janeiro, a armação e pesca do mamífero possibilitava consideráveis ganhos aos contratadores.³⁴⁷ Esta atividade foi importante na economia da América portuguesa, pois a exploração e pesca da baleia geravam ganhos diversos. A carne deste animal era consumida pelos escravos e pela população pobre, as barbatanas utilizadas na confecção de adornos, os ossos eram usados na produção de móveis, e o óleo serviu para a iluminação de engenhos, casas e fortalezas. O óleo da baleia era o mais econômico, utilizado, inclusive, na iluminação pública.³⁴⁸

Por meio destes e outros rendimentos que Brás de Pina adquiriu extensões de terras em Irajá, prédios urbanos na capitania fluminense e financiou a abertura do Caminho Novo para as Minas, o que lhe rendeu alguns lotes de terras ao longo deste caminho, como a sesmaria chamada Madureira.³⁴⁹ Vimos que seu genro, Manoel Luis de Oliveira, possuiu um engenho chamado Madureira, provável dote pelo seu casamento com Maria da Graça. Assim como seu pai, Antonio de Pina também terá cabedais na localidade.

Proveniente desta importante família, Antônio de Pina deteve respeitável patrimônio na freguesia de Jacutinga em finais do século XVIII: herdou a sesmaria de

³⁴⁶ Testamento do Coronel Antonio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. [sem numeração]

³⁴⁷ De acordo com Myriam Ellis, os contratadores eram arrendatários que, mediante certas condições estabelecidas nas cláusulas contratuais e quantias pagas à Fazenda Real, arrematavam monopólios e cobrança de impostos. ELLIS, Myriam. *Comerciantes e contratadores do passado colonial. Uma hipótese de trabalho*, p. 99-108. Disponível em: http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV024/Media/REV24-08.pdf. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 124-125.

³⁴⁸ DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 58-60/132-134.

³⁴⁹ ELLIS, Myriam, op. cit., p. 107-108. AHU_ACL_CU_17, Cx. 60, Doc. 5734.

Madureira (terras que valiam mais do que o próprio engenho), comprou mais terras na localidade e montou o engenho de São José do Rato.³⁵⁰ Na visita pastoral do Padre Jose Luis de Freitas à freguesia de Iguaçu, em 1812, nota-se que o “*coronel Antonio de Pina, de Jacutinga, é rico e honrado*”.³⁵¹

Destacou-se também no serviço militar, por mais de 40 anos serviu à *res pública*, sendo major, e capitão que (...) *facilitou as diligências extraordinárias e de maior risco, expondo a vida, e a própria fazenda, como aconteceu por vezes sendo mandado aos sertões as freguesia de Serra acima para prender desertores, e em outras ocasiões para fazer recrutas* (...). Por todos estes serviços, em 1806 foi reformado no posto de tenente-coronel e recebeu o hábito da Ordem de Cristo com respectiva remuneração (a de 12 mil réis).³⁵² Por fim, foi vereador do senado da Câmara do Rio de Janeiro no ano de 1803, descrito pelos representantes deste mesmo senado como *de pais muito honrados, muito assíduo no aumento das suas lavouras, e de uma conduta irreparável, (...) deu provas de sua grande prudência, honra e desinteresse*.³⁵³ Seu êxito coroava sua ascendência “de pais muito honrados”. E a casa se perpetuou no tempo.

3.3 Grupo senhorial setecentista em Jacutinga e Iguaçu.

(...) *Todo, vestidos, joyas, lenguaje, sentimientos, no menos que comida y vivienda, que juegos o deportes y uso de armas, etc., se halla distribuído según critérios de jerarquia estamental.*³⁵⁴

No império português da época moderna, a ordem do mundo, das coisas, era vista de forma natural. Nos grotões deste mesmo império, em freguesias rurais, não era diferente. Toda a estratificação, hierarquia, classificações jurídicas, fazia parte do modo como essa sociedade fora organizada, alterar esta ordem era considerado um ato condenável. Cada comportamento era esperado de acordo com a posição social ocupada

³⁵⁰ ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. [sem numeração].

³⁵¹ ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Notação: VP 15. [sem numeração].

³⁵² AHU_ACL_CU_17, Cx. 236, Doc. 16161. [sem numeração].

³⁵³ Ibidem, [sem numeração].

³⁵⁴ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1989, p. 25.

pela pessoa (escravo deve obedecer ao seu senhor, o filho deve se submeter ao pátrio poder do pai, etc.).³⁵⁵

Essa sociedade também possuía traços estamentais, em que cada grupo social vivia de acordo com as normas relacionadas ao seu lugar na hierarquia. Ou seja, a identidade social exige um modo de vida, um comportamento comum daqueles que ocupam a mesma categoria social. Assim, o homem equivale ao que ele é na sociedade e não ao que ele é individualmente.³⁵⁶

Embasados nestas considerações observamos que dentro desta sociedade hierarquizada o grupo senhorial de Jacutinga e Iguaçu tem uma identidade social que os diferencia dos demais. O ser senhor de terras, engenhos, é um sinal de prestígio; afinal, toda a elite possui patrimônios. Contudo, alguns critérios são utilizados para marcar ainda mais esta diferença em relação aos grupos subalternos, além do patrimônio. Os títulos, a ocupação de cargos na câmara municipal, o número de dependentes, as roupas, as armas, tal como consta na epígrafe, também são símbolos de poder. Nada garante que os bens econômicos se sobrepujam aos demais.

Não basta apenas ter um engenho ou nascer de uma família senhorial, era preciso sempre reafirmar a posição cimeira ocupada na estratificação. Nosso objetivo nesta parte do trabalho é justamente identificar os símbolos que expressam o *status* senhorial em localidades rurais, seus significados e a relação desta simbologia com os demais grupos sociais. Destes senhores de engenho aqui assinalados, quem fez uso destes símbolos? Como estes critérios poderiam gerar mais poder econômico, social e político?

Para facilitar a análise elaboramos um quadro que contém o nome do engenho e seu respectivo administrador, assim como os elementos que expressam poder nas localidades aqui abordadas (Quadro 1 7).

³⁵⁵ HESPANHA. *Imbecillitas: as bem-aventuranças...*, 2010, op. cit., p. 47-54.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 20-32.

Quadro 18- Engenhos, ocupação, títulos, capelas e oratórios do grupo senhorial de Jacutinga e Iguaçu (Século XVIII)

Grupo Senhorial Setecentista			
Engenho	Senhor do engenho	Ocupação e/ou título	Capela ou oratório privado
Jacutinga	Maxambomba e Cachoeira	Dr. Manoel Correia Vasques	Juiz da alfândega; Provedor da Fazenda
		Martinho Correia de Sá	Sargento Mor (milícia)
		Jose Vasques de Souza	Padre
		Manoel Correia Vasques	Capitão (milícia)
	Posse	João de Veras Ferreira	-
		Francisco de Veras Nascentes	Capitão (milícia)
		Capitão Bento Luiz Oliveira Braga	Vereador da Câmara; Capitão, Alferes e Tenente-coronel (milícia)
	Brejo	Cristóvão Mendes Leitão	-
		Apolinário Maciel	Capitão (milícia)
		Antonio Maciel da Costa	Reverendo
N. S. da Conceição de Sarapuí	Inácio Gomes	-	
	João Soares de Bulhões	Vereador da Câmara; Capitão. (Ordenança)	
Madureira	Manoel Luis de Oliveira	Negociante da Praça do Rio de Janeiro	
	Domingos Jacinto Rosa	Negociante da Praça do Rio de Janeiro,	
Santo Antônio	Inácio de Andrade SoutoMaior Rondon	Capitão de cavalaria auxiliar; Mestre de Campo no terço de auxiliares; Coronel do Regimento de Infantaria de Milícias do distrito de Guaratiba; Brigadeiro. (milícia)	
Calundú	Antonio Garcia do Amaral	Tenente (milícia)	
São José do Rato	Antônio de Pina (Recém Construído)	Major; Capitão; Tenente-Coronel. (milícia)	

Iguaçu	Engenho do Tinguá	Ana Maria de Jesus	Dona	Oratório
	Engenho do Tinguá ou do Azevedo	Bento Antonio Moreira (Recém Construído)	Capitão	Oratório

Das ocupações e títulos observamos que dos 19 senhores de engenho, 9 ocuparam cargos na hierarquia militar. Ao excluirmos a única mulher (que não poderia fazer parte do serviço militar) vemos que metade dos homens exerceram funções nas milícias e ordenações reais. A estrutura militar à época da América portuguesa dividia-se em três tipos específicos de força: Corpos Regulares (conhecidos também por Tropa Paga ou de Linha), as Milícias ou Corpo de Auxiliares e as Ordenanças ou Corpos Irregulares. De acordo com Ana Paula Pereira Costa, os corpos regulares eram a única força paga pelo Estado constituindo-se no exército "profissional português". Já as Milícias eram de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, organizando-se em terços e companhias, sendo seu enquadramento feito em bases territoriais, junto à população civil. Por fim, as ordenanças eram a fonte de recrutamento para as outras duas forças, e que possuía um sistema de recrutamento que deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos.³⁵⁷

Dos 10 senhores de engenho que eram oficiais na hierarquia militar, 9 eram de milícias e apenas um do corpo de ordenanças. As milícias foram criadas em Portugal no ano de 1641, as ordenanças foram criadas pela lei de 1549 de D. João III. Em ambos os casos os homens continuavam a exercer suas atividades econômicas e eram reunidos somente em caso de necessidade bélica, até porque seus serviços não eram remunerados. Para Leonzo, estas instituições foram destinadas a servir os interesses da Coroa portuguesa, tais como a manutenção da posse territorial, da ordem e da lei.³⁵⁸ Não obstante, eram também expressão de poder e prestígio locais.

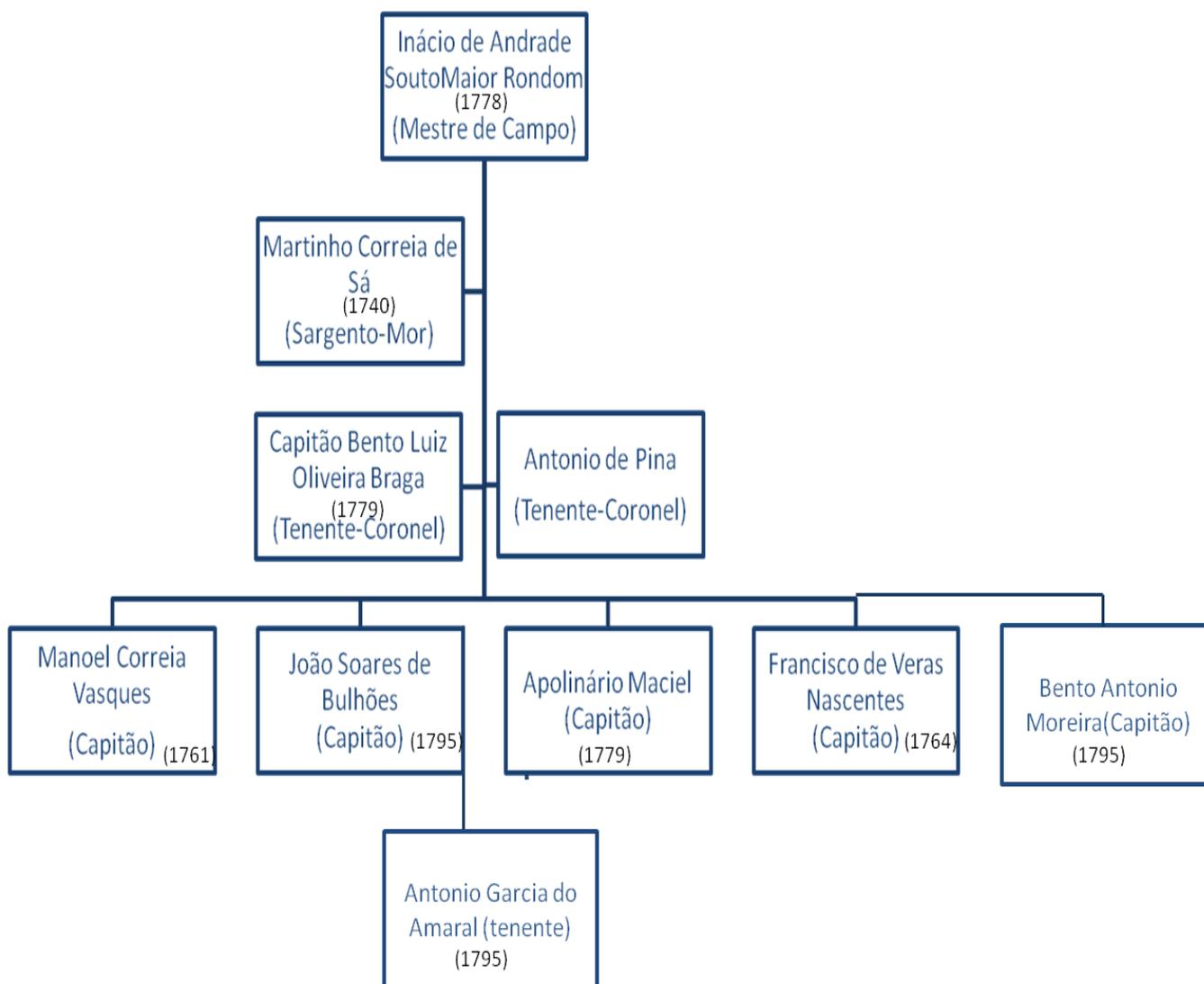
A hierarquia das milícias se organizava da seguinte maneira: mestres-de-campo, coronéis, sargento-mores, tenentes-coronéis, capitães, tenentes, alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor. Sendo que o título de mestre de

³⁵⁷ COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridades nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império Português. *Revista Tema Livre*. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/>; Ver também: LEONZO, Nanci. *As Instituições*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1992. v. VIII, p. 323-328.

³⁵⁸ Como consta em um Alvará de D. João VI: "*Que [as tropas milicianas] sendo da maior importância assim para a defesa externa, como para a manutenção da ordem interior dos meus domínios da América*". LEONZO, Nanci, 1992, op. cit., p. 323-328. AHU_ACL_CU_17, Cx. 236, Doc. 16161. [sem numeração].

campo era atribuído ao comandante de terço de infantaria, enquanto o título de coronel era atribuído ao comandante do terço de cavalaria.³⁵⁹ Levando em consideração a hierarquia militar das milícias, teríamos militarmente o seguinte ordenamento entre os senhores de engenho abordados:

Gráfico 1- Hierarquia militar em Jacutinga e Iguaçu (século XVIII)



Apesar das obrigações que eram exigidas ao corpo de oficiais das forças militares (treinos, participação em guerras, revoltas, ataque à quilombos, etc.), essa posição militar também gerava privilégios, como permissão para o porte de armas, poder de mando sobre subalternos, como soldados e cadetes, proteção para encargos administrativos, e, em alguns cargos, eram concedidos foro de nobreza, etc.³⁶⁰

³⁵⁹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Ibidem*.

³⁶⁰ COSTA, Ana Paula Pereira. *Ibidem*; LEONZO. *As Instituições*, 1992, op. cit., p. 323-328.

Assim, estas instituições eram o *locus* de poder local, seu oficialato era composto, sobretudo, pelos ‘principais da terra’, neste caso, os senhores de engenho das freguesias rurais. Nestas funções eles detiveram o poder policial, fiscal, de coerção e intimidação sobre a população local, valendo-se, principalmente, do temor causado pelo recrutamento militar obrigatório, que no período colonial ocorria de forma violenta.³⁶¹ A hierarquia militar, aliás, devia hierarquizar os senhores de engenho entre si.³⁶²

Outro símbolo de distinção nestas freguesias rurais eram as capelas e oratórios privados, o que significa que os senhores de engenho, em uma monarquia católica, também deveriam zelar pela moral cristã, ao menos pelos sacramentos. Não se pode esquecer que pelas capelas e oratórios particulares passaram sacramentos cristãos, como batismos e casamentos, além de missas, etc. De acordo com a legislação eclesiástica da época (Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia) era pio e louvável edificar capelas para o exercício da devoção dos fiéis, além de ser útil para a administração dos sacramentos em freguesias com grandes extensões de terras.³⁶³

Para o funcionamento destas ermidas era necessária uma provisão episcopal ou um “Breve Apostólico”.³⁶⁴ O breve apostólico é um documento específico para autorização de celebração de missas em capelas, altares e oratórios particulares, o que confere o privilégio de realizar missas em suas próprias propriedades, ou seja, um dos elementos que constituíam o prestígio dos senhores de engenho. Fazer o pedido de breve não era tão simples. Pela estrutura do documento, verifica-se que, primeiramente, o impetrante deveria requerer e justificar o pedido do breve junto à diocese do Rio de Janeiro. Depois deveriam comparecer no mínimo três testemunhas na Câmara Eclesiástica, a fim de verificar: a) a nobreza dos impetrantes e o não exercício de ofício mecânico; b) se os altares, oratórios ou capelas estavam decentemente ornados, livres dos usos domésticos; c) se não haveria acumulação de mais de um breve para o mesmo indivíduo e/ou casal. Além disso, ainda se realiza uma visita das autoridades eclesiásticas aos oratórios e

³⁶¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *Os concelhos e as comunidades*. In: HESPANHA, António M. (Org). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4, p. 273-274.

³⁶² Ver GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit., cap. 1.

³⁶³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor...* Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, livro 4º, tit. 19, § 692.

³⁶⁴ CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 52-53.

capelas para confirmar as declarações efetuadas. Só a partir desta aprovação era concedido o breve.

Ao analisar os números de capelas, oratórios e habitantes da Cidade do Rio de Janeiro, ao final do século XVIII, Sérgio Chahon concluiu que possuir essas ermidas era um privilégio para poucos indivíduos.³⁶⁵ Como podemos observar no quadro acima, dos 8 engenhos estabelecidos na freguesia de Jacutinga, em 1795, 3 possuíram capelas e outros 3, oratórios; já em Iguaçú, os 2 engenhos tiveram oratórios. Em freguesias rurais a distância para com a Igreja matriz aumentava o valor dessas ermidas.

Ainda que sendo necessário o estabelecimento de capelas e oratórios para prática da fé entre os cristãos, nem todos participaram dos cultos e ritos realizados nestes altares particulares, pois o privilégio para assistir as cerimônias religiosas foi restrito às famílias senhoriais, podendo ser estendido a seus familiares, hóspedes nobres, escravos e agregados, ou seja, os que pertenciam a *casa*, ou a ela eram convidados.³⁶⁶ Desta maneira, entre 1790 e 1807, dos 1925 batismos de escravos que ocorreram na Freguesia de Jacutinga, 98, ou seja, apenas 5,1% ocorreram em ermidas particulares.³⁶⁷ Os oratórios e capelas de Iguaçú não possuíam pia batismal, mas neles foram realizadas missas no século XVIII.³⁶⁸

³⁶⁵Ibidem, p. 60-90.

³⁶⁶ *Ibid*, p. 43.

³⁶⁷ Das 6 capelas de Jacutinga apenas a do Pantanal, de João Teixeira de Malheiros, a de Nossa Senhora do Rosário, dos frades beneditinos, e a de Nossa Senhora da Conceição, de João Soares de Bulhões, têm batistério fixo. Dos 5 oratórios, somente o de São José, do capitão Antonio de Pina, e o de Madureira, de Dona Luisa Ana de Oliveira, tinham licença para batizar seus escravos. Os batismos ocorreram somente nas ermidas que possuíam pia batismal e/ou licença para batizar. ACNI. Livro de batismos de escravos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807). ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1812. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. Notação: VP 12. [sem numeração].

³⁶⁸ De acordo com o visitador Padre Jose Luis de Freitas, em 1813, não havia na freguesia de Iguaçú capela ou oratório com pia batismal. ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçú. Notação: VP 15. [sem numeração].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as estratégias realizadas por famílias senhoriais para conservar seu patrimônio e sua *casa*, em freguesias rurais do Rio de Janeiro, no setecentos. Contudo, percebemos que era fundamental recuar com a análise aos fins do século XVII a fim de apreender os modos pelos quais os patrimônios foram estabelecidos. Sendo assim, elaboramos um estudo longitudinal das famílias de elite em Iguaçú e Jacutinga.

A análise das famílias senhoriais (tanto de engenhos como de escravos) no século XVII e XVIII, e os mecanismos que viabilizaram a permanência de seu *status quo* ao longo do tempo em distintas posições sociais, nos permite compreender como estes grupos conseguiram se reproduzir socialmente através de alianças e redes de parentesco. A participação na atividade açucareira, o assenhorear mão-de-obra cativa africana e crioula, possuir oratórios ou capelas, fazer parte da hierarquia militar, exercer cargos da República e a legitimidade social perante outros grupos sociais são elementos caracterizadores destas *distintas famílias*. Desta maneira, abordamos famílias que eram identificadas não só por seu patrimônio material, como também por uma ampla base imaterial reconhecida por toda a sociedade.

As primeiras famílias seiscentistas da localidade de Jacutinga financiaram a montagem de seus engenhos por meio dos ganhos obtidos na participação do comércio, na política fluminense e na realização de laços de parentesco com outras famílias senhoriais. Já em Iguaçú, apenas a ordem religiosa dos beneditinos possuiu engenho em terras doadas por famílias pertencentes à elite fluminense e pelo governo; estabelecimento nada desprezível, visto que possuiu grande número de escravos, animais e benfeitorias.

Durante o século XVIII, Jacutinga e Iguazu já não eram apenas localidades, mas freguesias. Ao longo desta centúria foram estabelecidos novos engenhos; conseqüentemente, houve um grande crescimento populacional e de produção de alimentos, açúcar e aguardente. Um dos fatores dos avanços demográficos e econômicos das freguesias rurais do Recôncavo da Guanabara foi o *boom* aurífero em Minas Gerais e a necessidade de abastecimento do mercado interno e da compra de mais escravos africanos, tanto para as lavouras, como para as minerações. Esse crescimento exigiu mais realizações de alianças entre os senhores de engenho e os demais grupos sociais. Deste modo, mesmo com o aumento demográfico, famílias pertencentes a grupos subalternos estabeleceram-se nas terras ou ao redor desses engenhos.

Constatamos também que os engenhos e seus respectivos administradores descritos no relatório ao Marquês do Lavradio de 1779, nas visitas pastorais de Pizarro de 1795 e na lista nominativa de 1797, podem ser classificados em novos e antigos. As famílias senhoriais dos engenhos antigos adotaram estratégias que permitiram a preservação da *casa* por mais de cem anos, superando obstáculos como a morte do *paterfamilias*, a partilha igualitária e a esterilidade. Já os engenhos novos tiveram sua montagem financiada pelo comércio ou mercês (como ganho de sesmarias).

Por todo o exposto, podemos afirmar que esta pesquisa se insere no campo da história social, fazendo uso de seus instrumentos metodológicos, principalmente a análise de trajetórias geracionais destas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (ACMRJ)

Habilitação Sacerdotal de Jose Vasques de Souza. Lotação: 3667.

Breve Apostólico. Notação: 238. Ano: 1785.

Breve Apostólico de João de Veras Ferreira e Dona Ana Maria Nascente. Notação: 025. Ano: 1733.

Breve Apostólico de Cristóvão Mendes Leitão e sua mulher Dona Páscoa Maciel. Notação: 86. Ano: 1746.

Série de Visita Pastoral. VP 38. Notícias do Bispado do Rio de Janeiro, 1687. Visitador: (não localizado).

Visitas Pastorais. Ano 1812. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. Notação: VP 12.

Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Notação: VP 15.

Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1673-1686)

Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1701-1710)

Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1714-1719)

ARQUIVO DA CÚRIA DE NOVA IGUAÇU (ACNI)

Livro de batismo e casamento de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721)

Livro de batismos de escravos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807).

Livro de batismos de forros e livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1764-1796).

Livro de batismo de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1796-1813)

Livro de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809).

Livro de óbitos de livres, forros e escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu 1723-1769

Livro de óbitos de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1757-1762).

Livro de óbitos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1777-1798)

Livro de óbitos de Livres da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1785-1809)

Livro de Matrimônios de escravos forros e livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1757-1773)

Livro de Matrimônios de escravos forros e livres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú (1787-1829)

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ)

Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Inventariado Bento Luiz de Oliveira Braga; nº 102; caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814/ seção de guarda: codes.

Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817.

Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes - Nº8707. Caixa 5279. Ano 1833 - Inventariado João Soares de Bulhões

Inventários. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – Nº 9847. Maço 594. Ano inicial 1797 – Inventariado Ana Joaquina de Alvarenga. Inventariante Domingos de Oliveira Borges.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

AHU- RJ, Caixa 3, doc. 38; Caixa 2, doc. 123.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, Doc. 489.

AHU_ACL_CU_017, Cx.15, Doc. 1622.

AHU_ACL_CU, Cx. 32, Doc. 7569.

AHU- RJ, Caixa 38, doc. 5.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 44, Doc. 4530.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 63, Doc. 5996.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 63, Doc. 5998.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 72, Doc. 6581.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, Doc. 8895.

AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

AHU-ACL-CU- 017. Caixa 110. Doc. 9162.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 117, Doc. 9552.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 155, Doc. 11741.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 158, Doc. 11923

AHU_ACL_CU_017, Cx. 169, Doc. 12574.

AHU_ACL_CU_17, Cx. 236, Doc. 16161.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 236, Doc. 16166.

AHU_ACL_CU_17, Cx. 246, Doc. 16732.

FONTES PUBLICADAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 3 e 4 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. (1753-1830). *Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794*. Nilópolis: Shaovan, 2000.

Atlas Fundiário do Rio de Janeiro./ S E A F. Rio de Janeiro: 1991.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Universidade de São Paulo, 1972. Tomo I, vol. 2.

Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Ordenações Filipinas. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do livro, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822) (1932)*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1 (1938) (1932)*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/63/texto>.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

TAUNAY, Afonso de E. *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)*, 1933, p.77. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/visitantes-do-brasil-colonial-seculos-xvi-xviii/pagina/77/texto>

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor...* Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII*, 2006, p. 2. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/mauricio_abreu.pdf.

_____, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, 1 e 2 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Monica Ribeiro. (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: UFGV, 2009.

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- _____, Fredrik. *Process and form in social life*. vol 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2008.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Positivo, 2005. Disponível em: http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- BRETTELL, Caroline B. *homens que partem, mulheres que esperam. Consequências de emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O comércio de escravos novos no Rio setecentista*. MANOLO, Florentino (org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a Ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridades nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império Português. *Revista Tema Livre*. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/>
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- EDOARDO, Grendi. Paradoxos da história contemporânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- EDOARDO, Grendi. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ELLIS, Myryam. *Comerciantes e contratadores do passado colonial. Uma hipótese de trabalho*, p. 99-108. Disponível em:

http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV024/Media/REV24-08.pdf.

RHEINGANTZ, Carlos, 1 v, 1965.

- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguçu: comemorativa do primeiro centenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1933.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____, João Luís Ribeiro. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750)”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; _____, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, n.5. jul.-dez. 2002.
- _____, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. Tempo*, Niterói, v.14, n. 27. 2009.
- _____, João. *Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20ª. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980.
- GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a cruz e a coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. 2007. 555 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

- GINZBURG, Carlo. *O nome e o como*. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (org.). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Quilombos do Rio de Janeiro do século XIX*. In: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. (2ª ed.). Florianópolis: Fundação BOITEUX, 2007.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.
- GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e Hábitos de Consumo na Sociedade Senhorial da América Portuguesa*. Artigo a ser publicado.
- HESPANHA, António Manoel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.
- _____, António Manuel. *Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. Direito comum e direito colonial*. AMHAR, 2005.
- KULA, Witold. *Problemas Y Métodos da la Historia Económica*. Ediciones Península, Barcela. 3ªed., 1977.
- _____, Witold. *Teoria econômica do sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- LABROUSSE, Ernest. *Fluctuaiones Economicas e História Social*. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.
- LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Monica Ribeiro. (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: UFGV, 2009.
- _____, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1989.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.
- _____, Nuno Gonçalo. *Os concelhos e as comunidades*. In: HESPANHA, António M. (Org). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4.

- MOTA, Maria Sarita. *Estratégias de manutenção do patrimônio na economia colonial: o Rio de Janeiro, séculos XVI-XVIII*. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t1s1-2.pdf>.
- Nigra, Dom Clemente Maria da Silva. *A antiga fazenda de São Bento em Iguazu*. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº7, Rio de Janeiro, 1943.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Padre José Maurício: 'dispensa da cor', mobilidade social e recriação de hierarquias na América portuguesa*. GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral. Uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. 422 f. Tese (Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____, Manoela. "Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856)." *Revista de História*, Nº 160, 2009, p. 331. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Transmissao.pdf>.
- PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila (História Iguazuana)*. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997.
- POLANY, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POLLIG, João Vitor. *Apropriação de terras no Caminho Novo*. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 172. ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 2000.
- REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.
- RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII. Casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALGADO, Graça. (org) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo. Sistema Agrário e evolução econômica na produção de alimentos. (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- _____, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Crédito e circulação monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650-1750. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 224.
- SEEMANN, Jöm. *A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará*. Disponível online: http://www.academia.edu/647642/A_TOPONIMIA_COMO_CONSTRUCAO_HISTORICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_municipios_do_estado_do_Ceara.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O império luso-brasileiro. 1750-1822*. 3 vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- _____, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sapopema, Cachoeiras e Nazareth. Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. 1997.146 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n. 41, jan/jun 2009.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manoel. *A Representação da Sociedade e do Poder*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. Vol.4. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa 1993.
- ZONABEND, Fraçoise. *Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. In: Burguière, André; Klapisch-Zuber, Christiane; Segalen, Martine; Zonabend, Françoise (Org.). *História da família. Mundos longínquos (vol I)*. Lisboa: Terramar, 1996.
- ZUNDT, Carlos. *Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização*. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:bZ0brekwrF0J:scholar.google.com/+br%C3%A1s+cubas+fidalgo+portugues&hl=pt-BR&as_sdt=0.